



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

FRANCISCO JOSÉ DINIZ BARBOSA VEIGA

**ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES DA SUSTENTABILIDADE: UM
ESTUDO DE CASO DOS PRODUTORES DE GADO DE
CORTE DO SUDOESTE GOIANO**

**Brasília/DF
Janeiro/2023**

FRANCISCO JOSÉ DINIZ BARBOSA VEIGA

**ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
DOS PRODUTORES DE GADO DE CORTE DO SUDOESTE GOIANO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Agronegócios (PROPAGA), da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina

**Brasília/DF
Janeiro/2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

VEIGA, F. J. D. B. Adequação aos padrões da sustentabilidade: um estudo de caso dos produtores de gado de corte do sudoeste goiano. 2023, 132f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo autor

DV426aa Diniz Barbosa Veiga, Francisco José
ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE
CASO DOS PRODUTORES DE GADO DE CORTE DO SUDOESTE GOIANO /
Francisco José Diniz Barbosa Veiga; orientador Gabriel da
Silva Medina. -- Brasília, 2023.
132 p.

Dissertação (Mestrado em Agronegócios) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Práticas representacionais. 2. Enquadramento. 3.
Responsabilidade social corporativa. 4. ESG. 5.
Bovinocultura de corte. I. da Silva Medina, Gabriel,
orient. II. Título.

FRANCISCO JOSÉ DINIZ BARBOSA VEIGA

**ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
DOS PRODUTORES DE GADO DE CORTE DO SUDOESTE GOIANO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Agronegócios (PROPAGA), da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina – UnB/Propaga (ORIENTADOR)

Prof. Dr. Armando Fornazier - UnB/Propaga (EXAMINADOR INTERNO)

Prof. Dr. Pedro Valentim Marques - USP (EXAMINADOR EXTERNO)

Brasília, 31 de janeiro de 2023

AGRADECIMENTO

À Deus, por todas as oportunidades, pela saúde e força para superar as dificuldades.

Ao PROPAGA pela oportunidade, suporte e todo o conhecimento adquirido.

A minha família (Rachel - Minha esposa, Evanildinha – Minha filha, Marildinha – Minha mãe e Elma – Minha sogra) por todo o apoio e amor incondicional em todo o meu caminho.

Ao Professor e Orientador, Gabriel da Silva Medina, pela orientação, atenção, gentileza, correções, sugestões, sabedoria e conhecimentos repassado.

Aos Professores Armando Fornazier, Ana Maria, José Márcio por todas as correções, sugestões, pela dedicação, profissionalismo, conhecimentos, conversas e colaboração.

Aos meus meu Chefes no Ministério Público Militar - MPM, Dr. José Garcia de Freitas Júnior - Subprocurador-Geral de Justiça Militar e a Dra. Arilma Cunha da Silva - Subprocuradora-Geral de Justiça Militar que me apoiaram e me incentivaram.

Aos meus colegas que mesmo a distância, devido ao infortúnio da Covid – 19, foram muito presentes em meu aprendizado.

A Danielle Vasconcelos, Assistente do PROPAGA, pela atenção e gentileza.

A todos os bovinocultores de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás contribuíram enormemente para a realização deste trabalho, sem os senhores seria impossível.

Ao meu Kwe.

Ògún Yè Mo Yè!

Àhó Gbọgbọ Yi Sòhòkwè!

Laróyè Èṣù!

RESUMO

Este trabalho de natureza exploratória-descritiva tem por objetivo geral compreender como bovinocultores de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam, por meio do enquadramento de práticas representacionais, aos padrões de sustentabilidade. Para isso, foram identificadas as recomendações práticas que os frigoríficos do Estado de Goiás fazem para que os produtores entrem em conformidade com a sustentabilidade. Também foram investigados quais são os procedimentos operacionais adotados pelos produtores na fazenda para atender as recomendações feitas pelos frigoríficos. Por fim foi verificado se os frigoríficos que atuam junto aos bovinocultores diferem quanto a consideração dos requisitos de sustentabilidade quando compram os animais. Nesse sentido, partindo de uma abordagem qualitativa, foi aplicada uma pesquisa bibliográfica, com entrevista semiestruturada utilizando a técnica de amostragem bola de neve e estudo de caso. Os resultados demonstram que a estruturação da ação coletiva ocorrida por meio de *Check Lists* e dos critérios requeridos pela Marfrig, Minerva e JBS, contribuem para o formato sustentável que a cadeia deve ter. A sustentabilidade desempenhou como modelo ou estratégia, papel relevante no estabelecimento das fronteiras representativas que os atuantes, no caso em tela os frigoríficos, definiram e delimitaram. Os produtores se mostraram capazes de integrar os cálculos já constituídos dos atuantes em seus próprios cálculos – mesmo com a distância e sem perceberem os incentivos financeiros.

Palavra-chave: Práticas representacionais; Enquadramento; Responsabilidade social corporativa; ESG; Bovinocultura de corte; Sudoeste de Goiás.

ABSTRACT

This exploratory-descriptive work has the general objective of understanding how beef cattle breeders in the Microregion of the Southwest of the State of Goiás adapt, through the framing of representational practices, to sustainability standards. For this, the practical recommendations that slaughterhouses in the State of Goiás make for producers to comply with sustainability were identified. Also investigated were the operational procedures adopted by the producers on the farm to meet the recommendations made by the slaughterhouses. Finally, it was verified whether slaughterhouses that work with cattle farmers differ in terms of considering sustainability requirements when buying animals. In this sense, based on a qualitative approach, a bibliographical research was applied, with a semi-structured interview using the snowball sampling technique and a case study. The results demonstrate that the structuring of the collective action carried out through Check Lists and the criteria required by Marfrig, Minerva and JBS, contribute to the sustainable format that the chain must have. Sustainability played a role as a model or strategy, a relevant role in establishing the representative boundaries that the actors, in this case the slaughterhouses, defined and delimited. The producers were able to integrate the calculations already formed by the actors into their own calculations – even with the distance and without realizing the financial incentives.

Keywords: Representational practices; Framing; Corporate social responsibility; ESG; Beef cattle; Southwest of Goiás.

LISTA DE SIGLAS

ABCZ	Associação Brasileira de Criadores de Zebu
B3	Bolsa de Valores de São Paulo
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDP	<i>Carbon Disclosure Project</i>
CDSB	<i>Climate Disclosure Standards Board</i>
CH4	Metano
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COVID-19	Pandemia de Coronavírus
CO2	Dióxido de Carbono
CPA	Cadeia de Produção Agroindustrial
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
FOB	<i>Free on Board</i>
GEE	Gases de Efeito Estufa
GHG Protocol	<i>Greenhouse Gas Protocol - A Corporate Accounting and Reporting Standard</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GTA	Guias de Trânsito Animal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
ILF	Integração Lavoura-Floresta
ILP	Integração Lavoura-Pecuária
ILPF	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IPF	Integração Pecuária-Floresta
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	Organização Internacional para Normalização
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
N2O	Óxido Nitroso
Net Zero	Zero Emissões Líquidas de Carbono
ODS	Objetivos de Desenvolvimento do Sustentável

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIE	Organização Internacional de Saúde Animal
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PIB	Produto Interno Bruto
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SASB	<i>Sustainable Accounting Standards Board</i>
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SISBOV	Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina
SNCR	Registro de Regularidade Fundiária
TAHC	Código de Saúde Animal Terrestre
UE	União Europeia
UnB	Universidade de Brasília
US\$	Dolar Estadunidense
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
UNFCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>
WRI	<i>World Resources Institute</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Possíveis vínculos forjados por meio de traduções entre as práticas de mercado representacionais, de norma e de troca.....	19
Figura 2 - Modelagem de mercado conceituada como cinco subprocessos entrelaçados .	21
Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS	30
Figura 4 - Os riscos mais graves em escala global nos próximos 10 anos	31
Figura 5 - Mapa da Microrregião do Sudoeste de Goiás	48
Figura 6 - CPA da bovinocultura de corte	49
Figura 7 - Sementes - Técnica de Bola de Neve	55
Figura 8 - Frigoríficos que os produtores amostrados comercializam.....	64
Figura 9 - Resposta da Pergunta 2.....	64
Figura 10 - Resposta da Pergunta 3	65
Figura 11 - Respostas das Perguntas 4, 5, 6, 7 e 8	66
Figura 12 – Respostas das Perguntas 9 e 10	67
Figura 13 - Respostas das Perguntas 11 e 12	68
Figura 14 - Resposta da Pergunta 13.....	69
Figura 15 - Respostas da Perguntas 14 e 15.....	70
Figura 16 - Resposta da Pergunta 16	70
Figura 17 - Respostas das Perguntas 17 e 18	71
Figura 18 - Resposta da Pergunta 19	72
Figura 19 - Respostas das Perguntas 25, 26, 27, 28 e 29	73
Figura 20 - Resposta da Pergunta 30	74
Figura 21 - ODS (2, 3, 5, 8, 10, 12, 15 e 16).....	77
Figura 22 - ODS (3, 12, 14 e 15)	81
Figura 23 - ODS (2 e 15)	83
Figura 24 - ODS (6)	84
Figura 25 - ODS (12)	85
Figura 26 - ODS (2)	86
Figura 27 - ODS (3, 12, 13, 14 e 15)	88
Figura 28 - Diferentes modalidades de sistemas produtivos integrados.....	88
Figura 29 - Reflexos da adoção de sistemas integrados de produção.....	90
Figura 30 - ODS (2, 12, 13 e 15)	90
Figura 31 - ODS (8 e 12).....	91

Figura 32 - ODS (8, 12 e 15).....	96
Figura 33 - ODS (3, 5, 8, 10 e 16)	98
Figura 34 - Traduções e intermediários na prática do mercado	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Práticas de mercado	17
Quadro 2 – Características ESG.....	36
Quadro 3 – Categorias abordadas no questionário ISE B3	56
Quadro 4 – Categorias abordadas no SASB - <i>Meat, Poultry & Dairy: Sustainability Accounting Standard</i>	58
Quadro 5 - Síntese metodológica	61
Quadro 6 - Síntese dos critérios requeridos pela Marfrig, Minerva e JBS para aquisição de animais.....	75
Quadro 7 - Não aderência ao SISBOV.....	92
Quadro 8 – Resumo das práticas de mercado Marfrig, Minerva e JBS.....	101
Quadro 9 – Comparativo entre os frigoríficos com os quais os produtores entrevistados comercializam.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios e suas respectivas contribuições para o efetivo total dentro do rebanho da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás	50
Tabela 2 - Municípios e suas respectivas contribuições e representatividades dentro do rebanho do Estado de Goiás	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA	8
1.2 OBJETIVO.....	10
1.1.1 Objetivo Geral.....	10
1.1.2 Objetivos Específicos.....	11
1.2 SOBRE A PESQUISA	11
2 MARCO CONCEITUAL E TEÓRICO.....	12
2.1 ESTUDOS DE MERCADO CONSTRUTIVISTAS	12
2.1.1 Práticas de Mercado	16
2.1.2 Práticas Representacionais	20
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	27
2.2.1 Desenvolvimento Sustentável e Governança Ambiental	27
2.2.2 Responsabilidade Social Corporativa e ESG.....	34
2.2.3 A Cadeia de Produção Agroindustrial e os <i>Stakeholders</i>	41
3 METODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	44
3.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	44
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE.....	46
3.3 ESTUDO DE CASO	52
3.4 AMOSTRAGEM	53
3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO	60
3.6 SÍNTESE DA PROPOSTA METODOLÓGICA	61
4 RESULTADOS	63
4.1 RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS QUE OS FRIGORÍFICOS FAZEM PARA QUE OS BOVINOCULTORES DE CORTE ENTREM EM CONFORMIDADE COM A SUSTENTABILIDADE	63
4.2 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS PELOS BOVINOCULTORES DE CORTE EM ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELOS FRIGORÍFICOS.....	68

5 DISCUSSÕES	75
5.1 DISCUSSÃO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS QUE OS FRIGORÍFICOS FAZEM PARA QUE OS BOVINOCULTORES DE CORTE ENTREM EM CONFORMIDADE COM A SUSTENTABILIDADE	75
5.2 DISCUSSÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS PELOS BOVINOCULTORES DE CORTE EM ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELOS FRIGORÍFICOS	82
5.3 DISCUSSÃO SOBRE COMO OS FRIGORÍFICOS LEVAM EM CONSIDERAÇÃO REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE QUANDO COMPRAM OS ANIMAIS DOS PRODUTORES E SUAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A - Carta de Apresentação aos produtores	125
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista.....	126
ANEXO A - <i>Check Lists</i> de Verificação.....	129
ANEXO B - <i>Check Lists</i> de Verificação	131

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é visto como o principal modelo de desenvolvimento do agronegócio mundial e isso se reflete na economia na qual o setor tem sido a grande locomotiva. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio no ano de 2020 alcançou a participação de 26,6% no PIB brasileiro. Em valores monetários o PIB do país totalizou R\$ 7,45 trilhões em 2020, e o PIB do agronegócio chegou a quase R\$ 2 trilhões (CNA; CEPEA, 2021).

A Cadeia Produtiva Agroindustrial da bovinocultura de corte nos últimos anos fez com que o país se tornasse detentor de cerca de 30,3% do comércio mundial de produtos ligados a cadeia (MALAFAIA *et al.*, 2021). Isso possibilitou que fosse gerada uma receita anual que ultrapassasse US\$ 7,4 bilhões em vendas. Acrescenta-se que ainda foram destinados aproximadamente 74% da produção para abastecimento do mercado nacional (MALAFAIA *et al.*, 2021).

A bovinocultura desempenha um papel importante uma vez que o Brasil possui atualmente, em comparação com os demais países produtores, o maior rebanho comercial com mais de 244 milhões de cabeças. Com isso, foi produzido 16,57% das 60.572 milhões de toneladas equivalente carcaça no mundo. Isso torna o Brasil segundo maior produtor de carne superado somente pelos Estados Unidos (MALAFAIA *et al.*, 2021).

Neste cenário a bovinocultura de corte possui destaque como atividade que ocorre em grande escala e com significativas implicações. É composta por um vasto conjunto de agentes heterogêneos, que vão desde pecuaristas altamente capitalizados a pequenos produtores empobrecidos. De frigoríficos¹ com alto padrão tecnológico, os quais atendem as exigências do mercado externo, a abatedouros que mal preenchem os requisitos mínimos da legislação sanitária brasileira (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Apesar da patente relevância na produção de alimentos e na geração de renda, muito se tem discutido sobre os impactos referentes à esta atividade. De acordo com Fachinetti e Brisola (2018), a bovinocultura brasileira vem sendo criticada não só pelo desmatamento, mas também pela significativa quantidade emitida de gases de efeito estufa (GEE). Essas emissões resultam, principalmente, do processo digestivo do bovino de corte, que libera metano na

¹ “Representam o elo da indústria responsável pelo abate e pelo processamento da carne em diversos produtos” (AMARAL, 2012, p. 252).

atmosfera proveniente da fermentação entérica dos animais e óxido nitroso da adubação nitrogenada.

Além desse contexto, segundo Medina (2021), a Cadeia Produtiva Agroindustrial da bovinocultura de corte também é pressionada por parte da sociedade a adequar suas práticas internas por estar associada ao desmatamento, poluição e conflitos agrários. Conseqüentemente, riscos comerciais podem se materializar. Boicotes por parte de consumidores devido a preferência por produtos certificados ou por parte de supermercados de países importadores comprometidos com pactos de desmatamento zero, podem surgir (VENDRAMINI, 2017).

Os integrantes que compõem essa cadeia, com o passar do tempo, passaram a observar questões ligadas ao meio ambiente devido ao fato desse tema interferir diretamente em sua viabilidade e produtividade (GONÇALVES-DIAS *et al.*, 2009). Diante disso, de acordo com Fachineto e Brisola (2018), converter sustentável a cadeia tornou-se prioridade estratégica. A razão para isso é a necessidade de se reduzir os impactos sobre os recursos naturais que propiciam essa grande produção e pelo fato de estar exposta às crescentes pressões de consumidores.

O Estado de Goiás com o segundo maior rebanho do país, tem participação fundamental nesse cenário, por possuir considerável exportação e infraestrutura ligada ao setor (SEAPA-GO, 2021). Em razão disso, a região a ser analisada neste Estudo de Caso será a Microrregião do Sudoeste de Goiás, que compreende um total de 18 municípios. O somatório desses municípios equivale a 16% da área total do estado (BORGES, 2012).

O Sudoeste de Goiás possui destaque pois conta com o maior rebanho do estado (FERREIRA; MIZIARA; COUTO, 2019; IBGE, 2020). Nessa Microrregião é possível observar um grande aglomerado produtivo em que a bovinocultura de corte é mais intensiva, com forte especialização, principalmente quanto aos processos de recria e engorda. Segundo Ferreira, Miziara e Couto (2019), é relevante salientar que essas atividades são realizadas por estabelecimentos bovinocultores caracterizados por serem mais tecnificados.

Por conseguinte, pretende-se com esse trabalho analisar o enquadramento da sustentabilidade sob a perspectiva das práticas representacionais, uma vez que são cada vez mais influentes na Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte, ao enredar intermediários e traduções. Ademais, os processos envolvidos nos requisitos de sustentabilidade implicam a prescrição de práticas, no empenho de assegurar que as entidades corporifiquem determinadas representações e expedientes (HARRISON; KJELLBERG, 2016). A escolha do

tema se fundamenta por sua contribuição científica além do interesse em pesquisar um assunto de grande relevância para a bovinocultura, meio ambiente e o agronegócio brasileiro. Quanto ao aspecto científico nota-se escassez de estudos sobre o enquadramento da sustentabilidade por meio de práticas representacionais, que tem por objeto fazer com que os produtores, se adequem a pretendida sustentabilidade dentro da Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte.

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

As rotinas produtivas e comerciais adquiriram diferentes delineamentos com o passar dos anos, ao se moldarem aos preponderantes requisitos de sustentabilidade socioambientais dos consumidores, especialmente de países desenvolvidos (AMARAL, 2014). Ao se adequarem a tais requisitos, os participantes das Cadeias de Produção Agroindustriais visam fornecer características adicionais ao mercado, como maior qualidade, segurança alimentar ou confiabilidade de entrega, desvinculando seus próprios produtos do mercado convencional. Isso permite a captura de maior valor, além de aferirem ganhos reputacionais (GRABS, 2021).

A adoção de práticas sustentáveis se mostra como uma escolha estratégica, sinalizando que a adequação foi implementada. Isso legitima as medidas de conservação e gestão que os atores adotaram tornando-as aceitáveis no mercado (GRABS, 2021). Santos (2017) afirma que o interesse das empresas pela manutenção e incremento de suas reputações e o comportamento dos consumidores, estão no cerne pela implementação de requisitos ligados a sustentabilidade.

Segundo Medaets, Fornazier e Thomé (2020), a sustentabilidade que se converteu em um importante atributo adicional de crédito, ocasionador de diferenciação, proporciona representações que modificam os sistemas agroalimentares ao se colocar como contraponto. O conceito evidencia as tensões socioambientais causadas pelo sistema produtivo moderno, logo o cumprimento de requisitos RSC/ESG tem se tornado imperativo. Isso faz com que inexista alternativa que não seja a saída do mercado em caso de incapacidade de cumprimento das observações (AMARAL, 2014).

Para abordar nesta pesquisa essa movimentação, foram utilizados conceitos vinculados aos Estudos de Mercado Construtivista que tem proporcionado contribuições recentes sobre como os mercados podem ser projetados e organizados a fim de levar em consideração as

questões relativas à sustentabilidade (REIJONEN; TRYGGESTAD, 2012). Adotou-se para a análise dentro da perspectiva dos Estudos de Mercado Construtivista o modelo heurístico de mercados oferecido por Kjellberg e Helgesson (2007). Nesse prisma os autores argumentam que existem três conjuntos de práticas interligadas que moldam os mercados, sendo elas: práticas de troca; práticas normativas; e práticas representacionais.

Face à essa estrutura organizadora, as práticas representacionais se referem a como as representações do mercado influenciam na performance do mesmo. Isso inclui atividades que contribuem para descrever o mercado e como ele funciona. Essas práticas afetam as práticas de normatização, ou seja, a maneira como um indivíduo interage por meio da aceitação ou ajuste de normas (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Por sua vez afeta as práticas de troca, que são as atividades concretas para a consumação das trocas econômicas. Consequentemente, essas práticas afetam as práticas representacionais e como resultado o ciclo continua (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Analisar o mercado com o auxílio da perspectiva trazida por Kjellberg e Helgesson (2007) permite observar como a sustentabilidade por meio das práticas, com destaque para as representacionais, são utilizadas pelos atores protagonistas do mercado para construir imagens consistentes que acabam por formatar e modelar a bovinocultura de corte. Esse argumento favorece a intenção de se esquadrihar essa problemática.

As representações são essenciais para a formação dos mercados, uma vez que são gerados quando os atores agregam certas imagens em transações na economia (KJELLBERG; OLSON, 2017). Os autores ainda destacam que as práticas representacionais contribuem para a constituição dos mercados, como resultado de regimes de informação socialmente construídos que os retratam. Isso, estabiliza-os, sobretudo quando produtores e consumidores compartilham estruturas conceituais.

Por intermédio da assimilação de práticas representacionais os produtores podem demonstrar sua competência, tendo como resultado a adoção de papéis especializados que podem aumentar o status social e econômico. Isso leva a um aumento do poder influente, e a uma conseqüente participação na produção do cenário de consumo. Ao se engajarem em ações simbólicas, por meio do uso de recursos para personalizar suas interações, legitimam e fazem com que o reconhecimento de outros atores do mercado seja obtido (MCCOLL-KENNEDY, CHEUNG; FERRIER, 2015)

Tais práticas podem mudar ao longo do tempo em resposta ao ambiente em transição, de modo que as competências e habilidades podem precisar ser reconfiguradas (MCCOLL-

KENNEDY; CHEUNG; FERRIER, 2015). Assim, a relação entre as representações do mercado e os mercados reais é a de que o mercado que se ajusta às representações e não vice-versa (RINALLO; GOLFETTO, 2006). Dessa maneira, devido a elementos que visam propiciar novas configurações que acabam por contestar a estabilidade, os mercados inclinam-se a se adequar às novas concepções de tal modo que as práticas representacionais direcionam as ações dos agentes editando os mercados (RINALLO; GOLFETTO, 2006). Tal argumento justifica esse trabalho.

Com vista a compreender essa dinâmica realizou-se um estudo de caso para analisar a maneira que os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adaptam a sustentabilidade. O estudo dessa Microrregião se dá em virtude de possuir o maior efetivo de bovinos no Estado com 2.610.988 cabeças, isso faz com que tenha uma participação de 11,05%, no rebanho total de Goiás (IBGE, 2020). Maiores informações sobre a Microrregião serão apresentadas na Seção 3.2 - Caracterização da Unidade de Análise.

Logo, cada vez mais, os produtores deverão atentar e acompanhar com diligência as regras de sustentabilidade que resultam de esforços intencionais, coordenados, coletivos e focados (CNI, 2021). A vista disso, no intuito de proporcionar esclarecimentos, revela-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam, por meio do enquadramento de práticas representacionais, aos padrões de sustentabilidade exigidos pela Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte? Para se abordar essas questões, no próximo tópico, indicam-se os objetivos que orientam essa pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

Esses são os objetivos que norteiam esse trabalho. Primeiramente, é apresentado o objetivo geral. Em seguida, os objetivos específicos são indicados.

1.2.1 Objetivo Geral

Objetivo geral deste estudo é compreender como os bovinocultores de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam a sustentabilidade por meio do enquadramento de práticas representacionais.

1.2.1 Objetivos Específicos

Para atender o objetivo geral proposto neste estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- identificar quais são as recomendações práticas que os frigoríficos fazem, para que os bovinocultores de corte entrem em conformidade com a sustentabilidade.
- investigar quais são os procedimentos operacionais adotados pelos bovinocultores de corte na fazenda, para atenderem as recomendações feitas pelos frigoríficos.
- verificar se os frigoríficos que atuam junto aos bovinocultores diferem quanto a consideração dos requisitos de sustentabilidade quando compram os animais.

1.3 SOBRE A PESQUISA

Para se investigar a problemática apresentada, este estudo se divide em seis capítulos. Neste primeiro, apresentam-se a introdução, a justificativa, o problema de pesquisa e objetivos. No segundo, há o marco teórico que traz os conceitos que embasam esta pesquisa. No terceiro, é exposta a metodologia, na qual são indicadas os recursos e procedimentos que possibilitaram o estudo de caso. No quarto, os resultados dos dados coletados são abordados, expressando a pertinência das inter-relações entre os dados. No quinto, discutem-se os dados apresentados na seção anterior, alinhando-os com os objetivos apresentados neste trabalho. Em seguida, são feitas as considerações finais e apresentados os apêndices e os anexos desta pesquisa. Eis o percurso teórico-metodológico desta dissertação.

2 MARCO CONCEITUAL E TEÓRICO

Neste capítulo, é realizada uma revisão de literatura, na qual são desenvolvidos os conceitos que permitem melhor compreensão e aplicabilidade no presente estudo. Na seção inicial, é apresentada a perspectiva dos Estudos de Mercado Construtivista, que tem como objetivo elucidar como os mercados são continuamente moldados. Na seção seguinte, expõe-se a perspectiva das Práticas de Mercado evidenciando sua relevância para a constituição dos mesmos. Posteriormente, trata-se com ênfase das Práticas Representacionais que são manobradas como artifícios discursivos pelos atores protagonistas para acessar e construir mercados. Em seguida, discutem-se os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Governança Ambiental com suas respectivas importâncias. Por último, é abordado o entendimento sobre a RSC/ESG na Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte, destacando-se aspectos que envolvem o comportamento de uma empresa sustentável.

2.1 ESTUDOS DE MERCADO CONSTRUTIVISTAS

A partir da perspectiva dos estudos de mercado construtivistas, teóricos vêm realizando relevantes investigações, que objetivam conceituar os mercados com foco na agência², na ação dos diferentes atores e nas muitas formas práticas em que podem aparecer (ANDERSSON; ASPENBERG; KJELLBERG, 2008). Callon e Muniesa (2005) apontam os mercados como dispositivos coletivos compostos por um grande número de agentes divergentes e heterogêneos, com ideias e interesses conflitantes. Ainda segundo os autores, no mercado é possível chegar a um termo não apenas sobre a natureza dos bens a produzir e distribuir, mas também sobre o valor a ser dado a eles.

² Há diversas perspectivas sobre o conceito de agência: “[...] a agência denota competência, intencionalidade e calculabilidade. Ser um agente é atuar com propósito.” (SELZNICK, 1992, p. 238 apud MACHADO-DA-SILVA *et al.*, 2005, p. 23). Outro prisma é: “[...] agência consiste na habilidade de fazer coisas, o que implica poder: segundo dicionário da língua inglesa, o vocábulo agente significa “aquele que exerce poder ou produz um efeito [...]” (GIDDENS, 1984, p. 9 apud MACHADO-DA-SILVA *et al.*, 2005, p. 24). Ainda, entende-se o seguinte: “[...] agência é a capacidade de interferir em eventos, não necessariamente de modo intencional. Agir, mais do que pretender algo, é ser significativo na sua ocorrência, na medida em que a “ação depende da capacidade do indivíduo de ‘fazer uma diferença’ em um estado pré-existente de coisas ou curso de eventos.” (GIDDENS, 1984, p. 14 apud MACHADO-DA-SILVA *et al.*, 2005, p. 24).

Nenonen *et al.* (2014) veem os mercados como espaços dinâmicos e plásticos caracterizados por assumirem e reterem formas. Ainda segundo os autores, os mercados são capazes de preservar as possíveis alterações em suas várias propriedades mesmo depois de findados os esforços de moldagem. Esses atributos derivam de um conjunto de interconexões que criam e mantêm umnexo constante entre diversos agentes e organizações heterogêneas.

Callon (1998b) contribui para a análise aduzindo que o mercado além de definir os agentes relevantes e os seus modos de interação, configura os parâmetros para a realização das trocas e avaliação das mercadorias. Acrescenta-se que esses parâmetros, formam modos específicos de cálculo do valor. Segundo Reese *et al.* (2001, p. 11), tais parâmetros, também chamados de quadros são “princípios organizadores [...] socialmente partilhados e persistentes ao longo do tempo, que trabalham simbolicamente para representar o mundo social”. A construção do significado dos vários quadros está ancorada nas realidades da sociedade, como um fenômeno concreto, os quais podem ser usados para explicar como os atores protagonistas do mercado, estruturam as representações para obter um controle sobre as questões práticas (TOMLINSON, 2013).

Baseado nas concepções discorridas sobre o termo quadro, Gitlin (1980, p. 7) apresenta o conceito de *enquadramento* entendendo-o como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira”. Dessa forma, os enquadramentos podem ser compreendidos como um processo de estabelecimento de fronteiras dentro das quais as interações entre agentes, objetos, e estruturas tomam forma e cujo significado e conteúdo são evidentes para os protagonistas (CALLON, 1998b). Assim, ainda de acordo com o autor, o enquadramento é reconhecido como um modo de se estabilizar a forma como os elementos implicados em um respectivo mercado³ se organizam.

Isso influencia e molda a ação dos atores sendo o processo benéfico para promover um formato específico às ações coletivas. Também se constitui em uma operação usada para agregar os agentes que estão separados uns dos outros, por meio de aspectos contratuais e de

³ De acordo com Geroski (1998, p. 692 apud STORBACKA; NENONEN, 2009, p. 255), “um mercado existe sempre que alguém pode imaginar um conjunto de necessidades que podem ser atendidas com lucro [...] os olhos de seus observadores. As fronteiras do mercado são linhas imaginárias que impomos [...] para isolar certos tipos de atividades [...]” (p. 692). Por esse prisma “os mercados são realidades subjetivas socialmente construídas que podem ser alteradas por diferentes atores do mercado” (STORBACKA; NENONEN, 2009, p. 255).

transações comerciais a fim de prever e emoldurar ações (CALLON, 1997). De acordo com Kirwan e Maye (2013), os estudos sobre enquadramento de mercados possuem diversas aplicações participando na concepção de estratégias e modelos.

De acordo com Nilsson (2005), a sustentabilidade é capturada como um processo de reenquadramento que ajusta os objetivos e estratégias visando estabelecer fronteiras interpretativas que definem e delimitam possibilidades de interação. Dessa forma, a estruturação da ação coletiva que ocorre por meio de uma série de enquadramentos específicos, relacionados a sustentabilidade, contribuem para dar a essas ações o formato que devem ter (CALLON, 2016). Ainda segundo o autor, uma questão, problema, ou tema enquadrado proporciona esclarecimento e conduz a um guia de ações, todavia o enquadramento não pode ter sucesso sem investimentos substanciais sobretudo quanto ao estímulo a certas práticas normativas, de troca e representacionais.

O enquadramento tem como intuito produzir ordem, enquanto os transbordamentos ou externalidades surgidos como consequência dos enquadramentos geram desordem (CALLON, 1998b). Os transbordamentos, ou seja, externalidades negativas ou positivas decorrem das imperfeições nos enquadramentos (CALLON, 1998b). A noção de externalidade surge para “denotar todos os efeitos que os agentes não levam em conta em seus cálculos ao realizar uma transação de mercado” (CALLON, 1999, p. 187).

De acordo com Berndt *et al.* (2013), na bovinocultura as externalidades negativas decorrem principalmente da falta de manutenção das pastagens que podem acarretar degradação do solo e poluição dos recursos hídricos, bem com a emissão de gases do efeito estufa (GEE) que contribuem para o aquecimento global. Mesmo assim, as externalidades além de negativas também podem ser positivas, como por exemplo “uma empresa farmacêutica que deseja desenvolver uma nova molécula. Para se proteger, registra uma patente, ao fazer isso, divulga informações que se tornam livremente disponíveis aos concorrentes e podem ser usadas por eles” (CALLON, 1999, p. 187). As externalidades que aparecem derivadas dos enquadramentos, possibilitam compreender a dinâmica e o funcionamento dos mercados (CALLON, 1998b).

Isso evidencia elementos e atividades que causam impactos surgindo daí a oportunidade de identificá-los e contê-los. De acordo com Callon (1998b, p. 251), devido ao enquadramento o mercado pode existir como um “sistema de relações entre agentes distintos e independentes que alcançam um equilíbrio ou acordo”. À vista disso temos o mercado como um sistema vivo, no qual as práticas dos atores provocam constantes enquadramentos que são tomados como referência, não se limitando à racionalidade instrumental e econômica. Deste

modo, o mercado está sempre sendo construído e isso envolve arranjos heterogêneos de pessoas, coisas e dispositivos sociotécnicos, ou seja, são coletivos híbridos (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Além do enquadramento um tema central neste campo de análise é o interesse em como teorias, dentre elas podemos citar as de economia e de marketing, influenciam a realidade. Como essas teorias ajudam a performar determinadas visões de mercado em vez de simplesmente descrevê-los (HARRISON; KJELLBERG, 2016). Segundo Kjellberg e Helgesson (2007), *performatividade* corresponde ao encadeamento no qual as práticas com fundamento nas teorias são refletidas nos mercados, ou seja, como as ideias sobre os mercados participam na formação dos mesmos. Callon (1998, p. 2) trabalhou o conceito de performatividade asseverando que a “ciência econômica, no sentido amplo do termo, executa, molda e formata a economia, ao invés de, somente observar como ela funciona”.

De acordo com Aspers (2007), a performatividade manifesta que os atores econômicos, bem como os cientistas que desenvolvem as teorias, as usam ao interagir com o mundo moldando-o conforme seus conceitos. Desta maneira, eles consomem a ciência econômica, tornando a economia mais parecida com as suas teorias. Fligstein e Dauter (2007) argumentam que os instrumentos que os atores dispõem para interpretar e definir seus mundos econômicos difundem ideias sobre como a atividade econômica deve funcionar, organizando a interação sobre as trocas.

Um outro conceito indispensável para os Estudos de Mercados Construtivistas, se refere ao *agenciamento*, que segundo Çalıřkan e Callon (2010), é o ato de elementos heterogêneos se ajustarem, se combinarem, uns aos outros na rede. De acordo Deleuze e Guattari com (2007, apud CAVALACANTE, 2020, p. 86), o “agenciamento é sempre coletivo [...] significa estabelecer conexões-conjunções [...] possíveis graças a uma simpatia ou a uma conveniência”. Nesse sentido, ante o exposto, algo existe entre os atores que viabiliza um determinado encaixe de modo que “diferentes agentes e posições no mercado são criados, tornando possível traçar relações de dominação à medida que são dinamicamente estabelecidos” (ÇALIŞKAN; CALLON, 2010, p. 9).

Segundo Hagberg e Kjellberg (2015); Harrison e Kjellberg (2016); e Kjellberg e Helgesson (2007), o Estudo de Mercado Construtivista possui caráter interdisciplinar. Esse prisma teórico possui também o interesse de elucidar como mercados são continuamente construídos e moldados por meio de cotidianas práticas que são importantes instrumentos de análise. Considera-se, então, que são entidades plásticas em incessante formação.

2.1.1 Práticas de mercado

De acordo com Reckwitz (2002), as práticas são um modo costumeiro como os corpos são movidos, os objetos são utilizados, os sujeitos são tratados, as coisas são descritas, e o mundo é entendido, de maneira que são compreensíveis para os agentes que executam as práticas e também para potenciais observadores, ao menos dentro da mesma cultura. Segundo Kjellberg e Helgesson (2007), práticas de mercado são de forma ampla, todas as atividades realizadas pelos agentes que contribuem para constituir os mercados. Essa definição deve incluir esforços continuados para moldá-los e formatá-los, bem como para neles comercializar.

Acerca do exame das práticas de mercado Kjellberg e Helgesson (2007, p. 140) expõem que podem ser usadas para tratar de duas questões importantes “primeiro que formas possíveis podem assumir as trocas econômicas e os mercados? [...] E em segundo lugar como um determinado mercado está sendo moldado?”. A primeira pergunta indaga sobre o que está sendo moldado por meio da prática de mercado. Já a segunda visa proporcionar meios para uma melhor compreensão dos processos que levam a esses resultados.

Consoante a Andersson, Aspenberg e Kjellberg (2008), o interesse na prática atrai a atenção para o nível micro, para o que os atores fazem em um sentido altamente específico. Essa perspectiva aponta particularmente para como as práticas individuais se interligam para produzir mercados. Ainda segundo os autores a análise por meio desse prisma não lida com reivindicações de conhecimento baseadas em diferentes perspectivas sobre uma única realidade, mas sim com práticas que representam diferentes realidades, que estão preocupadas principalmente em como o mundo é feito, e não em como o entendemos.

Tal abordagem provê uma útil contribuição, pois ilumina a faceta prática de ser um ator de mercado, por meio do exame tanto das ações concretas realizadas por aqueles envolvidos na compra e venda de mercadorias, quanto pelo exame das regras e ferramentas empregadas como parte de situações de trocas (ANDERSSON; ASPENBERG; KJELLBERG, 2008). Segundo Kjellberg e Helgesson (2007, p. 154), “conceber os mercados como constituídos pela prática nos permite dar conta da importação de ideias de mercado na formação dos mesmos, tanto em termos de quais ideias participam quanto de como participam”. Dessa forma, destaca-se a importância da performatividade para o estudo do mercado.

Estudar mercados implica em observar as ações e interações como práticas (de troca, de representação, e de normatização) que ocorrem continuamente, as quais podem modificar relações e remodelar as estruturas. Isso fornece uma visão alternativa de como os mercados evoluem proporcionando novas ferramentas no esforço para formatá-los (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). A relevância da investigação da prática evidencia a necessidade de examinar o funcionamento dos mercados para melhorar suas definições.

Esse interesse na apreciação da prática de mercado tem justificativas ontológicas e metodológicas. De acordo com Kjellberg e Helgesson (2007), a fundamentação ontológica salienta a característica emergente e flexível da realidade, já que implicam entidades heterogêneas produzidas e estabilizadas na interação, que é simultaneamente material e social. Uma consequência metodológica é que os investigadores no lugar dos atores, determinam que tipos de tijolos o mundo social é feito. Dessa forma em lugar de assumir qual é a essência da realidade, tratam a ampla variedade de maneiras pelas quais a realidade está sendo construída simultaneamente como um tópico para pesquisa empírica (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Supostamente, definir a lista de características que são próprias dos mercados seria inviável. Posto isso, de acordo com Kjellberg e Helgesson (2007), a atenção deve ser direcionada para como os atores são capazes de fazer na prática. Desse modo, tem-se como objetivo dirigir a atenção para os verbos (o processo) contrariamente aos substantivos (o resultado) quando no exame da organização econômica. Kjellberg e Helgesson (2007) trabalharam em um modelo conceitual que serve como uma ferramenta viável para abordar questões relacionadas à configuração prática dos mercados. Essas são constituídas por três tipos que se interligam continuamente: Práticas normativas; práticas de troca; e práticas representacionais, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 - Práticas de mercado

PRÁTICAS DE TROCA
<ul style="list-style-type: none"> • Inclui todas as atividades idiossincráticas relacionadas a uma troca econômica específica, como particularizar e apresentar produtos, negociar preços e condições de entrega, publicidade, organização da distribuição de mercadorias, teste comparativo de produtos, etc.
<ul style="list-style-type: none"> • Essas atividades contribuem para estabilizar temporariamente certas condições (as partes na troca, objeto da troca, preço, termos de troca) para que uma troca econômica se torne possível.

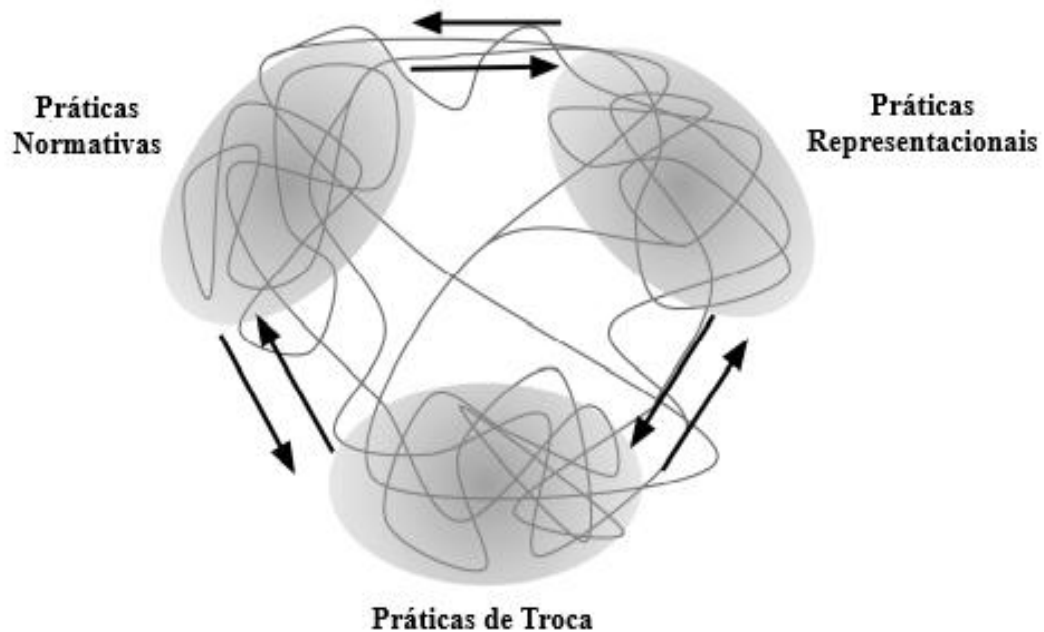
<ul style="list-style-type: none"> • A prática de troca está repleta de dispositivos, dentre os quais podemos citar: Prateleiras de supermercado, formulários de pedidos, cotações de ações, entre outros.
PRÁTICAS REPRESENTACIONAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Os mercados são entidades abstratas e para falar de mercado para um determinado tipo de mercadoria, é necessário transpor as distâncias temporais e espaciais entre as trocas individuais e produzir imagens desse mercado.
<ul style="list-style-type: none"> • A realização de representações, contribui para moldar os fenômenos que eles representam.
<ul style="list-style-type: none"> • Representações de mercados são usadas para estabelecer direções preferenciais para alguns grupos de atores, por exemplo, como parte dos esforços de uma empresa para formular uma estratégia de mercado.
PRÁTICA DE NORMATIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Esta categoria foi concebida para dar conta das atividades que contribuem para estabelecer diretrizes / normas de como um mercado deve ser moldado ou funcionar de acordo com algum grupo de atores.
<ul style="list-style-type: none"> • Inclui esforços para especificar regras gerais de concorrência e marketing e a aplicação de tais regras a casos específicos.
<ul style="list-style-type: none"> • Esforço de formulação de padrões voluntários, tanto privadas quanto oficiais, que podem afetar substancialmente os mercados.

Fonte: Adaptado de Kjellberg e Helgesson (2007).

Segundo Kjellberg e Helgesson (2007), uma particularidade que chama atenção é como são vinculadas as práticas de mercado. Uma vez que quando uma atividade é realizada, pode contribuir para estabelecer objetivos normativos, consumir trocas econômicas ou gerar representações. De acordo com Kjellberg e Helgesson (2007, p. 144), no decorrer de sucessivas ações que se interligam “tradução é o processo social por meio do qual uma ideia, uma regra, um texto, um produto, uma tecnologia, uma reivindicação se espalham através do tempo e do espaço”.

O conceito de tradução fornece uma ferramenta teórica. Dado que auxilia a compreender como as práticas de mercado são associadas, conectadas ou emaranhadas, em cadeias semicíclicas e reversíveis que se trespassam causando interferência umas nas outras (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Esse transporte através do tempo e do espaço remodela costumeiramente aquilo que está sendo movido gerando associações rastreáveis entre as práticas, consoante a imagem retratada na Figura 1.

Figura 1 - Possíveis vínculos forjados por meio de traduções entre as práticas de mercado representacionais, de norma e de troca



Fonte: Kjellberg e Helgesson (2007, p. 146, tradução nossa).⁴

Cada uma das práticas supracitadas interfere na outra, portanto o mercado é constituído por uma rede de processos contínuos, de traduções que modificam, dinamizam, e articulam tais ações. Isso proporciona variações em sua concepção, dessa maneira a imagem resultante da vinculação ou melhor da tradução de tais práticas, são mercados como performances em constante mudança, nos quais cada atividade permanece na sua condição pelo modo como está conectada a outra (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Em vista do exposto acerca das traduções Kjellberg e Helgesson (2007, p. 149-150) salientam que:

Com base nas normas sobre o que medir (medidas) e como medir (métodos de medição), as práticas representacionais podem traduzir trocas alteradas em medições de um mercado alterado. Essas descrições podem, por sua vez, serem usadas como parte dos esforços para alterar regimentos, como resultados que atuam sobre a prática de troca, por exemplo, na forma de cálculos de custos e avaliações de atividades de marketing. Por fim, os interesses decorrentes das situações de troca podem retroalimentar e influenciar as práticas de normatização.

Kjellberg e Helgesson (2007) apresentam uma maneira de analisar as diferenças na constituição atual dos mercados. Visto que consideram a intensidade relativa com que as três práticas relatadas ocorrem, as ligações entre elas, e o grau de sobreposição dos atores

⁴ Original: *Normalizing practices; Representational practices; Exchange practices.*

participantes. Ainda consoante aos autores, entre as diversas e variadas entidades envolvidas nas cadeias de traduções se encontram aqueles que se esforçam no desmonte das estabelecidas ou no encorajamento de novas outras.

Conforme essa visão, Callon (1998) traz a luz que o mercado é um fenômeno em ininterrupta estruturação. Dado que resulta de um processo de combinação entre atores humanos e não humanos estabelecidos em uma rede que garante por um intervalo de tempo a composição de uma determinada realidade de mercado. Portanto, adequar-se é questão de agenciamento, posto que “os mercados não são apenas interfaces que conectam atores para facilitar a circulação de mercadorias, mas lugares onde os mesmos atores e mercadorias são continuamente, por meio das práticas, por vezes pré-configuradas, modelados e remodelados” (COCHOY; TROMPETTE; ARAUJO, 2016, p. 8).

Kjellberg e Helgesson (2007) destacam que diante da diversidade de práticas que se relacionam na formação dos mercados, é necessário observar que as ideias e teorias não são concebidas como dissociadas e isoladas da prática. Também não estão especificamente situadas como parte de uma categoria particular de prática. Isso significa, como dito anteriormente que a performatividade se constitui como uma ferramenta de considerável importância no estudo de como as traduções ocorrem.

2.1.2 Práticas Representacionais

Nas palavras de Warde (2005) as práticas compreendem o desdobramento de comportamentos que incluem atividades, performances, e representações de modo que é importante notar que consistem tanto em fazeres quanto em dizeres. Isso sugere que a análise deve se preocupar tanto com a atividade prática quanto com suas representações. Desta forma, a importância das práticas representacionais advém das descrições, imagens, símbolos, conceitos, e entendimentos sobre o fenômeno (KJELLBERG; HELGESSON, 2007),

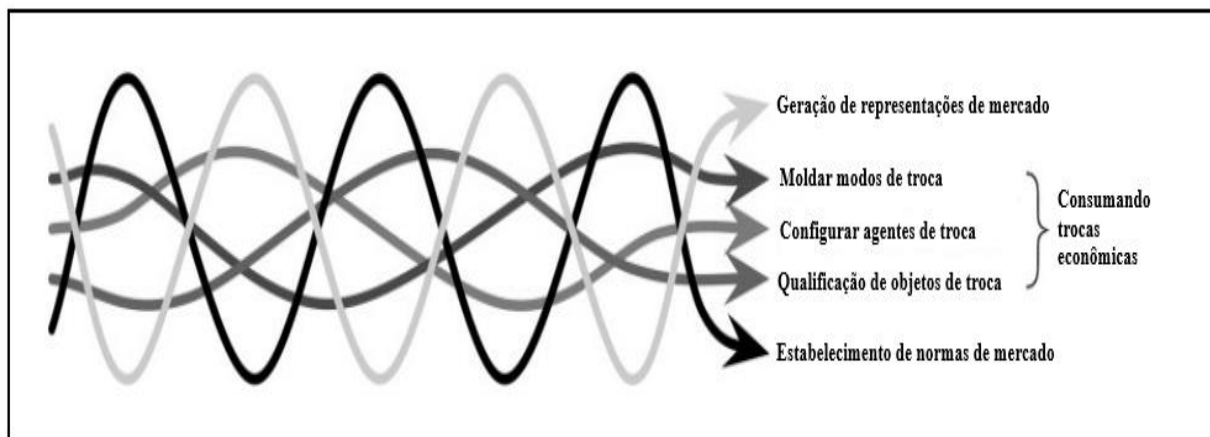
As práticas representacionais compreendem atividades que contribuem para descrever e representar como os mercados operam por meio da utilização de medidas e métodos de avaliação, muitas vezes evidenciados em relatórios ou periódicos setoriais como os voltados a sustentabilidade (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Segundo Storbacka e Nenonen (2011, p. 258), tais práticas “são os meios para os atores [...] tornarem seus modelos de negócios visíveis, também para aqueles [...] com os quais atualmente não têm interação direta”, de forma que ajudam na constituição e realização nos mercados. Segundo Kjellberg e Helgesson

(2007), são concebidas e empregadas como tecnologias de controle, e devem ser entendidas como tentativas de instituir versões particulares da organização, seus membros, e suas atividades.

Kjellberg e Helgesson (2007) destacam que estas práticas permitem que os agentes direcionem mercados por meio de imagens e símbolos, com o objetivo de influenciar as ações futuras dos que nele funcionam. Ainda segundo os autores, à vista disso, a partir de representações de mercados determinadas segundo o paradigma de algum ator ou grupo de atores que se encontrem em situação de prevalência, o propósito é atuar sobre práticas de normatização e de troca. Isso posto, as representações possuem considerável relevância, pois favorecem a constituição do fenômeno representado fazendo com que a ideia seja refletida na realidade (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Quando a noção de performatividade empregada por Callon (1998) é aplicada, entendemos que a realidade social não é dada, porém de forma constante é reformulada por intermédio de repetidas práticas representacionais instituídas no mercado. Harrison e Kjellberg (2016) contribuíram para o debate ao elaborar um modelo que retrata como cinco subprocessos, representados na Figura 2, se interrelacionam. Tal modelo ilustra como os participantes formam os mercados e como as representações estão presentes percorrendo todos os subprocessos.

Figura 2 - Modelagem de mercado conceituada como cinco subprocessos entrelaçados



Fonte: Harrison e Kjellberg (2016, p. 451, tradução nossa).⁵

⁵ Original: *Qualifying exchange objects; Fashioning modes of Exchange; Configuring exchange agentes; Establishing market norms; Generating market representations.*

Três dos subprocessos elencados na Figura 2 estão conectados de forma mais estreita. Esses subprocessos estão diretamente implicados em como as trocas econômicas ocorrem *qualificação de objetos de troca, moldando modos de troca, e configurando agentes de troca*. Os outros dois indicam que a formação de mercados depende da *geração de imagens* de certas trocas econômicas ocorridas bem como do *estabelecimento de objetivos normativos* (HARRISON; KJELLBERG, 2016).

O subprocesso de *qualificação de objetos de troca*, consoante a Harrison e Kjellberg (2016), trata da definição das qualidades de um produto que segundo os autores é sempre intrínseca e extrínseca. Possui caráter intrínseco ao referir-se à remodelação da oferta para modificar sua performance em alguma dimensão. E é extrínseco quando corresponde a concepção de metrologias próprias que podem ser utilizadas para checar produtos ou serviços.

Na qualificação⁶ características estabilizadas, singularizadas, e objetificadas são atribuídas aos produtos, fazendo com que adquiram determinada significância tornando-os passíveis de cálculo. Isso possibilita aos usuários/consumidores comparar e escolher (REIJONEN; TRYGGESTAD, 2012). Todavia, tão logo a definição quanto ao uso de um produto seja mudada este é requalificado e as especificações, modos de produção, distribuição e troca que se encontravam consolidados, são restruturadas até que se alcance uma nova estabilidade (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Segundo Harrison e Kjellberg (2016), ao contrário do consumidor que pega, paga, leva, e consome destruindo o valor que estava na mercadoria, os usuários possuem postura ativa com relação aos produtos ou serviços, visto que, embutem representações que desejam perceber, ou seja o valor está sobre o uso. Usuários podem executar um papel relevante na determinação dos atributos e da trajetória inovadora dos produtos e serviços gerados. Além disso “suas preferências e representações podem subverter a intenção original dos produtores, atribuindo significados aos produtos de forma jamais antes imaginada” (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005, p. 98). Os usuários procuram certos valores no ato de utilizar, que demandarão algumas diferenciações ou requalificações dos atores que estão nas cadeias produtivas.

⁶ “O processo de qualificação, incluindo objetificação e singularização, formam a substância de qualquer transação de mercado. Por meio da objetificação, o objeto se torna uma coisa e, por meio da singularização, torna-se uma coisa cujas propriedades são ajustadas ao mundo do comprador, se necessário, transformando esse mundo” (CALLON; MUNIESA, 2007, p. 1234 apud MCFALL, 2009, p. 271).

Isso faz com que os produtores se adaptem tomando uma nova forma, como consequência modificam o mercado pela qualificação dos objetos que são transacionados (HARRISON; KJELLBERG, 2016). Diante desse cenário, por meio da qualificação, o produto se insere no mundo do usuário, se enredando nas redes de relações sociotécnicas que constituem seu mundo (CALLON; MUNIESA, 2005). Essa conjuntura pode ser particularmente ilustrativa no que concerne a incorporação de representações na qualificação de objetos de troca pois as propriedades do produto eventualmente se estabilizam, em alinhamento com os interesses dos atores do mercado, ao mesmo tempo que os moldam (REIJONEN; TRYGGESTAD, 2012).

Com relação ao segundo subprocesso *moldar modos de troca* que diz respeito à organização do encontro e subsequente troca econômica de um bem, Harrison e Kjellberg (2016), destacam a importância da criação de infraestruturas transacionais e do estabelecimento de rotinas de interação com o fito de mediar a produção e o consumo. A primeira faceta complementar referente a esse subprocesso está intimamente ligada ao que Andersson, Aspenberg e Kjellberg (2008) denominaram como *inscrição*. Tem como objetivo pré-configurar de forma antecipada, isto é, adicionar propriedades às entidades para que consigam funcionar em tais infraestruturas comerciais.

O outro enfoque compreende esforços para garantir que as entidades, desde que sejam capazes de executar ações roteirizadas, incorporem determinadas informações, conhecimentos ou dispositivos. Isso com a finalidade de compor uma sequência interativa de trocas econômicas (HARRISON; KJELLBERG, 2016). Assim, Andersson, Aspenberg e Kjellberg (2008) propuseram o termo *roteiro* tendo em vista um contexto presumido como o processo de elaboração de ações distintas ligadas ao modo de troca, com a intenção de estabelecer de que maneira as entidades participantes devem agir.

As formas de interações envolvendo pré-configurações, segundo Andersson, Aspenberg e Kjellberg (2008), possibilitam a compreensão de como os participantes do mercado se identificam e como são negociados os limites das suas capacidades. Nas interações práticas as entidades podem ser vistas como prescrevendo certas performances ou modos de troca, enquanto assimilam algumas das prescrições feitas pelos demais atores (ANDERSSON; ASPENBERG; KJELLBERG, 2008). Isso explica as dinâmicas entre os diversos atores implicando em quem integra, quem foi deslocado, ou até mesmo quem foi excluído de um dado mercado por descumprimento quanto aos modos de representação e troca (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

No que concerne a *configurar agentes de troca*, Harrison e Kjellberg (2016) aduzem que este subprocesso ocorre por meio do agenciamento de coletivos heterogêneos capazes de responder à outra parte e de executar ações específicas estabelecendo interações. Dessa maneira, por meio dos agenciamentos, processos que vão desde educar atores a organizar cadeias produtivas são acionados. Segundo Kjellberg e Helgesson (2007), o crescente número de requisitos de sustentabilidade a serem atendidos baseados em comércio justo e rotulagem ecológica, para mercadorias e processos de produção, surgem como um exemplo importante de configuração de agentes de troca.

De acordo com Andersson, Aspenberg e Kjellberg (2008), os atuantes são aqueles que agem, que dão a forma, que cumprem ativamente o papel de formuladores de governança, tal como as grandes empresas. De outra parte, os atores aqueles os quais as ações são atribuídas após o fato, são afetados pelas regulações, e podem ser considerados como tomadores de governança (ANDERSSON; ASPENBERG; KJELLBERG, 2008). Nesse contexto os produtores integrantes da Cadeia Produtiva Agroindustrial da bovinocultura de corte representam um grande grupo de tomadores de governança (OLIVEIRA, 2017).

É válido considerar que os atores se tornam atores quando reconhecidos por outros em interações concretas. Essa conjectura deve estar alinhada com a observação de que muitas tentativas são feitas para afetar esse reconhecimento em situações futuras - quer dizer tentativas de moldar os atores em antecipação (ANDERSSON; ASPENBERG; KJELLBERG, 2008). O atuante dá a forma da interação, logo se não for exequível dentro da conformação demandada, se não houver capacidade por parte do produtor em seguir a formatação representada, não conseguirá a abertura para atingir o mercado pretendido (ANDERSSON; ASPENBERG; KJELLBERG, 2008). Desse modo “os atuantes corporativos tendem a dominar o processo de negociação e sair predominantes, alinhando estrategicamente o objeto da regulação privada de acordo com seus próprios objetivos” (GRABS, 2020, p. 5).

À vista disso, os custos de não adesão ainda que indiretos e significativos são maiores do que os custos de adesão (AMARAL, 2014). De acordo Kjellberg e Helgesson (2007), os requisitos de sustentabilidade geram configurações consideravelmente específicas, que estão longe de terem simples aplicabilidade. Isso faz com que seja necessário que os produtores disponham de sofisticados dispositivos, muitas vezes técnicos, para que as conexões sejam possibilitadas, em outros termos as práticas normativas influenciadas em grande parte pelas práticas representativas servem de limites para estabilizar e proteger mercados, e o desafio do

produtor está em se engajar nos padrões de consumo contínuos (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Callon (1998a) afirma que a extensão de uma determinada forma de mercado organizado, garante o domínio dos agentes que calculam de acordo com as específicas regras vigentes o que corresponde sempre à imposição de determinados instrumentos de cálculo. Nesse sentido, o atendimento às especificações impostas pelas empresas se torna obrigatório, por conseguinte, qualquer integrante da cadeia que não atenda a essas exigências pode sofrer restrições. Esse cenário tem se tornado constante na economia, dado que o estabelecimento das diretrizes utilizadas para calcular⁷ as decisões é o ponto de partida dos vínculos de dominação, impondo os instrumentos em que essas regras se inserem (CALLON, 1998a).

Loconto e Busch (2010) apontam que o poder é a capacidade de definir as regras que os outros devem seguir. Dessa maneira, as diretrizes de sustentabilidade se apresentam como uma forma de poder codificado, já que refletem os interesses, valores, e representações dos grupos de maior influência. Dentro dessa perspectiva, segundo Callon (1998a), o mercado se apresenta como um processo no qual as agências calculadoras competem e cooperam entre si.

Isso significa que uma vez estruturada cada agência é capaz de integrar os cálculos já constituídos de outros em seus próprios. Ao fazerem isso perseguem seus interesses. Para tal fim, realizam cálculos, que podem ser vistos como uma operação de otimização, maximização, ou sobrevivência com o propósito de permanecerem nos mercados (CALLON, 1998a).

No subprocesso relativo à *geração de representações de mercado* Harrison e Kjellberg (2016) expressam que imagens, diagramas e textos sobre como os mercados funcionam são produzidas a partir da agregação de trocas econômicas. O uso de métodos e instrumentos específicos de avaliação a respeito do que medir e como medir estão no centro das práticas representacionais. Isso proporciona ideias, visões, e conceitos sobre os mercados que por sua parte impactam nas práticas de normatização e troca (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

A geração de representações de mercado dependerá das trocas que estão sendo agregadas, de como são retratadas e das normas de mercado estabelecidas. Desse modo para que ocorram, essas atividades podem envolver equipes de vendas, marketing, gerenciamento

⁷ “Calcular não significa necessariamente realizar operações matemáticas ou mesmo numéricas. O cálculo começa estabelecendo distinções entre coisas ou estados do mundo e imaginando e estimando cursos de ação associados a essas coisas ou a esses estados, bem como suas consequências.” (CALLON; MUNIESA, 2005, p. 1231).

de produtos, analistas de mercado especializados, usuários, e demais *stakeholders* (HARRISON; KJELLBERG, 2016). Os dispositivos de mercado que de forma resumida são os conjuntos materiais e discursivos que intervêm diretamente na construção dos mercados, articulando ações, agindo, ou fazendo os outros atores agirem, possuem participação ativa nesse subprocesso pois proporcionam representações e geram efeitos nos mercados (ÇALIŞKAN; CALLON, 2010).

Dentre os dispositivos podemos citar como exemplos, as técnicas analíticas de precificação, métodos de contabilidade, sistemas de monitoramento de desempenho, configurações de compra, ferramentas de merchandising, protocolos de negociação, contratos específicos, dentre outros (ARAUJO; KJELLBERG, 2009). Ao se vincularem às práticas econômicas, as representações passam a ser manobradas como artifícios discursivos nos mercados. Isso faz com que se integrem ao acervo representacional que os atuantes lançam mão para acessar e construir mercados visando reconhecimento (NIEDERLE, 2016).

E por último em relação ao *estabelecimento de normas de mercado*, este subprocesso visa reformar ou desregular em conformidade com determinados atores, entendimentos compartilhados, regras, e normativas sobre como um mercado deve ser sistematizado (HARRISON; KJELLBERG, 2016). De acordo com Kjellberg e Helgesson (2007), estipular regras depende de imagens das situações que as normas intencionam regulamentar, no qual as representações dos mercados e de seus atores compõem um indispensável insumo para as práticas de normatização. Regularmente, esse subprocesso relaciona-se a quais valores devem nortear os atores em um dado mercado, tornando-o de sobremodo político (HARRISON; KJELLBERG, 2016).

Conforme Harrison e Kjellberg (2016), a configuração dos regramentos de mercado implica habitualmente formuladores de políticas, autoridades, e outros *stakeholders* que também tenham interesse em influenciar nesses processos. As práticas normatizadoras não devem ser tratadas como atividades autônomas, uma vez que influenciam e são influenciadas por práticas representacionais e de troca (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Diante do exposto, verifica-se que mudanças resultantes em qualquer um dos subprocessos supracitados, elencados na Figura 2, possivelmente afetará o modo como os outros acontecem. Particularmente se mudanças substanciais estiverem ocorrendo em um ou mais deles devido estarem emaranhados como parte da prática contínua do mercado (HARRISON; KJELLBERG, 2016).

Desse modo resta manifesto que os mercados não são inertes. São continuamente recriados por imagens alternativas disseminadas por meio de imbricadas e repetidas práticas representacionais dispostas em nítidas tentativas de alteração das práticas de normas e de troca (HARRISON; KJELLBERG, 2016). Como exemplo disso temos os requisitos de sustentabilidade. Na próxima seção será abordado o conceito de Desenvolvimento Sustentável e com suas respectivas implicações.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esse tópico aborda os conceitos do Desenvolvimento Sustentável e da Governança juntamente com suas respectivas implicações na conduta e no desempenho dos componentes que integram a Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte. RSC e ESG são tratados, pois auxiliam a entender particularidades que envolvem o comportamento de uma empresa sustentável. A incorporação de práticas sustentáveis tem se tornado recorrente no meio produtivo, fruto de reflexão sobre a necessidade de buscar novas alternativas de desenvolvimento.

2.2.1 Desenvolvimento Sustentável e Governança Ambiental

A noção do desenvolvimento sustentável emergiu em decorrência de preocupações com o estado do ecossistema que estava ameaçado, mais precisamente pelo impacto negativo da atividade econômica sobre o ambiente natural. Desse modo, tornou-se necessário encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente (RYBAK; RYBAK; KOLEV, 2021). À vista disso, Veiga (2006) expõe que por meio de questões levantadas pelas ciências humanas e da natureza, modelos de desenvolvimento vêm sendo apontados com o intuito de possibilitar a compatibilização do crescimento e da preservação.

Diante dessa problemática, uma definição sobre desenvolvimento sustentável foi apresentada na década de 1980 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do relatório denominado *Nosso Futuro Comum*. O conceito é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1988, p. 46). De acordo com

Turner, Pearce e Bateman (1993), com base na definição apresentada pelo relatório, tanto a equidade intergeracional como a intrageracional, devem ser atendidas antes que qualquer sociedade possa atingir a meta de sustentabilidade. Logo, ainda segundo os autores, o desenvolvimento socioeconômico deve ser realizado de forma a minimizar os efeitos da atividade econômica sempre que os custos sejam suportados pelas gerações futuras.

De acordo com Baroni (1992), com referência ao conceito oportunizado pelo relatório, o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação econômica, estrutural e social, contribuiu no sentido de traçar novas linhas de orientação. Por meio desse prisma foi incluído no paradigma da produção a satisfação das necessidades básicas e a preservação do meio ambiente. Segundo Figueiredo e Schneider (2016), como resultado das amplas recomendações feitas pela CMMAD, ocorreu no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (*Cúpula da Terra* ou *Rio 92*), que colocou o tema diretamente na agenda pública de uma maneira nunca antes feita.

A *Agenda 21*, principal resultado da Conferência, ápice de duas décadas de trabalho que tiveram início em Estocolmo em 1972, propôs pela primeira vez o desenvolvimento sustentável como estratégia comum para a humanidade. (FONG; SUN; CHEN, 2022). Nesse documento um programa detalhado foi delineado com o objetivo de afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico (FIGUEIREDO; SCHNEIDER, 2016). De acordo com Andrade (2013), a década de 1990 foi intensa devido ao alto número de conferências ocorridas dentro do âmbito das Nações Unidas como a já referida *Rio 92*, a Cúpula Mundial pela Criança – Nova York / 1990, a Conferência Internacional sobre Nutrição – Roma / 1992 e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Cairo / 1994, entre outras.

Essas conferências tiveram influência direta na consolidação de uma agenda voltada ao desenvolvimento em consonância com valores socioambientais, cujo conteúdo se desdobraria em objetivos e metas com indicadores numéricos e temporais (ANDRADE, 2013). Para dar consecução a implementação do desenvolvimento sustentável, em 8 de setembro de 2000, os membros das Nações Unidas se reuniram no evento chamado Cúpula do Milênio para debater e estabelecer as prioridades para um plano global de desenvolvimento. O principal documento resultante da Cúpula foi a Declaração do Milênio, que representou a convergência de interesses de 189 nações e 147 chefes de estado e de governo no reconhecimento e superação dos desafios a serem enfrentados (HULME, 2009).

Na Declaração do Milênio ficaram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em que os líderes mundiais participantes se comprometeram a colocar em prática ações para que tais objetivos fossem alcançados até o ano de 2015 tomando como base as estatísticas de 1990 (ANDRADE, 2013). Segundo Barcellos e Carvalho (2015, p. 7), o plano de ação elaborado para tornar exequíveis as ideias ratificadas na Declaração do Milênio “surtem no documento *Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration* aprovado pela 56ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas em 2001”. Tal documento apresentou ao público um conjunto acabado de oito objetivos principais, com 21 metas e 60 indicadores (BARCELLOS; CARVALHO, 2015). Consoante ao UNDP (2022), os oito ODM são:

- 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) atingir o ensino básico universal; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade na infância; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Apesar dos avanços e da mobilização gerada na comunidade internacional, os ODM se mostraram insuficientes em promover o desenvolvimento em suas dimensões econômica, social e ambiental, dado que os índices de degradação ambiental e desigualdade persistiam (LAUAR, 2019). Ainda de acordo com a autora, um fato que dificultou a plena efetivação dos ODM foi seu caráter generalizante, uma vez que ignorava os diferentes panoramas entre as nações. Dessa forma, com o fito de dar prosseguimento a esta mobilização os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgem, uma vez que era necessário a estruturação de metas precisas e com indicadores mensuráveis que deveriam reconhecer os distintos contextos, capacidades e níveis de desenvolvimento de cada país (ANDRADE, 2013).

Isso posto, os ODS também conhecidos como objetivos globais foram aprovados na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015 após a assinatura de 193 chefes de estado. Desde então se tornaram o ponto de referência fundamental para o desenvolvimento sustentável global até o ano de 2030 (GIL, 2018). O Brasil como signatário acordou apresentar anualmente uma revisão nacional voluntária sobre os avanços para os atingimentos das metas (BARRETO *et al.*, 2017).

De acordo com Belluzzo (2018), os ODS são integrados. Isso confirma que a ação em uma área afetará os resultados em outras, e que o desenvolvimento deve equilibrar a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Esses objetivos estão descritos na Agenda

2030, que é um ambicioso plano de ação global que reúne os 17 ODS e 169 metas criadas para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações (BELLUZZO, 2018).

Agenda 2030 propõe uma coordenação das ações de governos, empresas, academia, sociedade civil organizada e indivíduos para alcançar o atingimento dos 17 ODS (YIU; SANER, 2017). As diretrizes contidas na agenda estão consistentemente relacionadas com a implementação dos ODS em políticas públicas e práticas privadas. Seu desdobramento efetivo é influenciado por diversas variáveis intervenientes como regulação, procedimentos e padrões tanto estatais como privados (DENNY, 2018). Os 17 ODS, descritos conforme ONU (2022), se mesclam de forma equilibrada, e podem ser vistos conforme representado na Figura 3.

Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS



Fonte: ONU (2022).

Os ODS foram estabelecidos propondo respostas sistêmicas a uma visão global e inter-relacionada de desenvolvimento sustentável se baseando em três pilares: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental (RYBAK; RYBAK; KOLEV, 2021). Por meio desses objetivos e metas houve a possibilidade de se concentrar o trabalho em áreas prioritárias. Isso propiciou uma melhoria na disponibilidade de dados e indicadores de desenvolvimento, bem como um aprimoramento dos sistemas estatísticos nacionais, juntamente com um reforço da cultura da responsabilidade (GIL, 2018).

Segundo Topple *et al.* (2017), os ODS fornecem um caminho mais claro para a sustentabilidade, ficando compreensível para os atuantes quais questões críticas existem no nível local, e como podem abordá-las por meio da interação com os colaboradores. Assim, o alcance dos propósitos elencados está associado ao aumento da competência por parte das

empresas e governos ao incorporarem prioritariamente os ODS em suas estratégias (ZHIRONKIN; CEHLÁR, 2022). Ainda segundo os autores atender a tais objetivos e metas equipara problemas ambientais e sociais que muitas vezes têm raízes comuns.

Com o objetivo de analisar o cenário o Fórum Econômico Mundial publicou no ano de 2022, o *Global Risks Report 2022 - 17th Edition*. Por meio de uma pesquisa de opinião, mais de 12.000 líderes nacionais de 124 países foram consultados, e identificaram os principais riscos em escala global para os próximos dez anos. Do total apresentado, conforme retrata a Figura 4, cinco riscos têm relação direta com o meio ambiente sendo eles: eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade, danos ambientais resultantes da atividade humana, e escassez de recursos naturais (WEF, 2022).

Figura 4 - Os riscos mais graves em escala global nos próximos 10 anos



Fonte: World Economic Forum (2022, p. 14, tradução nossa).⁸

Desse modo, face a preocupações como a proteção ecológica, defesa do consumidor, qualidade dos produtos, práticas trabalhistas, direitos humanos, e outras questões socioambientais o crescimento da economia tem sido cada vez mais entendido como elemento de um processo maior. Isso porque seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios. Destarte, fica patente que políticas de desenvolvimento e produção devem ter como base valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica (VEIGA, 2006).

⁸ Original: *Climate action failure; Extreme Weather; Biodiversity loss; Social cohesion erosion; Livelihood crises; Infectious diseases; Human environmental damage; Natural resource crises; Debt crises; Geoeconomic confrontation.*

Como consequência, intensifica-se as expectativas a respeito da responsabilidade e da conduta organizacional apropriada. Consoante a Yiu e Saner (2017), para o êxito no alcance de tais metas o setor privado detêm papel preponderante devido ao seu alcance global. Desse modo, espera-se o envolvimento e contribuição das empresas para a capacitação e mobilização de recursos financeiros visando implementar compromissos contidos nos ODS.

Por conseguinte, atentar para a gestão socioambiental se tornou um importante instrumento para criação de competitividade cuja finalidade é garantir que produtos e processos de produção observem padrões mínimos de sustentabilidade (AMARAL, 2014; SANTOS, 2017). De acordo com Thorstensen, Mota e Corrêa (2018), os padrões de sustentabilidade são parâmetros⁹ técnicos e de processos produtivos, que estão em sintonia com os ODS. São usados para avaliar o desempenho socioambiental das empresas e podem ter um alcance nacional ou transnacional.

Segundo Fransen e Kolk (2007), tais padrões de aderência voluntária criados por multinacionais, redes varejistas e organizações não governamentais (ONG), visam melhorar o comportamento responsável dos integrantes das cadeias de produção agroindustrial. Em termos de ações concretas a Organização Internacional para Normalização (ISO)¹⁰ com base no Código de Saúde Animal Terrestre (TAHC)¹¹, lançou a ISO/TS 34700: 2016 - Gerenciamento do bem-estar animal – Requisitos e orientações gerais para organizações da cadeia de suprimento de alimentos (ALVES *et al.*, 2020). Esse documento fornece um conjunto de parâmetros técnicos e de processos produtivos, referentes ao bem-estar animal, para que haja uma melhoria contínua.

Se destina a proteger animais terrestres criados para a produção de alimentos ou rações, que são regularmente mantidos em fazendas altamente industrializadas (ISO, 2016). Dessa forma, fica estabelecido o que é considerado um procedimento alinhado com questões socioambientais (FRANSEN; KOLK, 2007). Na União Europeia, o tema é objeto de legislação, de maneira que é previsto na Política Agrícola Comum (PAC), que resguarda a manutenção da ecocondicionalidade¹², considerando não apenas a saúde da população e a

⁹ Segundo Reese *et al.* (2001, p. 11), esses parâmetros, também chamados de quadros são “princípios organizadores [...] socialmente partilhados e persistentes ao longo do tempo, que trabalham simbolicamente para representar o mundo social”.

¹⁰ É uma ONG independente composta por 167 membros de organismos nacionais de normalização (ISO, 2022).

¹¹ Esse Código foi publicado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) (ALVES *et al.*, 2020).

¹² “[...] critério foi adicionado à PAC ainda nos anos 90, com o intuito de se manter a estrutura e fertilidade do solo, e promover um elevado nível de bem-estar dos animais [...]” (VIER, 2008, p. 39).

manutenção das áreas verdes, mas também o bem-estar animal (ALVES *et al.*, 2020; SQUEFF, 2016).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde Animal, o bem-estar animal é definido como “o estado físico e mental de um animal em relação às condições em que o mesmo vive e morre. Um animal experimenta o bem-estar se estiver saudável, confortável, bem nutrido, [...] e for capaz de expressar comportamentos [...]” (OIE, 2019, p. 333). Com o escopo de prover melhores condições para criação em produções intensivas Alves *et al.* (2020, p. 14) expõem que a adoção de padrões de sustentabilidade relacionados ao bem-estar animal, geram como resultados a “diminuição de perdas e melhoria da qualidade final do produto, redução de mortalidade e do estresse, melhoria na sanidade, menor risco de zoonoses e capacidade de agregar valor”. Padrões como esse são progressivamente associados à produtividade e eficiência, simultaneamente, usuários os associam cada vez mais ao consumo consciente e a preferências éticas relacionadas à sustentabilidade (ALVES *et al.*, 2020).

Além de apoiar o cumprimento de práticas relevantes os padrões de sustentabilidade possibilitam que os agentes da cadeia consigam externar, de forma clara e sistematizada, seu compromisso com a gestão socioambiental (ALVES *et al.*, 2020). A adoção de padrões vinculados a sustentabilidade ajuda a orientar, aprimorar e modificar a conduta dos produtores com referência a “questões técnicas, ambientais, sociais, de segurança dos alimentos, saúde, qualidade, higiene, bem-estar animal, dentre outros aspectos relacionados a produtos e serviços” (LIMA, 2016, p. 90). Com o propósito de responder a essas demandas, passou-se a utilizar ferramentas de gerenciamento que permitem que os diferentes atores consigam implementar práticas sustentáveis, enquanto averiguações ocorrem, efetuando-se dessa forma, a governança orientada a sustentabilidade (HEIDINGSFELDER, 2019)

De acordo com Heidingsfelder (2019), as empresas privadas ganharam expressiva importância como novos provedores e implementadores de governança voltada a sustentabilidade ao propiciar um ambiente regulatório. Em consequência, dada essa mudança, cada vez mais é caracterizada a coexistência, complementaridade, ou cooperação de atores públicos e privados e seus respectivos instrumentos de governança. A governança, de acordo com Loconto e Busch (2010), é um sistema de regulação baseado em rede funcionando idealmente por meio de processos de troca e negociação em vez de um sistema de regulação liderado pelo estado.

Uma variedade de novos instrumentos de governança, predominantemente voluntários, foram adotados pelos atuantes nos mercados com o propósito de apurar as condutas dos integrantes das cadeias de suprimento. Como exemplo, tem-se “[...] inspeção de documentos; testes de processos ou produtos; exame de práticas e instalações em uso; auditorias externas; relatórios socioambientais; códigos de conduta; e certificações de sustentabilidade” (ABBOTT; SNIDAL, 2009, p. 13). Grabs (2020) considera que a internalização dessa governança começa logo que os atores a jusante compartilham um amplo acordo de que também é de sua responsabilidade garantir que os produtos que entram na cadeia, cumpram requisitos socioeconômicos e ambientais específicos, e incorporem as diretrizes em seus procedimentos operacionais.

Um exemplo da utilização de padrões de sustentabilidade e implementação de governança dentro da bovinocultura de corte é o realizado pelos frigoríficos JBS, Marfrig e Minerva, maiores atuantes do setor no país. Entre os principais instrumentos adotados pelas empresas para garantir que seus produtos atendam aos requisitos de sustentabilidade estão os sistemas de gestão e avaliação de riscos relacionados aos alimentos, comitês e fóruns de discussão com especialistas das áreas, certificações, sistemas de rotulagem acurada, auditorias e inspeções internas e externas regulares feitas tanto por missões sanitárias, como por clientes às instalações da companhia (MARFRIG, 2021; JBS, 2022; MINERVA, 2021). A observação desses critérios para alcance da sustentabilidade tem relação com a proteção do meio ambiente, da vida e da saúde. Isso denota uma associação com medidas técnicas e a depender do caso sanitárias e fitossanitárias (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2013).

2.2.2 Responsabilidade Social Corporativa e ESG

Diante da necessidade de se garantir que produtos e processos de produção sigam padrões mínimos de sustentabilidade, empresas vem aderindo proativamente a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Segundo Ashley *et al.* (2004), o conceito pode ser definido como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de condutas que afetem positivamente a coletividade com a devida prestação de contas. Ao se adequar a RSC a organização assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, de forma que contribuem para o desenvolvimento sustentável mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades (ASHLEY *et al.*, 2004).

Savitz (2007) afirma que a RSC deve estar inculcada na cultura empresarial. Ainda de acordo com o autor, devido a relevância do tema, é “difícil imaginar algum gestor [...] ou unidade de negócios que, de alguma maneira não se envolverá nas iniciativas de sustentabilidade da empresa” (SAVITZ, 2007, p. 77). Segundo Bertonecello e Chang Júnior (2007, p. 72), a RSC desdobra-se em múltiplas exigências dentre elas:

relações de parceria entre clientes e fornecedores, produção com qualidade, bem-estar animal, satisfação dos usuários, contribuições para o desenvolvimento da comunidade, investimentos em pesquisa tecnológica, conservação do meio ambiente, participação de funcionários nos resultados e nas decisões das empresas, respeito aos direitos dos cidadãos, investimentos em segurança do trabalho e em desenvolvimento profissional.

A RSC para as empresas é vista como uma estratégia para manter ou aumentar sua rentabilidade (ASHLEY *et al.*, 2004). Não obstante, Elkington (1997, p. 142) enfatiza que as empresas precisam ser gerenciadas observando aspectos socioambientais nos quais “o negócio deve ter seu lugar, [...] deve dar lucro, contudo, um interesse apenas nos negócios [...] é perigoso. A economia não é um fim em si mesma: existe para servir às necessidades humanas”. Para que a RSC seja implementada, empresas não devem focar somente na entrega de bons resultados econômicos, deve haver o desenvolvimento de processos que considerem soluções ambientalmente sustentáveis, socialmente corretas, e economicamente viáveis (ELKINGTON, 1997).

Para que de fato seja possível implementar tal compromisso, como pré-requisito, é necessário medir o desenvolvimento sustentável (SOBROSA NETO *et al.*, 2020). Dessa forma, enquanto a RSC impacta os processos internos e a cultura da empresa atribuindo compromissos sociais, o ESG – do termo em inglês *Environmental, Social and Governance* - visa coletar e avaliar, com base em métricas, dados relevantes para os objetivos de negócios e partes interessadas ajudando a quantificar esforços socioambientais (KHALID; HUNG; WILEY, 2021). Segundo Chen e Xie (2022), ESG é uma extensão da Responsabilidade Social Corporativa e do investimento socialmente responsável.

A sigla é utilizada para representar um conjunto de boas práticas e critérios relacionados a pautas ambientais, sociais e de governança a serem incorporados nas empresas, indo além das tradicionais métricas econômico-financeiras (CHRIST, 2021). De acordo com Knoepfel e Hagart (2009), a primeira relevante menção ao ESG ocorreu em 2004 com a iniciativa “*Who Cares Wins*” do Pacto Global da ONU, que foi endossada por uma aliança de instituições financeiras que juntas representavam mais de US\$ 6 trilhões em ativos. Segundo

o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, questões ESG apresentariam uma ou mais das seguintes características:

são o foco da preocupação pública [...]; são qualitativos e não facilmente quantificáveis em termos monetários (por exemplo, governança corporativa, capital intelectual); refletem externalidades mal captadas pelos mecanismos de mercado (por exemplo, poluição ambiental); são frequentemente o foco de uma política e estrutura regulatória mais rigorosas (por exemplo, emissões de gases de efeito estufa); ou surgem em toda a cadeia de suprimentos da empresa (por exemplo, questões trabalhistas nas fábricas dos fornecedores) (UNEP, 2005, p. 18).

O termo que tem feito cada vez mais parte da agenda estratégica de empresas em diferentes setores, é capaz de oferecer indicadores provendo informações não financeiras, ao apontar elementos de valor a médio e longo prazo (FERNANDES; LINHARES, 2017). Embora a terminologia seja empregada em contextos de avaliação de risco e responsabilidade corporativa, até o momento não há uma compreensão geral clara desse conceito (BASSEN; KOVÁCS, 2020). Por se tratar de um conceito amplo e de certa forma subjetivo as definições ESG tendem a exibir alguma combinação das seguintes características apresentadas por Bailey *et al.* (2020), conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Características ESG

CARACTERÍSTICAS ESG	
CRITÉRIOS AMBIENTAIS	Examinam o impacto de uma empresa no planeta. Algumas das áreas incluem as emissões totais da empresa como uma medida de seu compromisso em lidar com o aquecimento climático e se a empresa tem ou não um plano de transição para o uso de baixo carbono como forma de garantir a segurança energética. As práticas de poluição e desperdício e o uso eficiente de recursos essenciais, como a água, são medidores adicionais para medir as credenciais ambientais de uma empresa.
CRITÉRIOS SOCIAIS	Examina como uma empresa trata e valoriza as pessoas. Por exemplo, quais são as políticas de gestão de trabalho da organização? Ela está comprometida com a segurança e a qualidade do produto? Que impacto tem nas comunidades onde opera – os efeitos são benéficos ou adversos para a comunidade local? E seus fornecedores também cumprem altos padrões de trabalho?
CRITÉRIOS DE GOVERNANÇA	Examinam as práticas de governança corporativa de uma empresa, com foco na estrutura do conselho (principalmente na diversidade do conselho), qualidade e transparência da auditoria e [...], gerenciamento de riscos [...].

Fonte: adaptado de Bailey *et al.* (2020, p. 5).

De acordo com Khalid, Hung, Wiley (2021), essas são as áreas em que agências internacionais de risco de crédito como Moody's, S&P Global Ratings e Fitch Ratings calculam as pontuações ESG levando em consideração uma classificação geral da empresa. Segundo Kotsantonis e Serafeim (2019), ESG funciona como um retrato instantâneo do desempenho avaliado em relação a uma faixa de valores que define o melhor e o pior desempenho possível para uma determinada amostra. Ainda segundo os autores, relevantes agências de dados ESG atribuem às empresas de melhor desempenho a pontuação mais alta possível, e quanto as de pior desempenho, como resultado aferirão baixa pontuação.

Bassen e Kovács (2020) evidenciam que apesar dos esforços de acadêmicos e de profissionais de negócios, ainda não há mostras conclusivas que possam confirmar ou refutar uma relação causal direta entre um bom desempenho ambiental, social ou de governança e o desempenho financeiro de uma empresa. No entanto, é perceptível que a avaliação de decisões financeiras baseadas em fatores ESG, permite uma compreensão abrangente dos riscos e oportunidades que uma empresa enfrenta, permitindo um melhor gerenciamento e integração desses fatores na tomada de decisões de investimento (KNOEPFEL; HAGART, 2009). Segundo Gillan, Koch e Starks (2021, p. 10, grifos nossos), RSC/ESG poderiam criar valor para as empresas essencialmente por essas duas razões.

Primeiro, as atividades RSC/ESG podem criar valor porque aumentam a riqueza dos acionistas. Este tipo de criação de valor pode ser alcançado aumentando os fluxos de caixa (por exemplo, os clientes querem comprar de empresas com boa reputação em responsabilidade corporativa, os funcionários são mais produtivos quando trabalham para essas empresas, etc.) afetando o custo de capital [...]. Em segundo lugar, as atividades RSC/ESG podem criar valor para a empresa por meio do canal de maximização da utilidade do acionista. Por exemplo, os acionistas podem avaliar os bens ambientais ou sociais produzidos por empresas de alto perfil RSC/ESG, além dos fluxos de caixa que produzem. Nessa alternativa, os acionistas recebem mais utilidade por possuir empresas responsáveis, mesmo que os fluxos de caixa sejam os mesmos das empresas irresponsáveis.

Influenciadas por esse cenário, bolsas de valores de vários países tomaram iniciativas com a finalidade de aumentarem a conscientização das empresas ao promoverem maior transparência e divulgação sobre o desempenho ESG (SIDDY *et al.*, 2009). Ainda segundo os autores, as iniciativas vão desde medidas para melhorar a eficiência da informação por meio de índices de sustentabilidade, avaliação de ativos intangíveis, orientações de divulgação, plataformas especializadas de listagem e negociação e acompanhamento da performance das empresas comprometidas com práticas socioambientais. López, Garcia e Rodrigues (2007, p. 286) relatam que as empresas que se prestam a divulgar suas informações de forma a fazer

parte dos índices de sustentabilidade criam “constantemente elementos que as diferenciam de seus concorrentes, pois tais elementos podem se tornar recursos geradores de vantagens competitivas sustentáveis de longo prazo”.

Dessa forma, com o intuito de predefinir intervalos de desempenho para métricas ESG fornecendo uma maneira de avaliar o impacto real das empresas, em 2005 foi criado pela Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (MONTEIRO; DOS SANTOS; DOS SANTOS, 2020). É o 4º do tipo do mundo sendo uma iniciativa pioneira na América Latina (FERNANDES; LINHARES, 2017). Ainda segundo os autores, tais índices são hoje os principais produtos de informação para investidores que procuram indústrias e empresas com as melhores práticas socioambientais.

O ISE tem como objetivo ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial (ISE, 2022). Por meio de sua metodologia de seleção, aplica de forma integrada os elementos ESG na avaliação das práticas empresariais (SIDDY *et al.*, 2009). Os ativos que compõem a carteira do ISE são selecionados anualmente, a partir de um processo seletivo, que analisa aspectos quantitativos e qualitativos das práticas sustentáveis das empresas, de modo a auxiliar investidores a identificarem as companhias que estão na vanguarda dessa pauta (ISE, 2022).

Segundo Christ (2021), para serem selecionadas, as empresas interessadas em participar precisam responder a um questionário de mais de 200 questões, e após o envio das respostas, devem apresentar documentos que comprovem as respostas. Tal questionário é baseado em critérios que avaliam elementos ambientais, sociais e econômico-financeiro de forma integrada (SIDDY *et al.*, 2009). Destarte, o mercado de capitais e de crédito constitui uma instituição de influência estratégica quando se trata do avanço da gestão de práticas ESG, pois as empresas que incorporam riscos socioambientais são destacadas (FERNANDES; LINHARES, 2017).

Divulgar e documentar a implementação de riscos/oportunidades relacionados a gestão de práticas ESG é apresentado como a base para melhorar a sustentabilidade e o desempenho (PARFITT, 2022). Informações ESG transparentes “provam que as empresas estão assumindo ativamente a responsabilidade ecológica e social, melhorando assim sua reputação com consumidores e investidores, acessando capital a um custo menor e melhorando sua vantagem competitiva” (CHEN; XIE, 2022, p. 2). Ainda segundo os autores, a divulgação ESG melhora significativamente o desempenho financeiro das empresas.

Para auxiliar as empresas no engajamento e na divulgação das informações não financeiras diferentes organizações - além das Bolsas de Valores – também elaboraram padrões/estruturas para promoção e divulgação da sustentabilidade. O *Sustainable Accounting Standards Board* (SASB)¹³ é um exemplo que busca estabelecer alguns tópicos de sustentabilidade para a compreensão do desempenho ESG (SILVA, 2021). De acordo com Parfitt (2022, p. 7), o “SASB fundado pela Bloomberg, Fundação Rockefeller, Deloitte, [...], Fundação Ford, entre outros, desenvolve padrões para medir e relatar métricas ESG”. Sua missão é:

estabelecer padrões de divulgação específicos do setor em tópicos ambientais, sociais e de governança que facilitem a comunicação entre empresas e investidores sobre informações financeiramente relevantes e úteis para decisões. Essas informações devem ser relevantes, confiáveis e comparáveis entre as empresas em uma base global (SASB, 2020, p. 10)

De acordo com Silva (2021), a necessidade de se obter mecanismos para divulgação da sustentabilidade, fez com que fossem criadas estruturas de relatórios a fim de tornar mais transparente a divulgação de ações. Segundo Herz e Rogers (2016), o padrão SASB é desenvolvido por meio de uma abordagem que inclui pesquisa baseada em evidências e na ampla participação dos *stakeholders*. Com uma estratégia *bottom-up* identifica as questões de sustentabilidade que são mais críticas para cada setor.

O SASB é conduzido por duas importantes questões. A primeira diz respeito a crescente importância econômica dos ativos intangíveis¹⁴, dessa forma, “o trabalho da SASB se concentra em relatar informações financeiramente relevantes sobre [...] “tópicos de sustentabilidade”, com o objetivo de medir o valor intangível associado aos riscos e oportunidades ESG” (PARFITT, 2022, p. 7). A segunda trata que caso o valor intangível das empresas for aumentado por um melhor desempenho ESG, “então pode-se esperar que investidores racionalmente auto-interessados afetem a disciplina de mercado sobre essas empresas para exigir um melhor desempenho ESG” (PARFITT, 2022, p. 8).

¹³ “O SASB é uma organização independente sem fins lucrativos que emite normas de contabilidade de sustentabilidade para ajudar as empresas públicas a divulgar informações materiais e úteis para a tomada de decisões aos investidores. Os padrões são desenvolvidos para uso industrial em um processo baseado no mercado. Os padrões SASB abrangem 79 setores em toda a economia - todo o espectro de ações como uma classe de ativos.” (HERZ; ROGERS, 2016, p. 35).

¹⁴ “O SASB argumenta explicitamente que o valor intangível é composto, entre outras coisas, pelo desempenho de sustentabilidade [...] e que um bom desempenho ESG aumenta o valor intangível das empresas [...]” (PARFITT, 2022, p. 7).

O SASB surge em um contexto em que os investidores têm apetite por informações sobre sustentabilidade, assim, de acordo com Topples *et al.* (2017), o uso desses padrões além de servirem para a melhor comunicação, engajam o setor privado na busca do desenvolvimento sustentável e de práticas mais éticas. O relatório SASB permite aos atuantes que mostrem e comuniquem aos *stakeholders* quais ações sustentáveis realizaram, bem como, quais devem ser mudadas a fim de serem aprimoradas (BRAUNE, 2022). As empresas possuem liberdade para determinar quais dos itens referidos nas normas SASB são relevantes para suas próprias operações.

De acordo com Feliciano e Garcia (2020), atualmente, o SASB está entre as principais diretrizes para elaboração de relatos de sustentabilidade das organizações. Figuram ainda como provedores de informação contábil não financeira, precipuamente a concernente à sustentabilidade o *Carbon Disclosure Project (CDP)*, *Climate Disclosure Standards Board (CDSB)*, *Global Reporting Initiative (GRI)*, e o *International Integrated Reporting Council (IIRC)* (NEGRINI; SOUZA; BOTELHO, 2021). Porém, de acordo com Silva (2021), não há um consenso sobre qual padrão deve ser utilizado para reportar esse conteúdo não financeiro, apesar da variedade disponível para relatá-los.

Os conceitos selecionados para avaliar e divulgar ESG tanto pelos índices vinculados as Bolsas de Valores quanto pelos provedores de informação contábil não financeira são semelhantes, e acabam sendo utilizados em conjunto por muitas empresas para desenvolver e divulgar seus relatórios de sustentabilidade (LOPEZ; GARCIA; RODRIGUEZ, 2007). Por conseguinte, o ESG a cada dia se torna uma métrica crítica para as empresas acompanharem e melhorarem, pois afeta diretamente sua classificação e desempenho junto aos *stakeholders* (KHALID; HUNG; WILEY, 2021). Savitz (2007, p. 6) afirma que cada vez mais as empresas serão “consideradas responsáveis não só por suas próprias atividades, mas também pelas atividades dos fornecedores, pelas comunidades em que atuam e pelas pessoas que usam seus produtos”. Consequentemente, as unidades produtivas do sistema que introduzem inovações e que atentam para a RSC/ESG, se tornarão facilmente identificáveis no mercado (BATALHA, 2019).

2.2.3 A Cadeia de Produção Agroindustrial e os *Stakeholders*

No contexto mundial, o Brasil consolidou posição de destaque devido ao surgimento de atuantes que dominaram o mercado interno de proteína animal, ao passo que ascenderam expressivamente no comércio internacional do produto. De acordo com Medina (2021), internamente o segmento se concentra em três grandes frigoríficos - JBS, Marfrig e Minerva - que juntos detêm 86.7% do mercado brasileiro. Esses atuantes, com a finalidade de estarem de acordo com os requisitos de sustentabilidade demandados pelos mercados, tanto externos como internos, passaram a dar atenção a uma série de exigências, como por exemplo rastrear o ciclo completo da produção de carne quanto ao desmatamento zero na Amazônia (MEDINA, 2021).

No caso em tela, a Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte que vai muito além da porteira, agrega vários elos dentro do sistema de produção dispondo de um importante parque industrial para processamento e abate de bovinos (MALAFAIA *et al.*, 2021). Segundo Batalha (2019), a Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA) tem como ponto de partida o produto final, o qual assume que o desempenho da organização está totalmente atrelado à competitividade sistêmica dos agentes em que a mesma é inserida. Dessa forma a CPA é vista como um encadeamento de atividades econômicas interligadas que deve ser analisada prioritariamente de jusante à montante (BATALHA, 2019).

Destarte, diante da importância do conceito, tal perspectiva confirma que “o ambiente da CPA é o principal motivador para induzir o comportamento da firma em direção a sustentabilidade” (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004, p. 242). A título de exemplo o frigorífico Marfrig, atuante que figura entre os três principais do país, considera os ODS estabelecidos na Agenda 2030 em documento intitulado *Política de Sustentabilidade*. Nesse documento a empresa apresenta cinco compromissos ético-legais que visam contribuir para consecução da sustentabilidade (MARFRIG, 2022, p. 4):

- (i) Alcançar o desmatamento zero ao longo de toda a cadeia de fornecimento da companhia até 2030, eliminando o desflorestamento do bioma Amazônia até 2025, e do Cerrado, cinco anos depois;
- (ii) Mitigar os impactos das operações sobre as mudanças climáticas, assumindo metas claras de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), e adaptar as atividades a tal contexto, gerenciando riscos e capturando oportunidades;
- (iii) Atuar em conformidade legal em todas as unidades e atividades, de forma transparente e totalmente aberta ao diálogo com os públicos com que se relaciona;
- (iv) Adotar postura preventiva em relação aos aspectos ambientais reduzindo o consumo de recursos naturais na operação direta da companhia, preservando e recuperando a biodiversidade dos locais em que as unidades operam; e
- (v) Buscar a melhoria contínua do desempenho ambiental, o que inclui o uso sustentável dos serviços ecossistêmicos e dos recursos naturais.

À vista disso, de acordo com Batalha (2019), a designação da empresa e do produto como socialmente responsável passa a ser incumbência não apenas de uma organização isolada, mas de toda a CPA. Destarte, esses só serão legitimados como socialmente responsáveis pelos usuários se todo o ciclo produtivo for construído nesse sentido (BATALHA, 2019). Ainda segundo o autor, essa lógica de encadeamento das operações assume implicitamente que as condicionantes impostas pelos consumidores finais são os principais indutores de mudanças no *status quo* do sistema.

Dessa forma, face a uma postura ativa por parte dos usuários que demandam certos valores e diferenciações no ato de consumir, as empresas passaram a “prestar contas não só a acionistas e a credores, mas também [...] à mídia, aos empregados, a grupos comunitários, [...] a ambientalistas, [...] a organizações de saúde pública e aos clientes” (SAVITZ, 2007, p. 6). A ideia de prestar conta aos *stakeholders*¹⁵ - partes interessadas - se apoia na visão de que o resultado final da atividade econômica de uma empresa deve levar em conta todos os grupos de interesse que são afetados por sua atuação não considerando apenas os acionistas (FREEMAN, 1994). Por esse prisma “os gerentes devem reconhecer a validade dos diversos interesses dos *stakeholders* e devem tentar responder a eles dentro de uma estrutura de apoio mútuo, uma vez que esse é um requisito moral para a legitimidade da função de gestão” (DONALDSON; PRESTON, 1995, p. 87).

Segundo Escrig-Olmedo *et al.* (2019), estar de acordo com os requisitos ESG incentiva as empresas a melhorar sua gestão de sustentabilidade, uma vez que este fato envia sinais positivos para os *stakeholders* como um todo. A teoria dos *stakeholders* sustenta que práticas vinculadas ao ESG aumentam o valor da empresa, dado seu poder de satisfazer os valores morais dos indivíduos (CHEN; XIE, 2022). Para Ruf *et al.* (2001), os *stakeholders* possuem anseios por vezes ancorados na legitimidade socioambiental, e o não atendimento de tais requisitos pode acarretar adversidades que resultariam na desvalorização da entidade atingindo principalmente os acionistas.

¹⁵ O termo *stakeholder* é definido como qualquer grupo ou indivíduo que é afetado ou pode afetar a realização dos objetivos de uma organização. Ainda de acordo com os autores a primeira aparição do termo deu-se em um memorando interno do *Stanford Research Institute* em 1963 com objetivo inicial de designar todos os grupos - acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade - sem os quais a empresa deixaria de existir. (FREEMAN; MCVEA, 2005). De acordo com Mitchell, Agle e Wood (1997), podem ser divididos em *primários* (acionistas e credores) os que possuem direitos sobre os recursos e ativos da empresa, e *secundários* aqueles cujo vínculo com a empresa é estabelecido com base em obrigações éticas (consumidores, funcionários, clientes, fornecedores, comunidades, governo, representantes do meio ambiente, acionistas, entre outros).

Consequentemente, torna-se cada vez mais importante atentar para a reputação que pode ser definida como “a avaliação coletiva [...] dos *stakeholders* sobre a capacidade de uma organização de criar valor com base em suas características e qualidades”, (ESEN, 2013, p. 137). Shamma (2012, p. 151) aduz que a importância de avaliar e gerenciar ativamente a reputação de uma empresa decorre do “aumento da conscientização pública sobre questões corporativas, maior exigência de transparência, e maiores expectativas dos *stakeholders*, [...]”. À vista disso, consoante a Bertonecello e Chang Júnior (2007), as organizações passaram a compreender que é preciso assumir responsabilidades com o propósito de responder às novas exigências dos *stakeholders*, que questionam a todo momento o posicionamento das firmas.

Por conseguinte, face o reconhecimento da reputação como um importante ativo associado a credibilidade, faz-se necessário que as organizações se concentrem em criar melhores processos, produtos e serviços se alinhando com os interesses dos atores do mercado (ESEN, 2013). Oportunamente, conhecer e aplicar as recomendações relativas a RSC/ESG resguarda a bovinocultura nacional (MINERVA, 2022; MARFRIG, 2021; JBS, 2019). Isso gera credibilidade aos produtores e beneficia diretamente os animais (ALVES *et al.*, 2020).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Neste capítulo é apresentado uma descrição dos aspectos metodológicos e a técnica escolhida para operacionalizar os objetivos do estudo. Nesse sentido, foram especificadas a natureza da pesquisa, o tipo, a abordagem e a sistemática que foi usada para a coleta e análise dos dados. Com efeito, nos próximos tópicos segue a explicação dos aspectos metodológicos deste trabalho.

3.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA

Do ponto de vista da abordagem, determinou-se proceder com a pesquisa qualitativa. Segundo Godoy (1995), a abordagem qualitativa proporciona entendimento sobre as características e condições de um fenômeno social, os quais são estudados por meio das perspectivas de pessoas e discussões científicas. Esse prisma objetiva compreender o evento a partir do ponto de vista dos sujeitos participantes da situação em estudo. Em tal panorama, as representações geradas fundamentam-se na perspectiva interpretativa dos eventos, e sua heterogeneidade deriva de não se restringir a uma estratégia específica e singular, seja quanto ao método, seja quanto à interpretação (MINAYO, 2014).

Quanto à sua natureza este estudo se classifica como pesquisa aplicada. De acordo com Barros e Lehfeld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada “tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para o emprego de seus resultados, com o objetivo de contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”. Tem como objetivo a elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções (THIOLLENT, 2009).

Em relação aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que conhecem o tema de estudo, estudo de caso, e levantamento de campo. Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios são úteis para conhecer melhor a variável de estudo, seus significados, suas implicações e para diagnosticar situações, explorar alternativas, ou descobrir novas ideias.

Com referência a ser descritiva visa observar, identificar, comparar, e relatar os aspectos alusivos ao fenômeno abordado. Possibilita a análise e interpretação sem interferência ou manipulação do pesquisador, a fim de oferecer uma visão dos detalhes específicos de uma situação (GIL, 2008). A pesquisa descritiva examina e ordena dados visando descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, e relações com outros fatos. Desse modo para coletar tais dados utiliza-se de técnicas específicas dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste, e a observação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para realizar o estudo utilizou-se o diálogo com autores por meio de uma revisão de literatura, que segundo Echer (2001), serve para reconhecer a unidade e a diversidade interpretativa existente no eixo temático em que se insere o problema em estudo. Ainda de acordo com a autora é a base para a identificação do atual conhecimento científico, partindo-se dela para identificar hiatos a serem explorados em determinados assuntos. Se baseia no levantamento de textos publicados, em livros, periódicos, textos avulsos e impressos. (LAKATOS; MARCONI, 2003)

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, dentro da revisão de literatura, temos a revisão narrativa. De acordo com Melnik e Fineout-Overholt (2018), na revisão da literatura do tipo narrativa não é mandatório abordar sistematicamente a dinâmica da metodologia adotada para a procura, seleção e análise dos textos encontrados, diferentemente das demais técnicas de revisão. Gil (2008) explica que a revisão narrativa é desenvolvida mediante material elaborado, que abrange referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros.

A presente pesquisa se focou na análise de artigos científicos relacionados ao tema com escopo definido dos últimos cinquenta anos. Foi dado enfoque as publicações acadêmicas mais recentes associadas ao objeto do estudo. Em face do exposto, foi utilizado neste trabalho a revisão em sua forma narrativa, de caráter não exaustivo.

Em relação aos métodos de procedimentos, a estratégia mais adequada para esta pesquisa é a do estudo de caso. Segundo Yin (2010), a preferência por esse procedimento deve ser dada quando em situações nas quais os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, ou seja, quando é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas, revelando o objeto de análise tal como o pesquisador o percebe. Os objetivos do método de estudo de caso, segundo McClintock *et al.* (1979, p. 612), são:

(1) capturar o quadro de referência e definição da situação de um determinado informante ou participante e, assim, evitar artefatos de instrumentação de procedimentos de medição padronizados, (2) permitir o exame detalhado do processo organizacional, (3) e elucidar aqueles fatores peculiares ao caso que podem permitir maior compreensão da causalidade.

Essa modalidade de pesquisa visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação (FONSECA, 2002). O estudo de caso pode ocorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, com o objetivo de compreender o mundo a partir do ponto de vista dos participantes. Pode acontecer também por meio de uma perspectiva pragmática, que simplesmente apresenta um entendimento global tanto quanto possível, completo e coerente, do objeto de estudo consoante ao ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002).

De acordo com Gil (2017), os estudos de caso podem ser constituídos tanto de um único, quanto de múltiplos casos. Os estudos de caso de caráter único envolvem um caso estudado específico e é utilizado quando o acesso a múltiplos casos é difícil. A utilização de múltiplos casos é a situação mais frequente, por proporcionar evidências inseridas em diferentes contextos, a qual contribui para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade (GIL, 2017). Para esta investigação, decidiu-se, por conseguinte, pelo estudo de casos múltiplos, com os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE

O Estado de Goiás com um rebanho de aproximadamente 23.626.608 milhões de cabeças em 2020, o segundo maior do país, tem participação fundamental na bovinocultura. Ademais possui considerável infraestrutura ligada ao setor, com uma cadeia frigorífica que no ano de 2020 abateu 2.793.131 cabeças, totalizando 750.068 toneladas de carcaça (SEAPA-GO, 2021). A carne bovina, segundo principal produto na pauta de exportação, no ano de 2020, teve 63 países como destino dentre os principais podemos citar: China, Hong Kong, Egito, Rússia e Emirados Árabes. O total exportado foi de 281.591 toneladas, a um montante de US\$ (FOB) 1.213.695.320,00 - isso representou 14,84% do total exportado pelo Estado (SEAPA-GO, 2021).

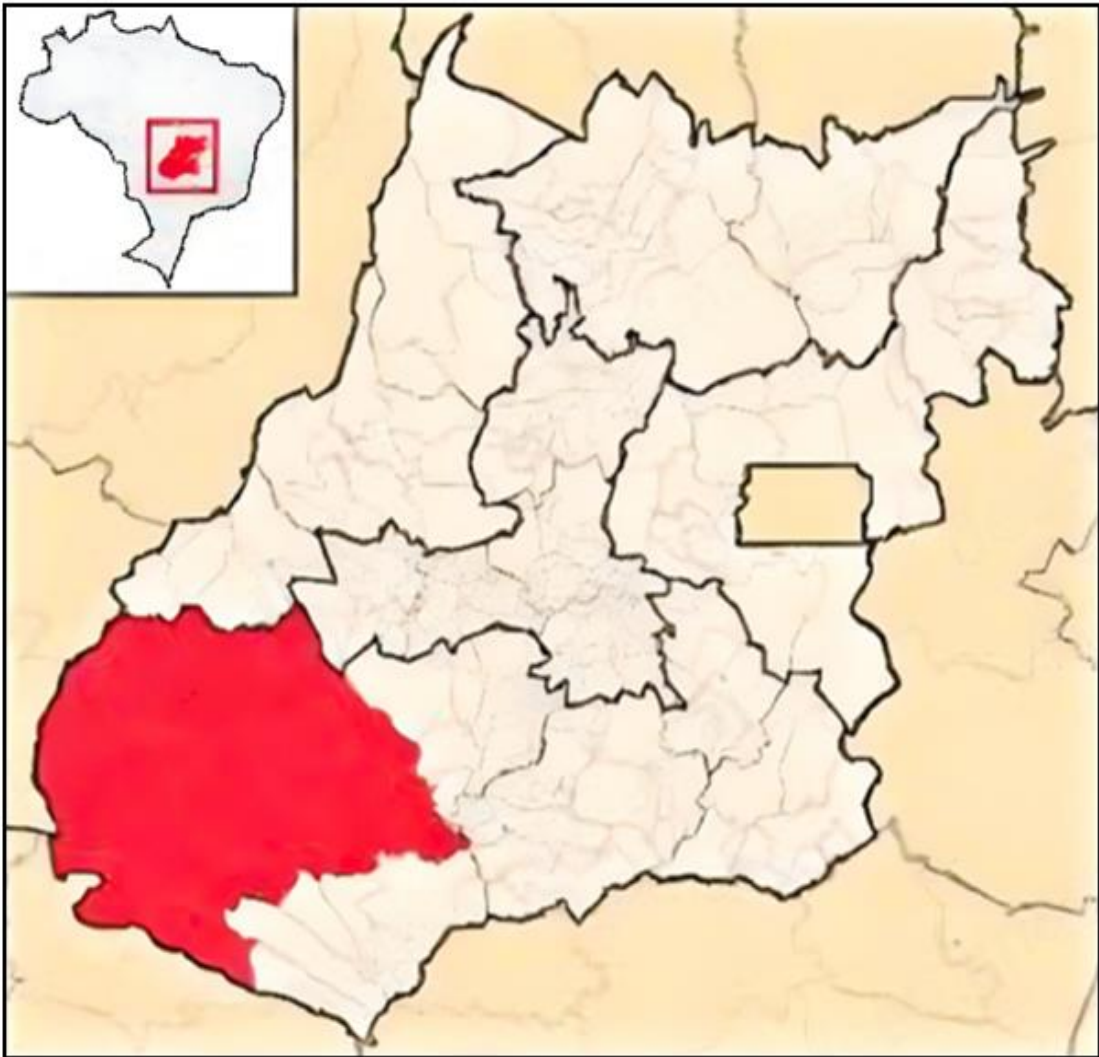
De acordo com Ferreira, Miziara e Couto (2019), é possível observar um grande aglomerado produtivo, compreendido na Microrregião Sudoeste de Goiás. No Estado essa é uma das regiões em que a bovinocultura de corte é mais intensiva, com forte especialização, principalmente quanto aos processos de recria e engorda. Segundo Malafaia *et al.* (2021), a atividade de recria abrange o período desde o desmame até o início da reprodução da fêmea ou de engorda dos machos.

Já a atividade de engorda (terminação) prepara o animal para o abate, a qual é desenvolvida por um número reduzido de pecuaristas que também fazem a terminação de fêmeas. Malafaia *et al.* (2021) ainda acrescentam que uma forma de engorda em expansão é o confinamento. Nessa modalidade há a engorda do boi magro fruto de aquisição, de parceria ou mesmo de prestação de serviço.

Relevante salientar que essas atividades são realizadas na referida Microrregião, por tecnificados estabelecimentos bovinocultores aptos a empregarem maior fornecimento de ração aos animais, adubação de pastagens, confinamento e taxa de lotação média (FERREIRA; MIZIARA; COUTO, 2019). Para alcançar o grau de excelência atual, foi necessário muito investimento em nutrição, pastagem, manejo sanitário, genética, dentre outras tecnologias. Esse elaborado processo de desenvolvimento fez com que a fazenda se tornasse uma empresa rural, preocupada não só em melhorar a rentabilidade da atividade, mas também a qualidade do produto (VICENSOTTI *et al.*, 2019).

A Microrregião do Sudoeste de Goiás é composta por 18 municípios. São eles: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis (IBGE, 2020). A Figura 5 apresenta o mapa dessa Microrregião.

Figura 5 – Mapa da Microrregião do Sudoeste de Goiás



Fonte: GEOGERAL (2022).

A CPA da bovinocultura de corte é formada por diversos agentes que a compõe. É constituída por segmentos antes da porteira, dentro da porteira e após a porteira (ARAÚJO, 2007). De acordo com Buainain e Batalha (2007), na CPA da bovinocultura de corte os segmentos antes da porteira são representados pelos fornecedores de insumos agropecuários. O segmento dentro da porteira é representado pela produção bovinocultora, ou seja, onde ocorre a cria, recria e engorda dos animais, destinados a produção de carne. O segmento após a porteira é representado pelos Abatedouros e Abatedouros Frigoríficos, além da distribuição e consumo. A Figura 6 representa CPA da bovinocultura de corte.

Figura 6 - CPA da bovinocultura de corte



Fonte: Vendramini (2017, p. 26).

Embora a bovinocultura esteja presente em todos os municípios do Estado ela se torna mais expressiva e tem maior peso econômico em determinadas áreas (FERREIRA, 2021). No caso em destaque, a Microrregião do Sudoeste de Goiás compreende o maior efetivo de bovinos do Estado com 2.610.988 cabeças. Isso faz com que tenha uma participação de 11,05%, no rebanho total de Goiás (IBGE, 2020).

Em função do grande rebanho, área de pastagem, e a sua localização estratégica próxima aos grandes mercados consumidores como Goiânia e Brasília, a Microrregião do Sudoeste goiano pôde ampliar e consolidar suas atividades de maneira mais profunda (FERREIRA; MIZIARA; COUTO, 2019). Por meio da ação do Governo Estadual, com o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), que visava modernizar e consolidar a agropecuária, houve aporte de recursos substanciais nesta Microrregião aumentando a infraestrutura viária e de frigoríficos (FERREIRA; MIZIARA; COUTO, 2019). Segue na Tabela 1 os Municípios e suas respectivas contribuições para o efetivo total da Microrregião, a qual também mostra a representatividade percentual (IBGE, 2020).

Tabela 1 - Municípios e suas respectivas contribuições para o efetivo total dentro do rebanho da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás

MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS	NÚMERO DE ANIMAIS	REPRESENTATIVIDADE DENTRO DO REBANHO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS
Aparecida do Rio Doce	65.000	2,48%
Aporé	195.000	7,46%
<i>Caiapônia</i>	<i>440.000</i>	<i>16,85%</i>
Castelândia	12.462	0,47%
Chapadão do Céu	22.500	0,86%
Doverlândia	272.600	10,44%
<i>Jataí</i>	<i>327.000</i>	<i>12,52%</i>
Maurilândia	21.014	0,80%
<i>Mineiros</i>	<i>368.000</i>	<i>14,09%</i>
Montividiu	47.810	1,83%
Palestina de Goiás	111.300	4,26%
Perolândia	23.050	0,88%
Portelândia	28.200	1,08%
<i>Rio Verde</i>	<i>318.000</i>	<i>12,17%</i>
Santa Helena de Goiás	69.726	2,67%
Santa Rita do Araguaia	69.000	2,64%
Santo Antônio da Barra	25.826	0,98%
Serranópolis	194.500	7,44%
TOTAL	2.610.988	100%

Fonte: IBGE (2020, grifos nossos).

O somatório dos rebanhos dos quatro Municípios que contam, cada um, com mais de 300.000 cabeças - Caiapônia, Jataí, Mineiros e Rio Verde - equivale a 55,63% do rebanho total da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás. Isso representa 6,13% do rebanho total do Estado de Goiás (IBGE, 2020). De acordo com Ferreira (2021), a proporção da área ocupada por pastagens nos municípios é de apenas 39,7%, revelando maior intensificação em relação à produção animal por unidade de área. O resultado obtido é apresentado conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Municípios e suas respectivas contribuições e representatividades dentro do rebanho do Estado de Goiás

MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DO ESTADO DE GOIÁS	NÚMERO DE ANIMAIS	REPRESENTATIVIDADE DENTRO DO REBANHO DO ESTADO DE GOIÁS
Caiapônia	440.000	1,86%
Mineiros	368.000	1,55%
Jataí	327.000	1,38%
Rio Verde	318.000	1,34%
Rebanho dos quatro maiores Municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás	1.453.000	6,13%
Rebanho da Microrregião do Sudoeste de Goiás	2.610.988	11,05%
Rebanho do Estado de Goiás	23.626.608	100%

Fonte: IBGE (2020).

Conforme Ferreira (2021), a Microrregião possui uma média de 1,8 unidades animais por hectare, isso mostra que essa área tem uma forte intensificação da bovinocultura, com maior orientação para as atividades do ciclo final, o que nos coloca diante de um nível mais elevado de especialização e tecnificação. Já o estado de Goiás, de acordo com Ferreira, Miziara e Couto (2019), possui uma taxa de lotação de 1,11 animais por hectare. Com relação ao Brasil a taxa média de bovinos em áreas de pastagem, é de 0,97 animais por hectare (ARANTES *et al.*, 2017). Consoante a Ferreira (2021, p. 59), dentre os fatores preponderantes que estimularam o desenvolvimento desta produção na região, podemos indicar:

[...] a presença de farta malha viária e disponibilidade de estrada férrea no sul do estado; maior presença de frigoríficos e matadouros, além de maior presença de confinamentos; proximidade com o complexo agroindustrial e a produção de grãos, o que facilita o acesso aos subprodutos para suplementação animal.

Com isso, depreende-se que a intensificação da bovinocultura acompanha a espacialização do rebanho e se consolida em locais onde ela já tem forte presença. É importante ressaltar que a disponibilidade de infraestrutura foi fundamental para o seu desenvolvimento. Isso evidencia a forte regionalização dessa atividade que é realizada por estabelecimentos bovinocultores mais tecnificados.

3.3 ESTUDO DE CASO

Segundo Yin (2010, p. 127, grifos nossos), o método do estudo de caso obtém evidências a partir de seis fontes de dados. A opção adotada neste estudo, dentre as elencadas pelo autor para a coleta de informações é a entrevista.

[...] *Entrevistas*: pode assumir a forma de entrevista semiestruturada e estruturada, na primeira o investigador pode solicitar aos entrevistados a apresentação de fatos e de suas opiniões a eles relacionados; na segunda, o investigador deve seguir as perguntas pré-estabelecidas no protocolo de pesquisa [...]

Segundo Haguette (1995), a entrevista é um processo de interação social, no qual o entrevistador tem a finalidade de obter dados do entrevistado, por meio de um roteiro, contendo tópicos em torno de uma problemática central. Para sua realização as ferramentas utilizadas geralmente são gravações, anotações e o registro computacional. A entrevista privilegia a obtenção de informações por meio da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, por meio de um porta-voz, representações de determinados grupos (MINAYO, 2014).

Para compreender como os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam, mediante o enquadramento de práticas representacionais aos padrões de sustentabilidade, optou-se pela entrevista em sua forma semiestruturada. Consoante a Lima, Almeida e Lima (1999), na entrevista semiestruturada o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo pesquisador. Permite ao mesmo tempo respostas livres e espontâneas do informante.

Nesse formato de entrevista existe a possibilidade de conduzir outros debates, pois esse modelo admite maior flexibilidade para incluir questões adicionais, conforme necessário, ou de acordo com a conveniência para o desenvolvimento do estudo (HAIR *et al.*, 2005). As perguntas que foram definidas são baseadas em requisitos que se coadunam com os 17 ODS e levam em conta o embasamento teórico da investigação e as informações que o pesquisador recolheu sobre o fenômeno social. As questões visam analisar a extensão de uma determinada forma de mercado organizado em torno de uma produção de carne sustentável com boas práticas relacionadas aos princípios de responsabilidade socioambiental.

3.4 AMOSTRAGEM

As pesquisas abrangem um universo de elementos e características que se tornam impossíveis de considerar em sua totalidade. Por essa razão, é frequente trabalhar com uma *amostra* que pode ser definida como um conjunto composto por um subconjunto da população¹⁶ (ALMEIDA, 2019). A partir da análise da amostra, utiliza-se a amostragem (probabilística ou não probabilística), que são um conjunto de técnicas de planejamento de pesquisa que possibilitam realizar inferências sobre um universo a partir do estudo de uma pequena parte de seus componentes (MAROTTI *et al.*, 2008). Para bem realizar esse processo, é importante salientar que a amostra deve ser representativa.

Oliveira (2011) expõe que na amostragem probabilística o pesquisador tem controle sobre o erro amostral da pesquisa, conseguindo estimativas precisas da população. Neste tipo de amostragem, as unidades são escolhidas por acaso, aleatoriamente, sendo possível determinar a precisão das estimativas amostrais das características de interesse. Permite também calcular intervalos com determinado grau de certeza, possibilitando ao pesquisador fazer inferências ou projeções sobre a população alvo da qual se extraiu a amostra (OLIVEIRA, 2011).

Já amostragem não probabilística é usada quando não se conhecem o tamanho do universo e os indivíduos são selecionados por meio de critérios subjetivos do pesquisador. Esse modelo desconsidera a probabilidade de o evento ocorrer e se baseia em medidas como distâncias, métodos de procura, ou baseados em algoritmos de otimização (GIL, 2008). Segundo Oliveira (2011), essa amostragem confia no julgamento pessoal do pesquisador e não na chance de selecionar os elementos amostrais, podendo o pesquisador, arbitrária ou conscientemente, decidir quais serão os elementos a serem incluídos na amostra.

Diante da impossibilidade de ter acesso prévio aos produtores a fim de formar uma lista com os elementos dispostos a participar da pesquisa, para realizar o sorteio aleatório dos participantes, os quais teriam a mesma chance de serem amostrados. Com a finalidade de se dar continuidade ao estudo, foram selecionados voluntários com base nas características da população alvo. Nesse sentido empregou-se, a técnica de amostragem bola de neve (*snowball*)

¹⁶ “A população [...] é o conjunto formado por todos os elementos que possuem pelo menos uma característica em comum, como por exemplo: [...] população de municípios produtores de laranja de um determinado estado [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 11)

do tipo não-probabilística que foi utilizada para se alcançar uma amostra com o tamanho de 47 produtores.

Destaca-se que essa técnica de amostragem, foi a mais viável dentro do quadro de condições que o objeto de estudo e o público-alvo selecionados permitiam. Esse enfoque se baseia em cadeias de referência como uma rede para coleta de informações. Por meio da técnica de amostragem bola de neve, os participantes iniciais do estudo indicaram outros participantes, que por seu turno apontaram novos participantes (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Dessa forma, ao fazer uso das redes sociais dos entrevistados identificados, foi possibilitado ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais. Com isso, foi possível realizar as entrevistas semiestruturadas previstas na pesquisa. Destaca-se, que para a realização de uma amostragem em bola de neve é essencial que haja esses intermediários iniciais, denominados de sementes, que localizam ou indicam pessoas de seu relacionamento. É necessário que o perfil dos indicados esteja de acordo, para que possam participar da pesquisa, podendo as sementes serem participantes (VINUTO, 2014).

Albuquerque (2009) afirma que as sementes podem ser recrutadas tanto pelo próprio pesquisador, quanto pelos indivíduos que potencialmente serão pesquisados. As sementes devem ter conhecimento da sua localidade, do fato acontecido ou das pessoas que vivem na comunidade. No caso desse estudo, as sementes foram oriundas da rede de contatos do pesquisador deste trabalho. Uma vantagem dessa abordagem que utiliza cadeias de referência para se chegar a um número satisfatório de sujeitos é que, para um membro da população, é mais fácil e acessível conhecer outro membro do que para o pesquisador identificar os mesmos.

Isso se constitui em fator de relevância para as pesquisas que tenham como objetivo conhecer a população a ser analisada (ALBUQUERQUE, 2009). O procedimento de amostragem em rede, bola de neve, é útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas. Segundo Bernard (2013, p. 168), essas populações podem ser difíceis de encontrar e estudar por ao menos quatro razões:

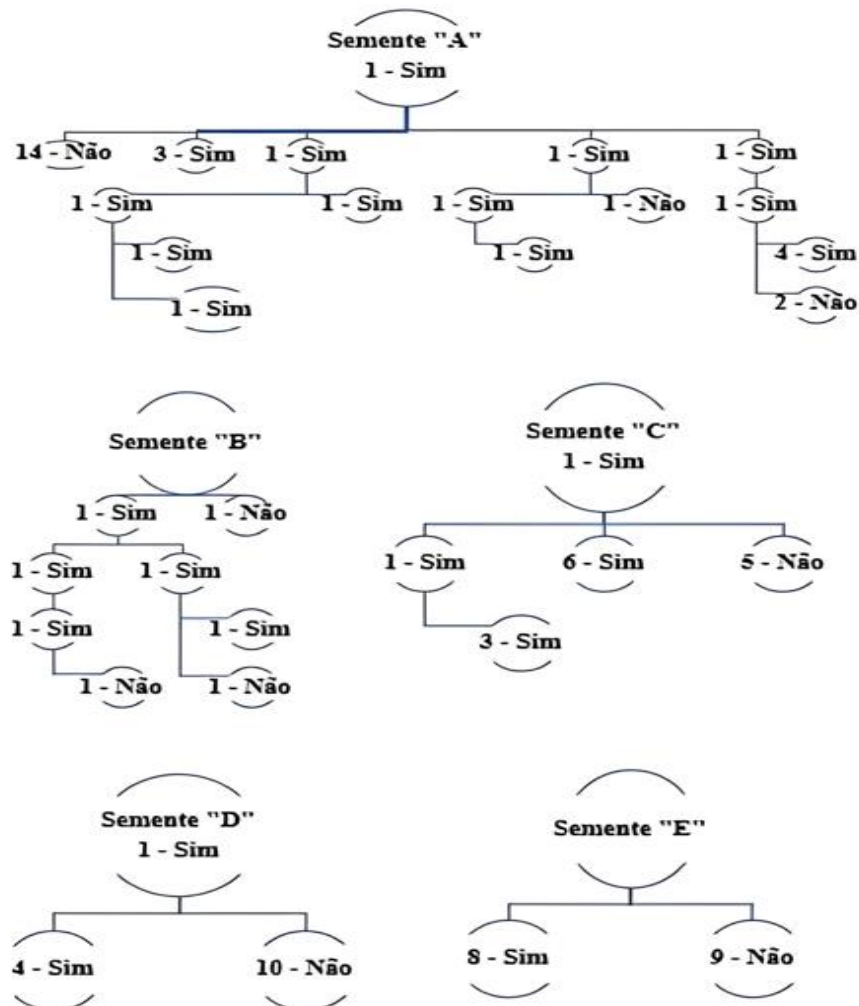
- 1) As que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área; 2) Os estigmatizados e reclusos; 3) Os que tem algo a esconder; e 4) Os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador.

Segundo Dewes (2013), o processo de amostragem baseado nessa perspectiva pode ser finalizado quando houver saturação. O ponto de saturação se dá com o alcance dos objetivos

da pesquisa ou quando novos entrevistados não trazem informações inéditas ou relevantes ao estudo (WHA, 1994). Durante as entrevistas a saturação foi percebida de maneira que os entrevistados passaram a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores.

A partir do contato inicial com cinco sementes chegou-se a uma amostra de 91 produtores, dos quais, desse total, 47 aceitaram ser entrevistados e 44 se recusaram a participar. Dentre os produtores amostrados 44 são homens e 3 mulheres – todos maiores de idade - os quais consentiram livremente em participar da pesquisa. As sementes *B* e *E*, conforme a Figura 7, não eram produtores, mesmo assim ao tomarem conhecimento do estudo, concordaram em indicar bovinocultores de corte da Microrregião para participarem da entrevista semiestruturada. As sementes disponibilizaram os contatos via *WhatsApp*, e os diálogos com os potenciais entrevistados foram feitos por meio do mesmo aplicativo de celular e por ligações telefônicas. A Figura 7 apresenta a dinâmica de como foram obtidos os contatos que participaram da pesquisa, de acordo com a técnica de bola de neve.

Figura 7 – Sementes - Técnica de Bola de Neve



Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de estabelecer contato, previamente foram enviados aos produtores a Carta de Apresentação, com os dados do Pesquisador e do Orientador deste estudo o Dr. Gabriel da Silva Medina para que os produtores pudessem entrar em contato para sanar eventuais dúvidas. A Carta de Apresentação que consta no apêndice A, contém a exposição de motivos para a realização da pesquisa. O envio de tal documento visa convidar os produtores a participarem do estudo.

No intuito de prover transparência também foi enviado a todos os contatos disponibilizados pelas sementes a Declaração de Aluno Regular, documento emitido que afirma o vínculo do Pesquisador com a Universidade de Brasília (UnB). Importante ressaltar que o sucesso na obtenção dos dados só foi possível em decorrência da prestigiosa indicação em favor do Pesquisador, feita em nome das sementes junto aos produtores. Ficou ressaltado que sem os laços de confiança e estima que são derivados das relações em comunidade, as portas permaneceriam fechadas para as entrevistas. Para obtenção dos dados tratados na pesquisa foram realizadas, perante prévio agendamento, entrevistas semiestruturadas à distância com a utilização do *software Google Meet*.

O Roteiro de Entrevista que consta no apêndice B, composto por trinta perguntas relacionadas ao tema da sustentabilidade, possibilitou a realização das entrevistas semiestruturadas. Este foi confeccionado atentando os critérios ESG observados pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 na seleção de empresas interessadas. Os principais critérios adotados no questionário que faz parte do processo de seleção do ISE, são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias abordadas no questionário ISE B3

DIMENSÕES DO QUESTIONÁRIO ISE – B3		
CATEGORIA	PROPÓSITO	TEMAS
Geral	Identificar em que medida uma companhia tem a sustentabilidade incorporada de forma fundamentada e estruturada em seus modelos de negócios e perspectivas futuras	(i) o compromisso, a estratégia e o posicionamento da empresa em relação à sustentabilidade; (ii) a incorporação dessas atitudes nos sistemas de incentivo e engajamento dos gestores; (iii) a inclusão e engajamento de sua cadeia de valor em tal processo.

Natureza do Produto	Identificar em que medida uma companhia atua para reduzir os riscos de sua dependência do consumo de bens ou serviços cujo uso normal gera impactos incompatíveis com um sistema sustentável de produção e consumo.	(i) Monitoramento e precaução: em se tratando desses produtos, trabalhar com precaução, bem como monitorar demandas de cunho administrativo e judicial a eles relacionadas.
Governança Corporativa	Identificar em que medida a estrutura de governança corporativa de uma companhia considera as questões da sustentabilidade, visando maiores chances de garantir a geração e preservação de valor econômico de longo prazo.	(i) o cumprimento, pelos gestores, de suas atribuições; (ii) o funcionamento adequado das instâncias de auditoria e fiscalização.
Econômico-financeira	Identificar em que medida uma companhia considera seus impactos econômico-financeiros diretos e indiretos sobre a sociedade, além do desempenho demonstrado nos relatórios contábeis publicados.	(i) divulgação de informações sobre aspectos socioambientais nos relatórios externos; (ii) quantificação e incorporação de externalidades nos processos de decisão; (iii) geração de valor compartilhado com a sociedade.
Ambiental	Identificar em que medida uma companhia tem uma gestão ambiental estruturada, consistente, coerente com suas características operacionais e alinhada com as melhores práticas corporativas	(i) gestão de recursos hídricos; (ii) gestão de resíduos sólidos; (iii) gestão da água e dos efluentes líquidos, (iv) gestão de emissões atmosféricas; (v) gestão da energia; (vi) gestão de riscos ambientais; (vii) bem-estar animal.
Social	Identificar em que medida uma companhia é capaz de manter relacionamentos mutuamente positivos com segmentos da sociedade que podem ser impactados por suas atividades, criando e compartilhando valor.	(i) condições de trabalho (ii) o respeito aos direitos humanos e aos direitos do consumidor; (iii) a valorização da diversidade e o combate à discriminação; (iv) a atuação responsável e positiva em cadeias de suprimentos e em territórios ou comunidades influenciados pela companhia; (v) as relações éticas e as práticas de transparência e diálogo com os <i>stakeholders</i> - partes interessadas
Mudança do Clima	Identificar em que medida uma companhia incorpora as agendas de mitigação e de adaptação à mudança do clima, considerando a transição para uma economia de baixo carbono e resiliente.	(i) mensuração e relato das emissões lançadas na atmosfera pela atividade da empresa; (ii) ações empreendidas para redução e/ou compensação dessas emissões. (iii) diagnóstico, compreensão e comunicação dos riscos e vulnerabilidades da empresa frente à mudança do clima; (iv) planejamento e práticas voltados à gestão dos riscos e à criação de resiliência

Fonte: B3 (2019 apud CHRIST, 2021, p. 28).

O Roteiro de entrevista elaborado também observa os critérios elencados no *Meat, Poultry & Dairy: Sustainability Accounting Standard* (SASB, 2018). Tal padrão estabelece diretrizes para medir e relatar métricas ESG. Isso posto, os preponderantes critérios ligados a bovinocultura de corte utilizados na elaboração do roteiro de entrevista, são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Categorias abordadas no SASB - *Meat, Poultry & Dairy: Sustainability Accounting Standard*

TÓPICOS DE DIVULGAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E MÉTRICAS CONTÁBEIS - SASB	
CATEGORIA	PROPÓSITO
Emissões de Gases do Efeito Estufa	Discussão da estratégia ou plano de longo e curto prazo para gerenciar as emissões do Escopo 1, metas de redução de emissões e uma análise do desempenho em relação a essas metas - As emissões de Escopo são definidas e devem ser calculadas de acordo com a metodologia contida no <i>The Greenhouse Gas Protocol: A Corporate Accounting and Reporting Standard</i> (GHG Protocol), Edição Revisada, março de 2004, publicado pelo <i>World Resources Institute</i> e o <i>World Business Council on Sustainable Development</i> (WRI/WBCSD).
Gerenciamento da Água	Descrição dos riscos de gestão da água e discussão de estratégias e práticas para mitigar esses riscos
	Número de incidentes de não conformidade com licenças, padrões e regulamentos de qualidade da água
Uso da Terra e Impactos Ecológicos	Quantidade de lixo animal e estrume gerados, percentagem gerida de acordo com um plano de gestão de nutrientes
	Percentagem de pastagens e pastagens geridas de acordo com os critérios do plano de conservação do Serviço de Conservação dos Recursos Naturais (NRCS)
	Produção de proteína animal a partir de operações de alimentação animal concentrada
Uso de Antibióticos na Produção Animal	Porcentagem da produção animal que recebeu: (1) antibióticos medicamente importantes e (2) antibióticos não medicamente importantes, por tipo de animal
Trabalhadores Saúde e Segurança	1) Taxa total de incidentes registráveis e índice de fatalidade
Cuidados e bem-estar Animal	Porcentagem de produção certificada para um padrão de bem-estar animal de terceiros

<p>Impactos Ambientais e Sociais da Cadeia de Suprimentos Animal</p>	<p>Porcentagem de fornecedores e instalações de produção contratadas verificadas para atender aos padrões de bem-estar animal</p>
<p>Alimentação Animal Abastecimento</p>	<p>Discussão da estratégia para gerenciar oportunidades e riscos para o fornecimento de ração e gado apresentados pelas mudanças climáticas</p>

Fonte: Adaptado de SASB (2018, p. 6-7).

O Roteiro de entrevistas estar em harmonia com os reconhecidos padrões - RSC/ESG - citados faz com que esteja apto a refletir se os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam ou não, por meio do enquadramento de práticas representacionais, aos padrões de sustentabilidade. As perguntas contidas no Roteiro objetivam revelar se a sustentabilidade está integrada na governança e na gestão dos frigoríficos e dos produtores. As entrevistas duraram em média 20 minutos e os resultados foram registradas no software Excel.

A referida coleta de dados foi realizada de maio a julho de 2022. Ficou ressaltado aos participantes que essa pesquisa tem caráter sigiloso, com a devida proteção de seus dados. O acesso e a análise dos dados coletados se fizeram apenas pelo Pesquisador e pelo Professor Orientador, cujos resultados das entrevistas estão apresentados no Capítulo 4 (Resultados) e no Capítulo 5 (Discussões).

Nessa pesquisa não foi realizado um estudo de campo. O que aconteceu foi uma coleta de dados de forma virtual. Esse procedimento de contato virtual com os entrevistados foi aplicado em decorrência das condições sanitárias impetradas pela Pandemia de Coronavírus (COVID-19). O isolamento social era, naquele momento, recomendação médica e, portanto, tanto o pesquisador quanto os produtores rurais entrevistados não podiam se encontrar em sessões presenciais.

Inclusive, destaca-se que algumas reuniões virtuais tiveram que ser reagendadas em virtude do adoecimento por COVID-19 de familiares de entrevistados. Um ponto positivo das sessões serem realizadas virtualmente foi o processamento do agendamento, porque este se tornou mais ágil e fácil de ser ajustado às ocupadas agendas dos produtores rurais. O mesmo não se poderia fazer, em hipótese, se as coletas fossem realizadas presencialmente dada a sincronicidade espaço-temporal.

3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Segundo Oliveira *et al.* (2003), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de exploração de documentos, que visa identificar os principais conceitos e temas abordados em um determinado texto. Essa técnica tem como objetivo fornecer indicadores úteis aos objetivos da pesquisa, bem como assinalar e classificar de maneira exaustiva todas as unidades de sentido existentes no texto. Além disso, pode permitir que sobressaiam do documento suas grandes linhas, suas principais regularidades (OLIVEIRA *et al.*, 2003). Para o estudo dos resultados, optou-se pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2016, p. 48)

para qual a análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção destas mensagens.

O método da análise de conteúdo pauta-se em procedimentos de interpretação dos dados, os quais se subdividem em três fases distintas, a saber: “1) Pré-análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 125). A pré-análise visa operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. Tem como propósito direcionar a uma forma clara de desenvolvimento, as ações num plano de análise.

Destaca-se que essa primeira etapa tem como finalidade “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2016, p. 125). Segundo a autora, nessa etapa, é fundamental observar algumas regras: i) *exaustividade*, a qual recomenda que todo o assunto deve ser esgotado, sem omissão de nenhuma parte; ii) *representatividade*, que se preocupa com amostras que representem a população; iii) *homogeneidade*, os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos similares; e iv) *pertinência*, é preciso que os documentos sejam adequados ao objetivo da análise. Nesse estudo, esses critérios foram assumidos na primeira etapa.

A exploração do material representa a segunda etapa. Segundo a estudiosa, esse estágio “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131). Nessa fase, a codificação, a classificação e a categorização são elementos necessários (BARDIN, 2016). Assim, o conteúdo coletado das entrevistas é recortado em unidades de registro e são

elaboradas as categorias temáticas para posterior análise detalhada dos resultados. É considerada a fase da descrição analítica orientada pelas hipóteses e referenciais teóricos.

A última etapa consiste no exame dos resultados obtidos e interpretação dos dados. É o momento de intuição, de análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2016). Aqui os resultados brutos devem ser tratados de maneira a serem significativos e válidos resultando nas interpretações inferenciais. De acordo com Bardin (2016), para maior rigor esses resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como teses de validação. Nessa fase é necessário retornar ao referencial teórico para embasar as análises dando sentido à interpretação.

3.6 SÍNTESE DA PROPOSTA METODOLÓGICA

O Quadro 5 é o resumo dos métodos, das técnicas e dos recursos aplicados. É preciso dizer que todos esses procedimentos foram empregados com a finalidade de cumprir os objetivos propostos. No próximo capítulo, são apresentados os resultados deste estudo.

Quadro 5 - Síntese metodológica

METODOLOGIA DE PESQUISA			
Abordagem	Qualitativa		
Estratégia	Estudo de caso		
Natureza	Exploratória e Descritiva		
Técnica da pesquisa	Bola de Neve	Entrevista Semiestruturada	Pesquisa Bibliográfica
Instrumentos	Contato com as sementes	Roteiro de entrevista	Pesquisas em bases de dados, sites e bibliotecas
Fonte de dados	Primário	Primário	Secundário

Levantamento e coleta de dados	Agendamentos e aplicação do roteiro	Agendamentos e aplicação do roteiro	Bases de dados, Repositórios e Bibliotecas
Tipo de material	Relato produtores	Anotações das entrevistas	Artigos, dissertações, teses e livros
Registro dos dados	<i>Software</i> Excel	Anotações	Planilhas, resumos, anotações e marcações nos textos
Análise dos dados	Análise de conteúdo		Leitura em profundidade

Fonte: Elaboração própria a partir de Gil (2008).

4. RESULTADOS

Neste capítulo, são elencados os resultados obtidos por meio das entrevistas. Para tanto está dividido em duas seções. A primeira seção descreve as recomendações feitas pelos frigoríficos em prol da sustentabilidade e a segunda retrata os procedimentos adotados pelos bovinocultores para atender às recomendações feitas pelos frigoríficos.

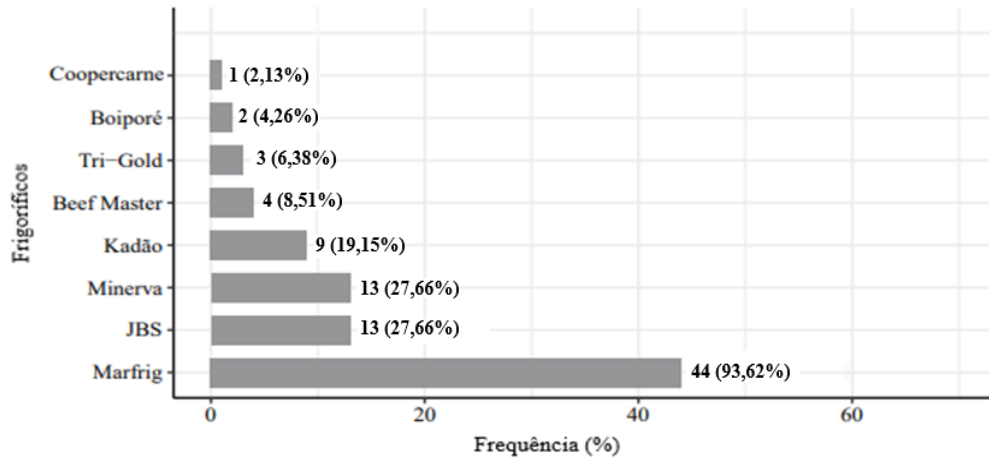
4.1 RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS QUE OS FRIGORÍFICOS FAZEM PARA QUE OS BOVINOCULTORES DE CORTE ENTREM EM CONFORMIDADE COM A SUSTENTABILIDADE

Nesta seção por meio das perguntas 1 a 10 do Roteiro de Entrevista que constam no apêndice B, investiga-se quais são as recomendações que os frigoríficos atuam na Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás fazem para que os produtores entrem em conformidade com a sustentabilidade.

PERGUNTA 1

Nº	Pergunta
1)	Os frigoríficos que atuam na região realizam testes de processos ou produtos?

Com relação ao resultado obtido por meio da pesquisa amostral com os produtores da Microrregião do Sudoeste de Goiás, percebe-se que a maioria dos entrevistados trabalham com mais de um frigorífico. Além disso, uma significativa parcela destes, mais de 93%, comerciam com o frigorífico Marfrig, enquanto frigoríficos JBS, Minerva e Kadão estão relacionados com cerca de 19 a 27% dos produtores, respectivamente. Por outro lado, uma parcela menos expressiva dos produtores, de 2 a 8%, trabalham com frigoríficos Beef Master, Tri-Gold, Boiporé e Coopercarne, conforme apresenta a Figura 8.

Figura 8 – Frigoríficos que os produtores amostrados comercializam

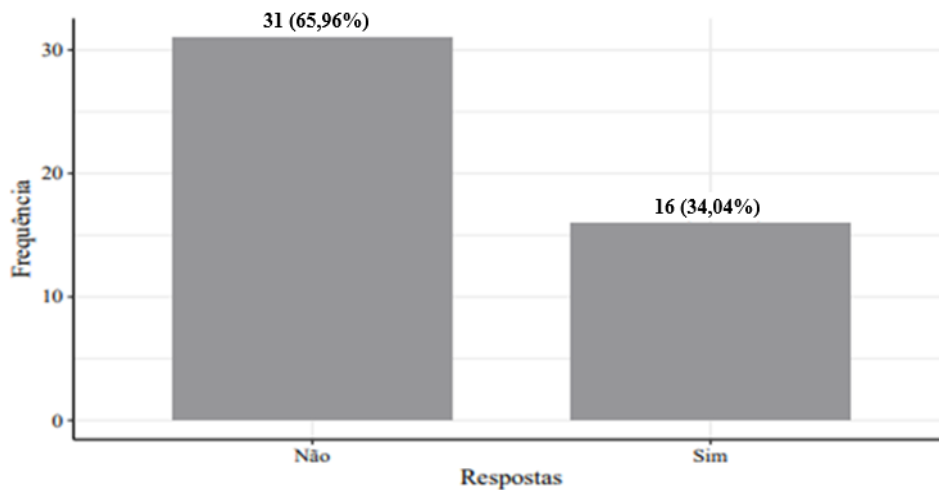
Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito a *Pergunta 1*, 100% dos produtores entrevistados respondeu que os frigoríficos que atuam na região, com os quais comercializam, realizam testes de processos ou produtos no ato de compra e recepção dos animais em suas plantas de processamento.

PERGUNTA 2

Nº	Pergunta
2)	Os frigoríficos examinam as instalações em uso na fazenda?

Na *Pergunta 2*, mais de 65% dos entrevistados, conforme mostra a Figura 9, responderam que os frigoríficos locais não avaliam as instalações de onde se origina a matéria-prima de seus negócios.

Figura 9 – Respostas da *Pergunta 2*

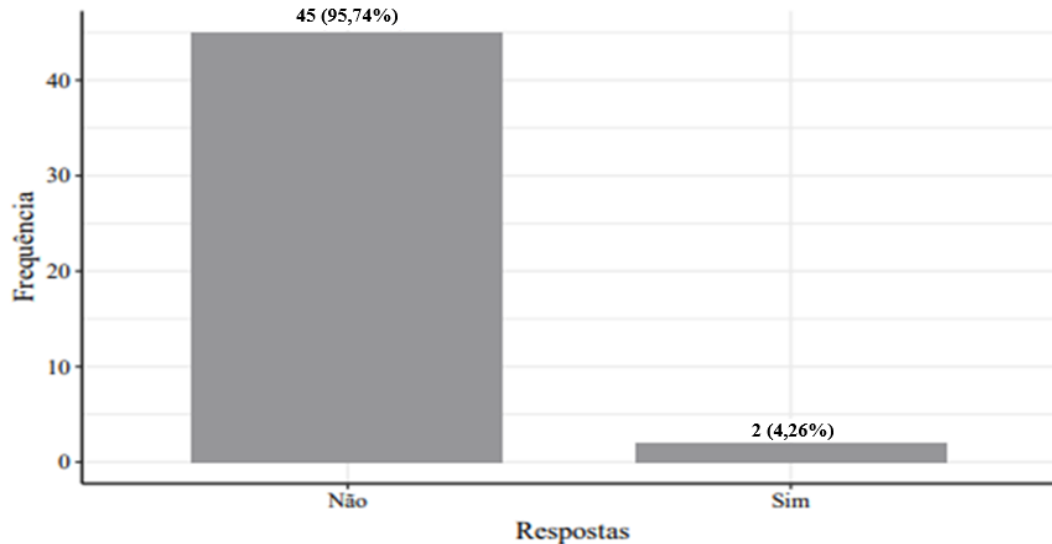
Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTA 3

Nº	Pergunta
3)	Existe algum tipo de incentivo para adequação a sustentabilidade por parte dos frigoríficos?

Pelo apresentado como resposta à *Pergunta 3* cujo resultado consta na Figura 10, 95,74% dos produtores disseram que não percebem nenhum incentivo por parte dos frigoríficos para adequação à sustentabilidade.

Figura 10 – Respostas da *Pergunta 3*



Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTA 4, 5, 6, 7 e 8

Nº	Perguntas
4)	Os frigoríficos que atuam na região realizam a mensuração das suas emissões de gases de efeito estufa?
5)	A fazenda possui um sistema de mensuração e avaliação de performance quanto às emissões de gases de efeito estufa? Como esse processo ocorre?
6)	Os frigoríficos que atuam na região estabelecem metas de redução das emissões do grupo como um todo? E de cada unidade produtiva?
7)	Os frigoríficos que atuam na região divulgam suas metas de redução das emissões? De que maneira?

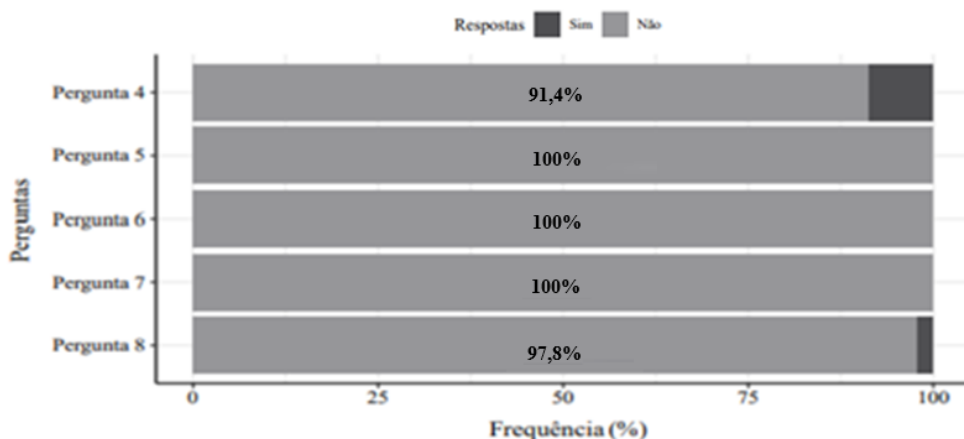
8)	Quais estratégias que os frigoríficos que atuam na região utilizam para incorporar e mobilizar os colaboradores para contribuírem efetivamente para a redução das emissões?
----	---

No que se refere a *Pergunta 4*, 91,4% dos produtores afirmaram que frigoríficos que atuam na região não realizam a mensuração das emissões nas fazendas. Apenas quatro produtores, número que corresponde a 8,5% do total amostrado, afirmaram que frigoríficos que atuam na região realizam a mensuração das emissões nas fazendas. Somente os frigoríficos Minerva, Marfrig e JBS foram citados por fazerem a mensuração. Nenhum frigorífico de menor atuação que os produtores comercializam foi referido.

Ao responderem à *Pergunta 5*, nenhum dos produtores relatou que possui sistemas de mensuração e avaliação de performance quanto às emissões de gases de efeito estufa. Nas respostas das *Perguntas 6 e 7*, apresentados na Figura 11, é possível perceber que há o desconhecimento de 100% dos produtores amostrados sobre iniciativas por parte dos frigoríficos que atuam na região a respeito do estabelecimento de metas de redução das emissões para Microrregião, muito menos para cada unidade produtiva em separado. Tampouco existe por parte dos produtores conhecimento sobre a divulgação das metas de redução das emissões de gases do efeito estufa dos frigoríficos com os quais atuam.

Ao responderem à *Pergunta 8*, 97,8% dos produtores relataram que não têm conhecimento acerca da construção de estratégias ou planos de ação para incorporar e mobilizar os colaboradores para contribuírem efetivamente para a redução das emissões. Apenas um produtor, o qual corresponde a 2,1% do total amostrado, informou que participa de uma iniciativa nesse sentido estabelecida com frigorífico Minerva - Programa Renove.

Figura 11- Respostas das *Perguntas 4, 5, 6, 7 e 8*



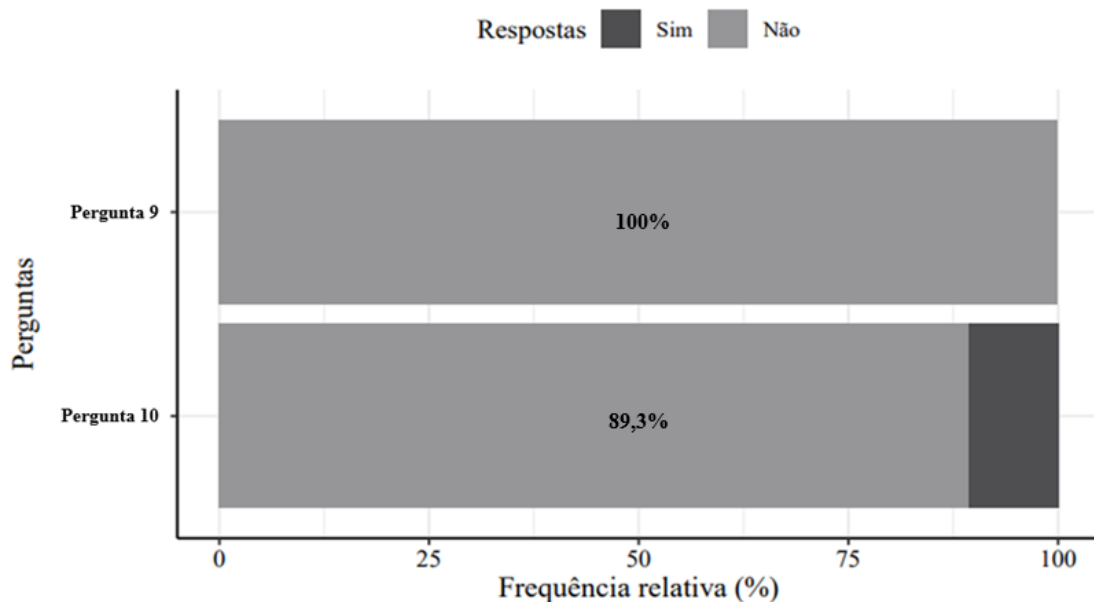
Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTA 9 e 10

Nº	Perguntas
9	Na hora de comprar os bois, frigoríficos com atuação regional atentam para os requisitos de sustentabilidade como os explicitados nas perguntas acima?
10	Caso o produtor descumpra requisitos de sustentabilidade ligados a parte ambiental ou trabalhista conseguirá comerciar com frigoríficos exportadores como JBS, Marfrig ou Minerva?

De acordo com o gráfico apresentado na Figura 12, identifica-se que 100% dos frigoríficos com atuação regional - Kadão, Beef Master, Tri-Gold, Boiporé e Coopercarne - não atentam para os requisitos de sustentabilidade na hora de efetuar a compra dos bois. Porém mais de 89,3% dos produtores relataram que em caso de descumprimento dos requisitos de sustentabilidade não há possibilidade de comerciar com frigoríficos como JBS, Marfrig ou Minerva. Ou seja, o não cumprimento, diante da vivência apresentada pela maioria dos entrevistados, implica em exclusão.

Figura 12 - Respostas da *Perguntas 9 e 10*



Fonte: Elaboração própria.

4.2 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS PELOS BOVINOCULTORES DE CORTE EM ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELOS FRIGORÍFICOS

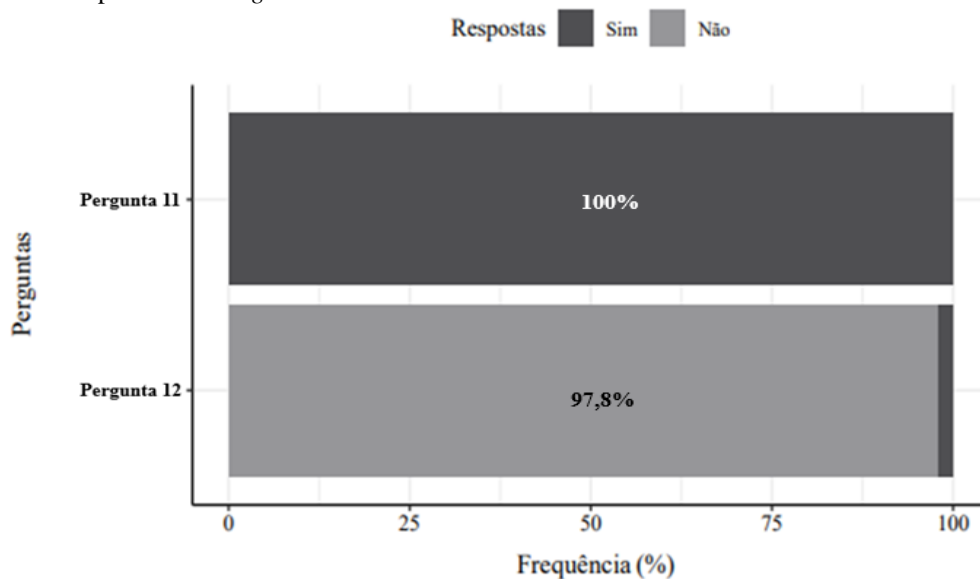
Nesta seção por meio das perguntas 11 a 30 do Roteiro de Entrevista que constam no apêndice B, procurou-se identificar quais são os procedimentos operacionais adotados na fazenda pelos produtores da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás para atender as recomendações feitas pelos frigoríficos.

PERGUNTA 11, 12 e 13

Nº	Perguntas
11	É feito na fazenda a recuperação das pastagens?
12	É feito o reuso da água? Existe algum sistema nesse sentido?
13	Como é feito o gerenciamento dos resíduos sólidos na propriedade?

Com relação a *Pergunta 11*, verificou-se que 100% dos entrevistados fazem a recuperação das pastagens degradadas. Na *Pergunta 12*, constatou-se que 97,8% dos produtores afirmaram que não realizam o reuso da água. Ambas as respostas integram a Figura 13.

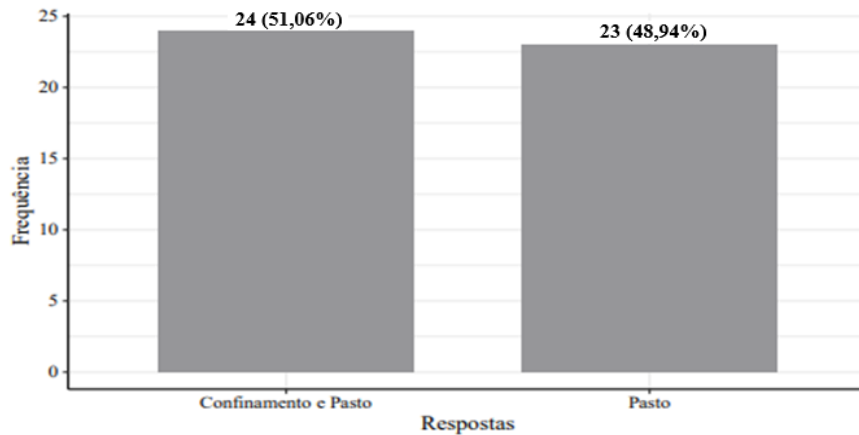
Figura 13 – Respostas das *Perguntas 11 e 12*



Fonte: Elaboração própria.

Acerca da Pergunta 13 que questiona como é feito o gerenciamento dos resíduos sólidos nas propriedades, 48,94% dos produtores entrevistados que praticam a bovinocultura em sua forma semi-intensiva¹⁷, relataram que os resíduos dos animais criados a pasto ficam no pasto para serem incorporados ao solo. O resultado é apresentado na Figura 14.

Figura 14 – Respostas da Pergunta 13



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 14 também mostra como resultado que 51,06% bovinocultores entrevistados, relataram que os resíduos dos animais criados no confinamento¹⁸ são recolhidos para servirem de adubo. Como relatado durante as entrevistas, o sistema de aproveitamento se deu por meio de esterqueiras construídas pelos criadores.

PERGUNTA 14 e 15

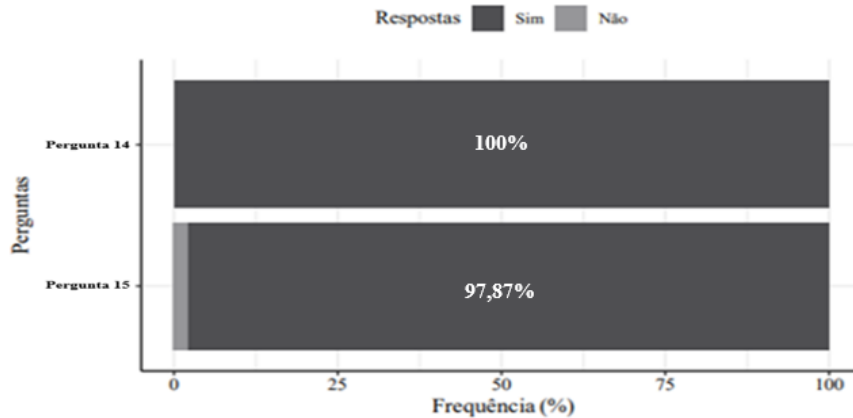
Nº	Perguntas
14	A fazenda faz uso de dietas balanceadas e de melhor qualidade (pastagens e forrageiras bem manejadas, uso de suplementação mineral, proteica e energética)?
15	A fazenda faz uso de aditivos moduladores de fermentação ruminal, para poder contribuir para a mitigação da emissão de CH ₄ entérico?

¹⁷ Os sistemas semi-intensivos são caracterizados pela utilização de pastagens (nativas e cultivadas) como base alimentar e os suplementos minerais, acrescidos de suplementos proteicos/energéticos (CEZAR, 2005).

¹⁸ “Sistema intensivo de produção de bovinos em que lotes de animais são encerrados em piquetes ou currais com área restrita, e onde os alimentos e água necessários são fornecidos em cochos [...] é mais propriamente utilizado para a terminação de bovinos, que é a fase da produção que imediatamente antecede o abate do animal, ou seja, envolve o acabamento da carcaça que será comercializada.” (CARDOSO, 1996, p. 8).

No que concerne ao manejo nutricional dentro das fazendas, consoante a *Pergunta 14* que integra a Figura 15, 100% dos produtores entrevistados afirma fornecer dietas balanceadas e de melhor qualidade para seus animais. Acerca da *Pergunta 15* que integra a Figura 15, 97,87% dos entrevistados afirmam fazer uso de aditivos moduladores de fermentação ruminal.

Figura 15 – Respostas das *Perguntas 14 e 15*



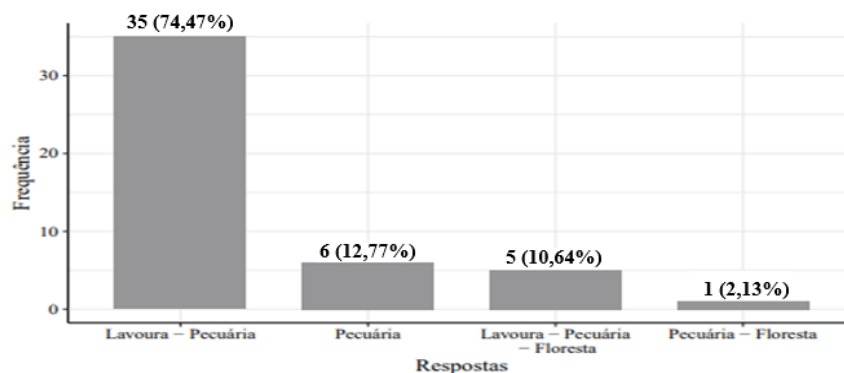
Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTA 16

Nº	Pergunta
16	A fazenda faz uso de modelos integrados de produção, como integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF)?

De acordo com os produtores que foram entrevistados, 74,47% praticam a Integração Lavoura-Pecuária (ILP), 10,64% utilizam a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), e 2,13% Integração Pecuária-Floresta (IPF). Apenas 10,64% dos produtores amostrados praticam somente a bovinocultura. Os resultados são apresentados na Figura 16.

Figura 16 - Respostas da *Pergunta 16*



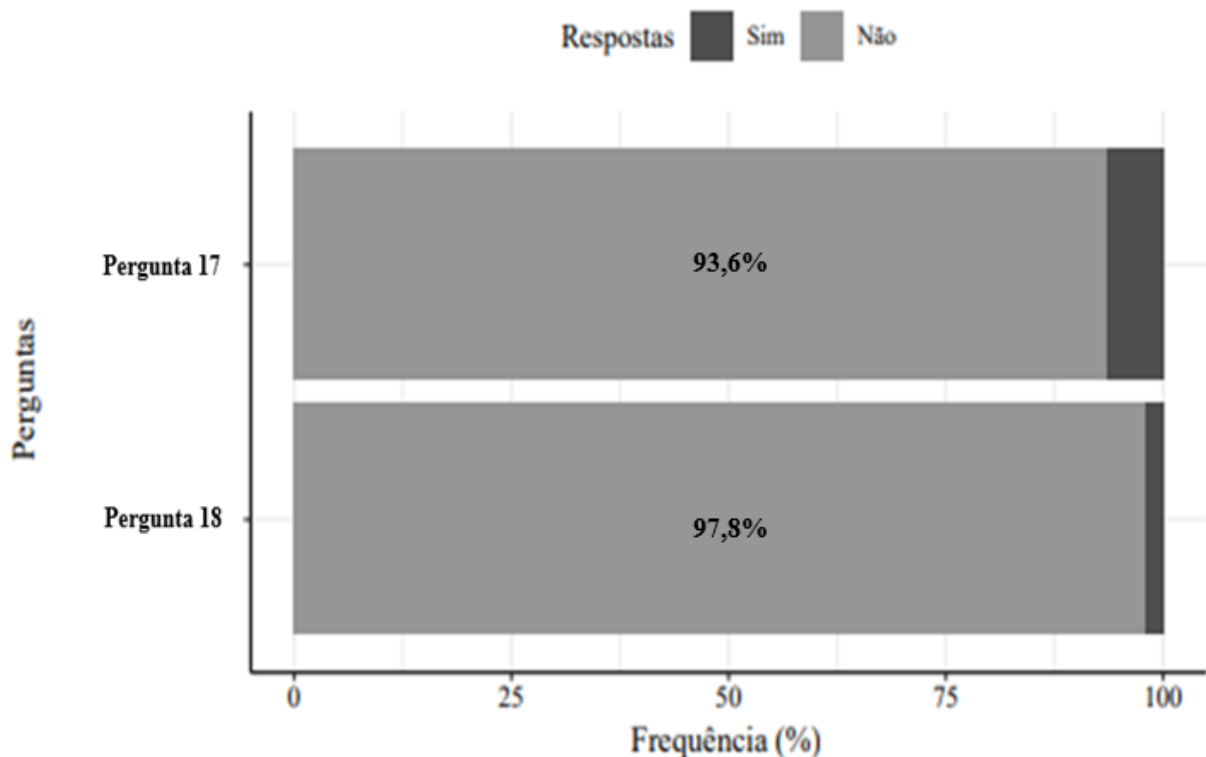
Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTAS 17, 18 e 19

Nº	Perguntas
17	O que é gerado na fazenda faz parte de algum tipo de rastreabilidade produtiva?
18	Seguem algum tipo de certificação ou padrão de qualidade (por exemplo: ISO)?
19	Já aderiu de forma voluntária ao Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV?

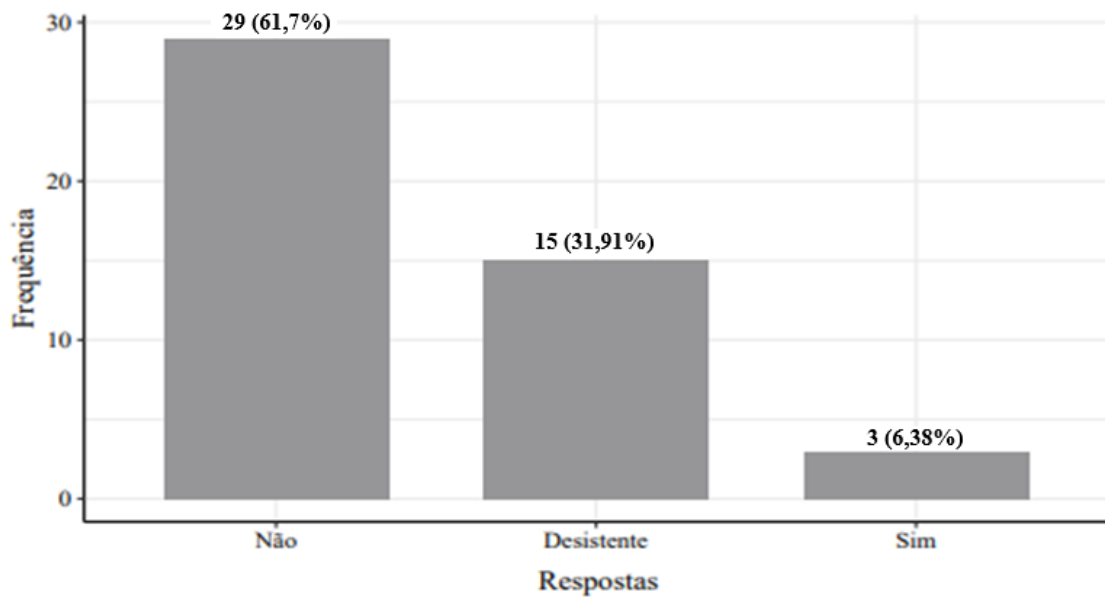
Consoante a *Pergunta 17*, 93,6% dos produtores entrevistados afirmam que o que é gerado em suas fazendas não faz parte de nenhum tipo de rastreabilidade produtiva. Com relação a *Pergunta 18*, 97,8% dos produtores entrevistados afirmam que não seguem nenhum tipo de certificação ou padrão de qualidade. Os resultados são mostrados na Figura 17.

Figura 17 - Respostas das *Perguntas 17 e 18*



Fonte: Elaboração própria.

Em referência a *Pergunta 19*, dentre os quarenta e sete produtores entrevistados da amostra obtida, vinte e nove não aderiram. Quinze desistiram, e apenas três estão de acordo e utilizam o SISBOV. Os resultados obtidos são mostrados na Figura 18.

Figura 18 - Respostas da *Pergunta 19*

Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTAS 20, 21, 22, 23 e 24

N ^a	Perguntas
20	Aloja os animais em instalações adequadas, com currais higienizados a cada troca de lote, bebedouros limpos com água de qualidade e abundante por todo o tempo de permanência dos animais nesses locais?
21	Adequa e mantém boas condições estruturais visando facilitar o manejo e evitar ferimentos?
22	Utiliza densidades favoráveis em benefício e conforto dos animais desde a criação, transporte e alojamento na indústria?
23	Priorizar transporte de animais dentro dos padrões recomendados?
24	Faz uso de medicamentos de forma profilática (ou seja, não terapêutico)?

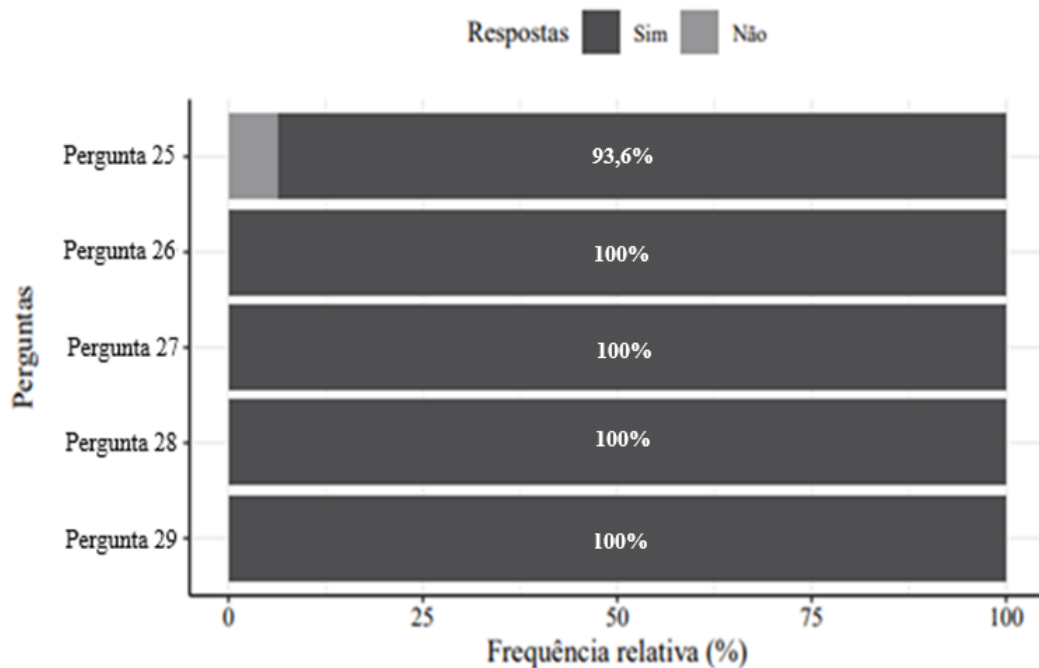
Com referência as *Perguntas 20 a 23*, 100% dos produtores entrevistados responderam que alojam os animais em instalações adequadas, mantêm boas condições estruturais, utilizam densidades favoráveis ao conforto dos animais e priorizam transporte dentro de padrões recomendados. Acerca da *Pergunta 24*, durante as entrevistas 100% dos produtores afirmaram que todos os medicamentos usados em seus plantéis são aplicados mediante indicação de Médicos Veterinários.

PERGUNTAS 25, 26, 27, 28 e 29

Nº	Perguntas
25	Oferece treinamentos constantes, de forma a apoiar o colaborador em sua jornada de desenvolvimento profissional?
26	Garante ambiente de trabalho seguro e saudável, assumindo medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde do trabalhador?
27	Assegura todos os direitos ao trabalhador, conforme estabelecido na legislação federal vigente e em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho?
28	Adota jornada de trabalho em conformidade com a legislação federal vigente, Acordos e Convenções Trabalhistas e normas de Responsabilidade Social?
29	Garante remuneração e benefícios em conformidade com o estabelecido nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho?

No que tange a *Pergunta 25* cujo resultado é apresentado na Figura 19, 93,6% dos produtores disseram que investem em capacitação. Com relação a *Pergunta 26*, 100% dos entrevistados afirmam assumir medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde do trabalhador. Os resultados das *Perguntas 27, 28 e 29* mostram que 100% dos produtores afirmam cumprir todas as exigências trabalhistas relativas à remuneração e carga horária máxima definidas nas leis e regulamentos.

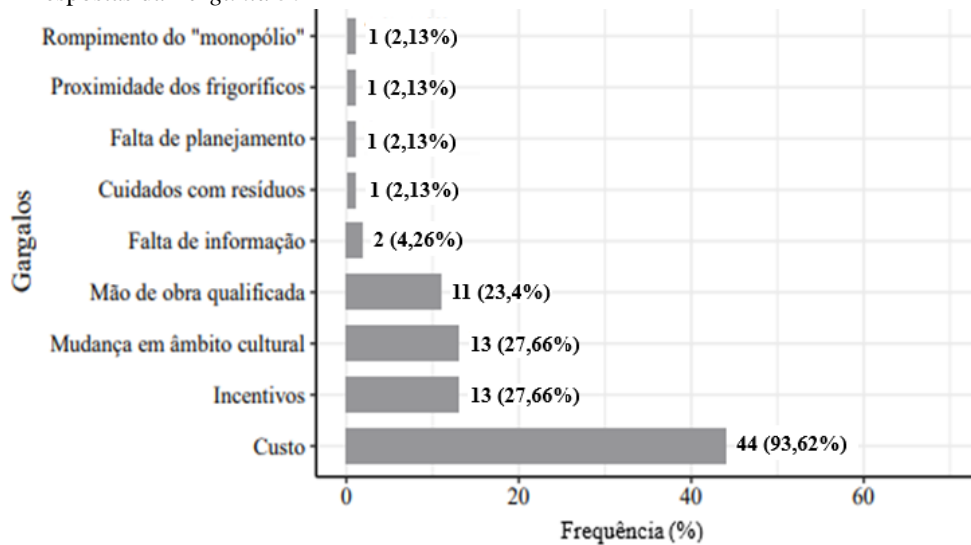
Figura 19 - Respostas da *Perguntas 25, 26, 27, 28 e 29*



Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTA 30

Nº	Pergunta
30	Quais são os gargalos na produção que demandam investimento prioritário para que haja adequação?

Figura 20 - Respostas da *Pergunta 30*

Fonte: Elaboração própria.

Conforme apresentado na Figura 20 percebe-se que entre os gargalos na produção o que mais se destaca é o custo chegando a alcançar mais de 93% dos produtores. Além disso, mão de obra qualificada, mudança em âmbito cultural e incentivos também tem uma frequência significativa, variando entre 23% e 27% dos produtores. Por outro lado, gargalos como proximidade dos frigoríficos, falta de planejamento, falta de informação entre outros, são menos expressivos quando comparados aos demais, sendo relatados por menos de 5% dos participantes.

5. DISCUSSÕES

Neste capítulo, são discutidos os resultados das entrevistas. Para tanto está dividido em três seções. Cada seção representa um objetivo específico.

5.1 DISCUSSÃO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS QUE OS FRIGORÍFICOS FAZEM PARA QUE OS BOVINOCULTORES DE CORTE ENTREM EM CONFORMIDADE COM A SUSTENTABILIDADE

No que diz respeito a *Pergunta 1*, 100% dos produtores entrevistados responderam que os frigoríficos com os quais comerciam, realizam testes de processos ou produtos. Segundo os relatos, a conformidade com as boas práticas de conservação ambiental juntamente com o tipo de manejo adotado nas propriedades são aspectos observados na seleção dos fornecedores amostrados, que vendem seus animais para os frigoríficos Marfrig, Minerva e JBS. De acordo com as políticas para aquisição de bovinos das respectivas empresas, os animais não são adquiridos de fazendas envolvidas com desmatamento de florestas nativas, invasão de terras indígenas ou áreas de conservação ambiental, ou que estejam embargadas (MINERVA, 2022; MARFRIG, 2021; JBS, 2019).

Essas companhias também não realizam compras de bovinos de fornecedores envolvidos em conflitos agrários, ou que utilizam trabalho forçado ou infantil (MINERVA, 2022; MARFRIG, 2021; JBS, 2019). O Quadro 6 apresenta uma síntese dos requisitos ligados a RSC/ESG que os frigoríficos citados demandam. Os produtores que forem capazes de cumprir, devem atentar para que possam vender seus animais a essas empresas.

Quadro 6 - Síntese dos critérios requeridos pela Marfrig, Minerva e JBS para aquisição de animais

CRITÉRIOS REQUERIDOS	
a)	Não integrar a lista de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e nem ter registro de trabalho forçado ou compulsório (constar na “Lista Suja” divulgada pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério da Economia).
b)	Apresentar documentos, como comprovante de Registro de Regularidade Fundiária (SNCR), Cadastro Ambiental Rural (CAR), Carta-Garantia, Nota Fiscal e Guia de Trânsito Animal (GTA), entre outros.

c)	Informações referentes a direitos humanos, jornada de trabalho, remuneração adequada, condições justas de trabalho, não discriminação, seja ela de qualquer natureza, não utilização de trabalho infantil e liberdade de associação.
----	--

Fonte: Adaptado de Minerva (2022); Marfrig (2021); e JBS (2019).

Aos produtores que intentam vender seus animais a Marfrig, Minerva e JBS, foi relatado durante as entrevistas semiestruturadas, que lhes é solicitado responder a *Check Lists*¹⁹. Seu devido preenchimento ocorre antes da transação comercial (bovinocultor-frigorífico) se consumir, como pré-requisito, colaborando no processo de verificação do sistema produtivo. Mediante o emprego de tal dispositivo de mercado que pode ser caracterizado como um sistema de monitoramento de desempenho, uma configuração de compra ou um contrato específico, se intervêm diretamente no mercado articulando ações (ÇALIŞKAN; CALLON, 2010, ARAUJO; KJELLBERG, 2009).

Dessa forma, os frigoríficos buscam com a aplicação desse dispositivo adicionar antecipadamente junto aos bovinocultores, características e especificidades referentes a padrões de produção compatíveis com os 17 ODS. Isso com o objetivo de fazer com que consigam funcionar com as referidas empresas, além de estabelecer como os bovinocultores devem agir promovendo um formato distinto às ações coletivas (ANDERSSON; ASPENBERG; KJELLBERG, 2008). Logo, estar de acordo com as determinações listadas demonstra conformidade com as condições RSC/ESG requeridas e avaliadas.

De acordo com Harrison e Kjellberg (2016), tal prática estabelece uma rotina de interação. Isso auxilia a moldar as práticas de troca, pois, os *Check Lists* promovem o enquadramento, uma vez que efetivamente refletem e delimitam fronteiras que são advindas de conceitos, medidas e métodos de avaliação. (CALLON, 1998b). A vinculação de representações específicas ligadas a RSC/ESG as trocas econômicas, nesse caso, contribuem para estabilizar as partes, o objeto e os termos de troca (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Assim os frigoríficos que exigem o preenchimento prévio dos *Check Lists*, constroem mercados norteando a interação entre os agentes envolvidos sob o prisma da sustentabilidade.

Para que haja reconhecimento e consigam interagir, os bovinocultores de corte necessitam internalizar e aplicar em suas produções as representações expressas nos *Check Lists*. A verificação de critérios socioambientais é feita a cada nova compra de animais, quando

¹⁹ Vide anexos A e B.

os fornecedores também são consultados sobre características de idade, peso e qualidade de carcaça dos animais comercializados (MARFRIG, 2021). Os aludidos *Check Lists* estão em harmonia com o indicador ESG (SASB, 2018), e com os critérios adotados no questionário de seleção para o ISE, conforme apresentado no Capítulo 3. Com relação aos critérios RSC requeridos nas políticas para aquisição de animais, conforme mostra o Quadro 7, estão de acordo com os ODS apresentados na Figura 21 (MINERVA, 2022; MARFRIG, 2021; JBS, 2019).

Figura 21 – ODS (2, 3, 5, 8, 10, 12, 15 e 16)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Um dos resultados obtidos indica que 93,62% dos produtores entrevistados comerciam com o frigorífico Marfrig, conforme mostra a Figura 8. De acordo com a Marfrig (2021), atualmente, 100% de seus fornecedores atendem aos parâmetros requeridos para poderem comerciar com a empresa. Isso sinaliza que a maioria dos produtores amostrados da Microrregião do Sudoeste de Goiás são avaliados e selecionados pela utilização de critérios socioambientais.

Segundo os produtores entrevistados, os frigoríficos Kadão, Beef Master, Tri-Gold, Boiporé e Coopercarne com os quais também comerciam, no ato da compra não cobram de seus fornecedores requisitos ligados a RSC/ESG. Os produtores amostrados afirmam que todos os frigoríficos com os quais comerciam, exigem e verificam os certificados de vacinação e sanidade dos bovinos e as guias de trânsito animal. Ademais, identificam o estado higiênico-sanitário isolando os animais suspeitos de estarem doentes.

A despeito de 100% dos produtores afirmarem que os frigoríficos realizam testes de processos ou produtos no ato da compra e recepção dos animais em suas plantas de processamento, mais de 65% dos entrevistados, responderam que os frigoríficos para os quais vendem, não avaliam as instalações de onde se origina a matéria-prima de seus negócios. O resultado obtido com a *Pergunta 2*, evidencia que após a parceria estabelecida é necessário

que se dê continuidade por meio de visitas recorrentes. Não somente com o fito de fiscalizar, mas com o de orientar quanto ao desempenho dos fornecedores.

Cada vez mais, a capacidade dos fornecedores em satisfazer às necessidades dos compradores decorre da qualidade dos produtos fornecidos (VIANA; ALENCAR, 2010). Dessa forma, a integração eficaz dos produtores se apresenta como um fator chave na obtenção das melhorias dos processos de produção (RAGATZ; HANDFIELD; SACNNELL, 1997). Para isso é necessário canais de comunicação abertos para a troca de informações sobre ferramentas de gestão que possibilitem a adequação aos padrões requeridos (PAIVA, 2008).

Em longo prazo, uma boa parceria oportuniza um melhor fornecimento de produtos, já que trocar de fornecedor de tempos em tempos tende a contribuir negativamente para o andamento dos serviços (SIEBENEICHLER, 2018). Conhecer e estar próximo da base de fornecedores é extremamente importante devido ao peso que esses atores têm nos produtos oferecidos para o consumidor final. Bem como pela importância que esses produtos trazem para o reconhecimento da marca.

A Microrregião do Sudoeste de Goiás compreende o maior efetivo de bovinos do Estado com uma participação de 11,05% no rebanho total (IBGE, 2020). O engajamento dos bovinocultores em esforços de melhoria contínua faz com que assimilem os requisitos, a cultura e os padrões da empresa compradora. Daí a importância do contato para que se examine as instalações em uso na fazenda.

Pelo apresentado como resposta à *Pergunta 3*, mesmo que sejam cada vez mais demandados, 95,74% dos produtores entrevistados não percebem nenhum incentivo por parte dos frigoríficos para adequação à sustentabilidade. Apesar de 100% dos entrevistados terem respondido, que lhes é exigido, caso queiram fazer comércio com os frigoríficos preponderantes a adequação aos requisitos presentes nos *Check Lists* de verificação. Dentre os produtores amostrados apenas dois que vendem seus animais para o frigorífico Marfrig, afirmam receber bonificação por adotarem melhores práticas socioambientais. A empresa citada possui o *Marfrig Club*, que foi criado em 2010 e se baseia em três princípios: respeito animal; respeito ambiental e respeito social.

O programa bonifica produtores que adotem boas práticas socioambientais (MARFRIG, 2021). Segundo Marfrig (2021), trata-se de uma ferramenta de fomento que visa estimular o pecuarista a uma produção mais eficiente, segura e com menor impacto por meio do fortalecimento de itens como rastreabilidade, garantia de origem e adequação às normas

trabalhistas. Os produtores recebem bonificação financeira a partir da classificação de sua propriedade em parâmetros estabelecidos para cada item e por uma pontuação conforme o nível alcançado (Iniciante, Bronze, Prata e Ouro) (MARFRIG, 2021). Os produtores que disseram receber o incentivo não informaram a qual categoria dentro do programa pertencem.

Em relação as *Perguntas 4, 5, 6, 7 e 8*, dentro do universo agrícola a bovinocultura é uma das atividades mais importantes, no entanto, gera externalidades negativas como o uso de grande quantidade de recursos naturais além de contribuir para o aquecimento global. As emissões de GEE atribuídas à bovinocultura são o metano (CH₄) gerado pela fermentação entérica e pelas fezes dos animais e o óxido nitroso (N₂O) proveniente das fezes (ALMEIDA, 2010). Ainda de acordo com o autor, no Brasil cerca de 70% das emissões de CH₄ vêm da referida produção.

Em atenção a esses impactos, a Marfrig assume a sustentabilidade como um dos pilares estratégicos de seu negócio. Como política, a empresa estabeleceu a meta de redução de 68% em suas emissões diretas e indiretas de GEE, além de também ter como objetivo reduzir as emissões a partir da fermentação entérica dos rebanhos em 33% (ano-base 2019) até 2035 (MARFRIG, 2021). Já a JBS, empresa líder no setor, tem como meta se tornar zero emissões líquidas de carbono (Net Zero) até 2040. A meta Net Zero da JBS, incluída em sua política de sustentabilidade visa reduzir em pelo menos 30% (ano-base 2019) as emissões diretas e indiretas de GEE da empresa (JBS, 2022).

Com foco nas emissões, a Minerva estabeleceu o compromisso público de reduzir em 30% as emissões diretas e indiretas de GEE até 2030 (MINERVA, 2021). A empresa também se compromete a ter 50% de seus fornecedores de carne bovina participando do programa de baixa emissão de carbono, o Renove²⁰. Nesse programa o balanço de GEE é medido com base no GHG Protocol²¹ e nas definições da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) (MINERVA, 2021).

²⁰ A iniciativa que teve início em 2021 é realizada em parceria com a EMBRAPA, e visa engajar pecuaristas fornecedores a fim de promover uma atuação colaborativa em práticas de baixa emissão de carbono e adoção de tecnologias e metodologias internacionalmente reconhecidas para mensurar o balanço de carbono nas propriedades (MINERVA, 2021).

²¹ “[...] o GHG Protocol, é hoje a ferramenta mais utilizada mundialmente pelas empresas e governos para entender, quantificar e gerenciar suas emissões. A metodologia é compatível com as normas da *International Organization for Standardization* (ISO) e com as metodologias de quantificação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), e sua aplicação no Brasil, a partir do início do Programa Brasileiro GHG Protocol, em 2008, acontece de modo adaptado ao contexto nacional [...]” (MONZONI, 2008, p. 7).

Como diretrizes ESG para implementar e relatar tais metas as empresas citadas utilizam o indicador SASB - FB-MP-110a.1, que tem como escopo servir de métrica para controle de emissões brutas de GEE (MARFRIG, 2021; JBS, 2022; MINERVA, 2021). Já os frigoríficos Kadão, Boiporé, Coopercarne, Tri-gold e Beef Master, os quais os produtores entrevistados também comerciam, não possuem compromisso público que afirma e apoia a redução de emissões GEE. Esses frigoríficos também não possuem políticas voltadas a sustentabilidade, tampouco são vinculados a métricas associadas a sistemas de monitoramento.

Visando proteger e gerar valor, as organizações citadas empregam em suas políticas de sustentabilidade metodologias para a gestão de riscos. Sob o prisma de indicadores ESG, planos de mitigação são adotados a fim de alcançar uma melhoria na gestão (VELLOZO; FRANÇA, 2017). Não obstante, os resultados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas junto aos bovinocultores amostrados revelam uma desconexão entre o que pregado e o que é praticado.

Os resultados expõem que a orientação aos bovinocultores quanto às melhores práticas, programas de conscientização e monitoramento para a redução das emissões de GEE não estão acontecendo. Os entrevistados percebem que não estão engajados a uma agenda de produção ambientalmente responsável. Inclusive a falta de proximidade dos frigoríficos é uma das queixas apresentadas pelos produtores como gargalo a adaptação a sustentabilidade.

De acordo com Seeger, Sellnow e Ulmer (2003), liderar é inerentemente um processo de comunicação que envolve a clarificação de objetivos, a motivação dos seguidores e a busca de um sentido de enquadramento. Como os atuantes consideram e agem em relação a eventos ou situações, influencia o significado que os *stakeholders* têm para a situação, visto que segundo Andersson, Aspenberg e Kjellberg (2008), dão a forma cumprindo ativamente o papel de formuladores de governança. Logo, um processo efetivo de comunicação se faz necessário, a fim de mobilizar os colaboradores para contribuírem efetivamente para a redução das emissões de GEE.

O enquadramento geralmente é necessário para que os atores comecem a tomar uma ação estratégica (SEEGER; SELLNOW; ULMER, 2003). No caso em tela contribuiria para dar a essas ações o formato sustentável que devem ter, definindo o tom da resposta. A não percepção do estabelecimento de estratégias e metas de redução de GEE por parte dos produtores amostrados é indicativo que o cumprimento dos ODS elencados na Figura 22, não

está ocorrendo. Isso se reflete no fato de os bovinocultores não possuírem em suas fazendas um sistema de mensuração e avaliação de performance quanto às emissões de GEE.

Figura 22 – ODS (3, 12, 13, 14 e 15)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Essa demonstrada falta ou falha na comunicação por parte da Marfrig²², Minerva e JBS fere o compromisso assumido por essas empresas e dificulta que os riscos gerados pelas emissões de GEE, durante o processo dentro da CPA da bovinocultura de corte, sejam tratados. Para Callon (1998b) as externalidades que aparecem nos mercados, possibilitam a compreensão surgindo daí a oportunidade de identificá-las e controlá-las. Logo se os atores não se fizerem entender com clareza a fim de conquistar o engajamento dos *stakeholders* não conseguirão implementar determinadas ações roteirizadas.

Quanto a *Pergunta 9*, o objetivo de qualquer organização é obter e gerar lucro. Para tanto, diante do contexto de demanda por RSC/ESG é necessário empregar ferramentas para que haja adequação para ao menos se igualar ou se aproximar dos concorrentes, isso com o objetivo de obter maior participação no mercado (ARAÚJO; MENDONÇA, 2009). De acordo com Ruschel (1994 apud LAYRARGUES, 1998, p. 60) “[...] as empresas que procuraram se alinhar, ao invés de reagir negativamente, acabaram descobrindo ganhos importantes de produtividade e competitividade”.

Não obstante, os frigoríficos de menor porte - Kadão, Beef Master, Tri-Gold, Boiporé e Coopercarne - ainda não notaram a importância da sustentabilidade. Conceito esse que se apoia na integração de questões socioambientais nas práticas econômicas (ELKINGTON, 1997). Isso ocorre, pois 100% dos produtores amostrados afirmam que esses frigoríficos, não atentam para os requisitos de sustentabilidade na hora de comprar.

²² Segundo item do compromisso assumido pela Marfrig que está presente em sua política de sustentabilidade: “Mitigar os impactos das operações sobre as mudanças climáticas, assumindo metas claras de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), e adaptar as atividades a tal contexto, gerenciando riscos e capturando oportunidades” (MARFRIG, 2022, p. 3).

Em referência a *Pergunta 10*, 89,3% dos bovinocultores amostrados percebem que caso haja descumprimento dos requisitos de sustentabilidade ligados a parte ambiental ou trabalhista, não conseguirão comercializar com frigoríficos como JBS, Marfrig ou Minerva. Tal avaliação evidencia que caso sejam incapazes de seguir a formatação representada, não conseguirão a abertura para atingir o mercado pretendido. Esse entendimento é proveniente do crescente número de questões ligadas a RSC/ESG a serem atendidas, que segundo Harrison e Kjellberg (2016), surgem a fim de configurar os agentes de troca.

Tal configuração dos agentes de troca, no caso em tela, acontece devido ao agenciamento. De acordo com Çalişkan e Callon (2010), o agenciamento se configura no ato de elementos heterogêneos se ajustarem, se combinarem, uns aos outros na rede. Dessa forma, conforme apresentam os resultados obtidos, os bovinocultores entrevistados, se mostraram capazes de responderem e de se combinarem à outra parte. Visto que executam em suas fazendas ações ligadas a RSC/ESG que foram especificadas pelos frigoríficos.

Uma vez que a sustentabilidade se destaca como o elemento que viabiliza a conexão entre esses atores, graças a uma conveniência (ÇALIŞKAN; CALLON, 2010), fica possibilitado entender as relações, implicando em quem integra e em quem foi excluído por descumprimento quanto aos modos de representação e troca. Destarte, o não atendimento aos critérios estabelecidos pode culminar no bloqueio do fornecedor ou até mesmo na sua exclusão do cadastro da empresa, até que se comprove a sua regularização (MINERVA, 2022). Logo, os grandes frigoríficos citados dão a forma da interação, ao dominarem o processo de negociação, visto que saem predominantes. Desse modo, por meio do agenciamento, as interações são estabelecidas e a organização da CPA da bovinocultura de corte, segundo padrões de sustentabilidade, ocorre.

5.2 DISCUSSÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS PELOS BOVINOCULTORES DE CORTE EM ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELOS FRIGORÍFICOS

A bovinocultura brasileira tem nas pastagens o principal componente da alimentação, assim, o zelo na utilização e no manejo refletirão de forma positiva na rentabilidade final da atividade. Com relação a *Pergunta 11*, verificou-se que 100% dos entrevistados fazem a recuperação das pastagens degradadas. De acordo com Macedo (2001 apud VILELA *et al.*, 2003, p. 108),

a degradação de pastagens pode ser vista como o processo evolutivo de perda de vigor, de produtividade e de capacidade de recuperação natural das pastagens para sustentar, economicamente, os níveis de produção e de qualidade exigida pelos animais, assim como o de superar os efeitos nocivos de pragas, doenças e plantas daninhas, culminando com a degradação avançada dos recursos naturais, em razão de manejos inadequados.

Conforme Oliveira (2007), as consequências da degradação e do manejo inadequado das pastagens apresentam como sinais evidentes a deficiência nutricional nas plantas e nos animais, menor taxa de crescimento das plantas, mudança em seu hábito de crescimento, baixa produtividade, erosão e menor cobertura do solo. Esses limitantes à viabilidade econômica do sistema, depreciam os produtos comercializados e o valor imobiliário da terra. A recuperação de terras degradadas adota ações imprescindíveis, como “recomposição da sua fertilidade, cobertura do solo, preservação da matéria orgânica e retenção de água [...] para que funções ecológicas sejam reativadas” (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Do ponto de vista ambiental, a recuperação de pastagens evita o desmatamento de novas áreas para a formação de pastagens. Dentre as vantagens da adoção desse processo que é fundamental para que a bovinocultura seja sustentável, podemos citar perenidade do sistema, rapidez no retorno à utilização da pastagem, viabilidade econômica e preservação do agroecossistema (OLIVEIRA, 2007). Em decorrência dos produtores amostrados restaurarem a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela seca e desertificação, é uma mostra que nesse ponto estão afinados com os ODS apresentados na Figura 23.

Figura 23 – ODS (2 e 15)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Com relação a *Pergunta 12*, apenas um entrevistado, número que representa 2,17% da amostra, afirmou reusar em sua propriedade a água não utilizada dos bebedouros que posteriormente é aproveitada na irrigação dos pastos. A disponibilidade e distribuição de água pode facilitar ou inviabilizar a produção, especialmente em regiões onde há ocorrência de secas ou a distribuição anual de chuvas é irregular. Por conseguinte, surge daí a necessidade

de ocorrer o uso ótimo desse recurso, pois é determinante na produção de alimentos de origem animal ou vegetal (FAGGION; OLIVEIRA; CHRISTOFIDIS, 2009).

A bovinocultura demanda água para os processos produtivos. Isso gera resíduos líquidos que podem ser tratados e reutilizados, por meio de reciclagem, em atividades inerentes à agricultura como a produção de grãos, sobretudo em fazendas que praticam o confinamento. Comumente, a água de reuso pode satisfazer a maioria das demandas, desde que seja adequadamente tratada para garantir a qualidade de acordo com a maior chance de exposição humana e animal (PALHARES *et al.*, 2019).

O reuso precisa ser planejado, a fim de evitar a poluição ambiental como a eutrofização por lixiviação ou escoamento de substâncias poluentes para bacia hidrográfica onde se localiza a propriedade (PALHARES *et al.*, 2019). De acordo com o resultado obtido nas entrevistas acerca do reuso da água por parte dos produtores da Microrregião do Sudoeste de Goiás resta claro que uma melhoria de gestão deve acontecer com o objetivo de salvaguardar os recursos hídricos e proteger as nascentes. Como ponto de melhoria seria recomendável que os principais atuantes dentro da Cadeia Produtiva Agroindustrial da bovinocultura de corte monitorassem seus fornecedores quanto ao uso e consumo consciente da água que é indispensável para a perenidade do negócio. Isso faz com que estejam em desacordo com o ODS mostrado na Figura 24.

Figura 24 – ODS (6)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Acerca da *Pergunta 13* que questiona como é feito o gerenciamento dos resíduos sólidos nas propriedades, 48,94% dos produtores entrevistados que praticam a bovinocultura de corte em sua forma semi-intensiva, relataram que os resíduos dos animais criados a pasto ficam no pasto para serem incorporados ao solo. Já os resíduos dos animais criados no confinamento, o que corresponde a 51,06% dos bovinocultores entrevistados, são recolhidos para servirem de adubo. De acordo com Manso e Ferreira (2007, p. 3), os dejetos podem ser

definidos como o “conjunto de fezes, urina, água desperdiçada dos bebedouros, água de higienização e resíduos de ração, resultantes do processo de criação”.

Como relatado durante as entrevistas o sistema de aproveitamento se deu por meio de esterqueiras²³ construídas pelos criadores. O esterco recolhido nos currais ao término de cada ciclo é usado na compostagem para a produção de adubo, os quais serão usados nas lavouras. Com esse destino adequado, o proprietário reduz a aplicação de fertilizantes, tendo um ganho ambiental e econômico para a fazenda.

Um dos maiores problemas em confinamento de bovinos é a quantidade de dejetos produzidos diariamente em área reduzida e sua destinação. Nesse processo de criação intensiva, a geração de resíduos sólidos e líquidos em altas concentrações podem causar a poluição direta do local onde está instalado. Ademais pode trazer consequências para toda a área a volta, afetando a qualidade ambiental, principalmente pela possibilidade da contaminação dos recursos hídricos. Em função dos produtores intensivistas de bovinos de corte amostrados procederem adequadamente a destinação dos dejetos dos animais, sinaliza que estão em concordância com o ODS mostrado da Figura 25.

Figura 25 – ODS (12)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

No que concerne ao manejo nutricional dentro das fazendas, consoante a *Pergunta 14*, 100% dos produtores entrevistados afirmam fornecer dietas balanceadas e de melhor qualidade. Quanto melhor for a dieta fornecida aos animais, maior será o ganho de peso com consequente deposição de gordura de acabamento e marmoreio. Em contrapartida, animais que forem submetidos a uma dieta de baixa qualidade nutricional, apresentarão no momento

²³ O local destina-se ao depósito dos dejetos sólidos dos currais, sua construção deve ficar a 50 metros do estábulo e 200 metros das residências para evitar transtornos com a proliferação de moscas e mau cheiro. Na esterqueira, a fermentação do esterco ocorre em torno de 60 a 90 dias, dependendo da temperatura média da região, favorece a morte de larvas de vermes e produz um adubo de qualidade, seguro e de fácil aproveitamento para adubar lavouras e pastagens (EMBRAPA, 2022).

ideal de abate, peso e deposição de gordura insuficientes para serem classificados como uma carcaça de qualidade (SANTOS, 2016).

A adoção de dietas equilibradas em sistemas intensivos e semi-intensivos na forma de rações com suplementação mineral, proteica e energética, tem a função de garantir o ganho de peso, independente da época do ano. Em sua elaboração uma diversidade de ingredientes energéticos e proteicos são utilizados como por exemplo: milho, sorgo, aveia, milheto, farelos de soja, farelos de algodão, farelo de trigo, farelos de caroço de algodão, farelos de glúten de milho, grão de soja e ureia (PRIMAVESI, 2007). Com referência ao sal proteinado que também é ofertado, ainda de acordo com Primavesi (2007), tem como função prover nitrogênio para as bactérias ruminais, reduzir perdas de peso e assegurar a manutenção do peso.

Com relação as pastagens e forrageiras o que se busca é prover aos animais suprimento diário de forragem de boa qualidade, capaz de atender a seus requisitos nutricionais de forma econômica (EUCLIDES, 2000). As pastagens podem produzir grandes quantidades de matéria seca digestível por área se forem tratadas como culturas e manejadas corretamente, coisa que é tratada com seriedade, pois entre os quarenta e sete produtores entrevistados da Microrregião do Sudoeste de Goiás, 100% fazem a recuperação das pastagens. Dado que a totalidade dos produtores entrevistados fornecem dietas balanceadas e de melhor qualidade em suas fazendas, é indicativo de que estão de acordo com o ODS mostrados na Figura 26.

Figura 26 – ODS (2)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Acerca da *Pergunta 15*, dos quarenta e sete entrevistados apenas um produtor afirma não fazer uso de aditivos moduladores de fermentação ruminal, o que corresponde a 2,12% da amostra. A fermentação ruminal é descrita como um sistema integrado que consiste em uma rede interativa de reações. Devido a seu caráter integrado, qualquer intervenção dentro desse sistema resultará em uma série de efeitos inter-relacionados (NAGARAJA *et al.*, 1997).

O rúmen exerce papel relevante na digestão de diversos substratos, os quais são digeridos por meio do processo de fermentação que acontece pela ação de microrganismos como bactérias, fungos e protozoários que habitam o órgão (VIANA FILHO *et al.*, 2018). Nesse ambiente, os microrganismos se desenvolvem e produzem enzimas capazes de degradar e converter o alimento ingerido em proteínas, vitaminas e ácidos graxos. Esse processo fornece energia ao bovino em uma relação mutualística (NAGARAJA *et al.*, 1997).

No entanto, além dos nutrientes, outros produtos são formados e representam perdas de energia e proteína, que não só reduzem o desempenho produtivo, mas também contribuem para a liberação de poluentes para o ambiente como metano (CH₄) e o dióxido de carbono (CO₂) (KOZLOSKI, 2011). De acordo com Ribeiro Junior *et al.* (2011), o metano, além de ser diretamente relacionado com a eficiência da fermentação ruminal e consequente perda de energia nos sistemas de produção, caracteriza-se como um importante gás de efeito estufa. Logo, contribui para o aquecimento global.

Segundo Oliveira (2019), os aditivos moduladores de fermentação ruminal são as substâncias químicas ou biológicas, capazes de causar interferências benéficas nos padrões de fermentação do rúmen. A alteração da fermentação que se dá nesse órgão é feita com incorporação de substâncias como “ionóforos, enzimas fibrolíticas, leveduras, lipídeos e extratos naturais de plantas de maneira a controlar e otimizar as reações fermentativas dos principais componentes dietéticos (carboidratos e proteínas)” (RIBEIRO JUNIOR *et al.*, 2011, p. 979). Segundo Nagaraja *et al.* (1997, p. 524), os principais objetivos da manipulação ruminal seriam: “(1) melhorar os processos benéficos, (2) minimizar, deletar ou alterar os processos ineficientes, (3) minimizar, deletar ou alterar os processos prejudiciais para o animal hospedeiro”.

O uso de aditivos alimentares, é tido como um procedimento de otimização. Por meio da introdução de substâncias nos concentrados, uma melhora quanto a eficiência na utilização das dietas consumidas pelos ruminantes é conseguida, além de auxiliar na prevenção de distúrbios digestivos (SOUZA *et al.*, 2016). Por conseguinte, segundo Oliveira (2019), esses compostos vêm proporcionando êxito ao sistema produtivo animal pois seu uso impacta economicamente e ambientalmente a produção.

Os produtores durante as entrevistas enfatizaram que o uso em suas fazendas de aditivos moduladores de fermentação ruminal, tem como único objetivo aumentar a performance do plantel. Eles visam melhorar o aproveitamento de nutrientes e reduzir a incidência de distúrbios metabólicos nos animais. A mitigação da emissão GEE nesse caso é

uma externalidade positiva que surge de efeitos que os atores não levam em conta em seus cálculos (CALLON, 1999). Posto que 97,87% dos produtores amostrados fazem o uso de aditivos moduladores de fermentação ruminal em suas fazendas, mesmo que não tenham como objetivo direto a contribuição para a mitigação da emissão de CH₄ entérico, demonstra que estão afinados com os ODS exibidos na Figura 27.

Figura 27 – ODS (3, 12, 13, 14 e 15)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

A respeito da *Pergunta 16*, o somatório dos bovinocultores que praticam algum tipo de integração produtiva indica, que 87,24% da amostra atenta para uma maior diversificação de produtos por unidade de área. O aumento nos custos de produção e o mercado competitivo motivam o setor agropecuário cada vez mais a performar com qualidade, rentabilidade e com ampliação da produtividade. A utilização de sistemas que integrem as atividades agrícola, florestal e pecuária alcança efeitos sinérgicos valorizando o capital natural ao passo que auxilia na mitigação de gases causadores de efeito estufa (BALBINO *et al.*, 2011). A Figura 28 representa diferentes possibilidades de integração no sistema produtivo rural.

Figura 28 - Diferentes modalidades de sistemas produtivos integrados



Fonte: Rede ILPF (2022).

A utilização desses sistemas de integração, é de grande importância para a recuperação de áreas degradadas, tanto de pastagens como de lavouras. Além disso propicia a inserção de novas opções de rendimentos que até então não eram adotados pelos bovinocultores. De acordo com Balbino *et al.* (2011, p. 28, grifos nossos), podem ser classificados em quatro grandes grupos:

1. *Integração Lavoura-Pecuária (ILP) ou Agropastoril* - Sistema que integra os componentes: lavoura e pecuária, em rotação, consórcio ou sucessão, na mesma área, em um mesmo ano agrícola ou por múltiplos anos.
2. *Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) ou Agrossilvipastoril* - Sistema que integra os componentes: lavoura, pecuária e floresta, em rotação, consórcio ou sucessão, na mesma área. O componente lavoura pode ser utilizado na fase inicial de implantação do componente florestal ou em ciclos durante o desenvolvimento do sistema.
3. *Integração Pecuária-Floresta (IPF) ou Silvipastoril* – Sistema que integra os componentes: pecuária e floresta em consórcio.
4. *Integração Lavoura-Floresta (ILF) ou Silviagrícola* – Sistema que integra os componentes: floresta e lavoura, pela consorciação de espécies arbóreas com cultivos agrícolas (anuais ou perenes). O componente lavoura pode ser utilizado na fase inicial de implantação do componente florestal ou em ciclos durante o desenvolvimento do sistema.

Os sistemas de integração utilizados pela maioria dos produtores entrevistados proporcionam vantagens em relação a produção isolada de vegetais ou animais. Tais vantagens podem ter como caráter econômico maior diversificação de atividades, maior estabilidade econômica, menor risco e menor custo de produção. As vantagens biológicas proporcionadas são maior biodiversidade, rotação de culturas, melhoria na qualidade das pastagens e promoção do uso sustentável dos recursos (BUNGENSTAB *et al.*, 2012). Seu emprego auxilia no aumento da concentração de carbono no solo ao longo do tempo, devido ao crescimento contínuo de plantas na área, seja pastagem ou culturas para exploração vegetal (BALBINOT JUNIOR *et al.*, 2009). A Figura 29 apresenta algumas das principais vantagens em se adotar tais sistemas.

Figura 29 – Reflexos da adoção de sistemas integrados de produção



Fonte: Adaptado de Balbino *et al.* (2011, p. 30).

Os modelos elencados por Balbino *et al.* (2011), contribuem para uma exploração racional da terra a medida que reduzem a expansão da fronteira agrícola. Ademais possuem efeito acentuado sobre o desempenho produtivo e reprodutivo devido a uma condição mais saudável do ambiente para os animais por haver ganhos relativos ao bem-estar e conforto (BALBINOT JUNIOR *et al.*, 2009). Visto que a maioria dos produtores de bovinos de corte da Microrregião Sudoeste de Goiás que foram entrevistados praticam em suas fazendas a integração de sistemas produtivos, em alguma modalidade, é sinal de que estão em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável mostrados na Figura 30.

Figura 30– ODS (2, 12, 13 e 15)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Consoante a *Pergunta 17*, apenas três produtores entrevistados da amostra afirmam que o que é gerado em suas fazendas faz parte de algum tipo de rastreabilidade produtiva. Esse número que corresponde a 6,38% do total. A rastreabilidade pode ser definida como a “capacidade de recuperação do histórico, da aplicação ou da localização de uma entidade (ou item) por meio de identificações registradas” (NBR ISO 8402:1994, p. 7).

Dentro da CPA da bovinocultura de corte a rastreabilidade possibilita acompanhar a origem das matérias primas, o histórico do produto, a distribuição, a localização após expedição e contribui para que seja possível analisar ou investigar as desconformidades que vierem a ocorrer (LARA *et al.*, 2003). Depois de possíveis correções no percurso a segurança alimentar do produto deve restar comprovada. De acordo com Camargo (1997), a rastreabilidade pressupõe transparência, honestidade e permanente diálogo entre as partes com o fito de garantir a qualidade do produto.

A não aderência impede a devida responsabilização, além de dificultar a tomada de ações preventivas e corretivas nos casos de contaminação alimentar. De acordo com Resende e Lopes (2004), é especialmente crítico o tempo entre o acontecimento do problema e a determinação da fonte causadora. Quanto maior esse tempo, maior será a extensão do dano dentro da cadeia produtiva. Dessa forma, em virtude de 93,6% dos produtores entrevistados não rastrearem seus animais, sinaliza que esses atores não estão em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável mostrados na Figura 31.

Figura 31 – ODS (8 e 12)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Os impactantes efeitos oriundos de problemas ocorridos por doenças infecciosas, como a vaca louca e a febre aftosa, confirmam a importância de um sistema de monitoramento bem-organizado (RIBEIRO JÚNIOR, 2020). Segundo Lopes *et al.* (2012), problemas como esses colocam em destaque a necessidade da implementação de métodos cada vez mais seguros para realizar o acompanhamento, não só da vida dos animais, mas de todo o trânsito, estocagem e comercialização do produto. A importância da rastreabilidade para a bovinocultura se dá em virtude de assegurar credibilidade, abrir mercados consumidores, garantir alimento de qualidade, fornecer conhecimento da origem, controlar riscos e prover um histórico da vida do animal (LOPES *et al.*, 2012).

Os efeitos da implantação da rastreabilidade nas fazendas são imediatos, pois o produtor se vê obrigado a aperfeiçoar o gerenciamento de sua propriedade (LOPES; LAGO; CÓCARO, 2007). A implantação desse sistema é possibilitada por meio de um fluxo contínuo

de informações que auxiliam na tomada de decisões. Em 2002 no Brasil, devido a essa necessidade o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) instituiu o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV).

Esse sistema tem como objetivo identificar, registrar e monitorar, individualmente, todos os bovinos e bubalinos das propriedades certificadas, nascidos no país ou importados (RIBEIRO JÚNIOR, 2020). Em referência a *Pergunta 19*, dentre os quarenta e sete produtores entrevistados da amostra obtida, vinte e nove não aderiram, quinze desistiram, e apenas três estão de acordo e utilizam o SISBOV. Importante destacar que o rastreamento é uma exigência da União Europeia, e sem esse registro a exportação dos produtos para seus países membros fica muito dificultada. Dentre as dificuldades elencadas pelos produtores que não aderiram, e pelos que desistiram do SISBOV, as principais percepções de desvantagens em relação ao sistema estão relatadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Não aderência ao SISBOV

JUSTIFICATIVAS DA NÃO ADERÊNCIA AO SISBOV
<ul style="list-style-type: none"> • Remuneração inadequada pelos animais rastreados;
<ul style="list-style-type: none"> • Custo elevado da certificação, que é muito trabalho sem benefício;
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de aceitação e de adaptação
<ul style="list-style-type: none"> • Alguns pecuaristas alegaram que, pelo fato de os animais puros de origem da raça nelore já serem rastreados a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ²⁴) poderia realizar esse trabalho;
<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia na compra e venda de animais; e
<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência na mão de obra, devido à alta rotatividade.

Fonte: Elaboração própria.

No decurso das entrevistas ficou patente que vários dos produtores teriam condições de se adequar ao SISBOV. Muitos já fazem o controle de suas reses com tatuagens ou brincos com intuito de terem o controle dos seus plantéis. Contudo, os produtores amostrados que possuem condições, não manifestaram interesse no certificado.

²⁴ “É uma instituição que controla os padrões raciais e elabora políticas para a criação de bovinos de raças de origem indiana, zebus, no Brasil. É quem concede o pedigree de bovinos dos tipos Nelore, Gir, Brahman, Guzera e Indubrasil. Sua sede é em Uberaba-MG.” (LEAL, 2014, p. 359).

Segundo Vilarino (2022), na falta de um sistema nacional de identificação abrangente, os frigoríficos exportadores têm apostado em programas próprios de rastreabilidade e monitoramento, a partir das informações contidas nas Guias de Trânsito Animal (GTA) e nos dados públicos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de seus fornecedores diretos. De acordo com Paulo Pianez, Diretor de Sustentabilidade e Comunicação Corporativa América do Sul da Marfrig “em nosso entendimento, não é suficiente, mas é o que potencialmente a gente tem hoje para fazer isso numa escala do tamanho que é a pecuária aqui no Brasil” (VILARINO, 2022, p. 50). Com os países importadores cada vez mais se posicionando pela restrição a produtos oriundos de áreas de desmatamento, é necessário alcançar a rastreabilidade, para que se possa demonstrar que o produto brasileiro respeita o meio ambiente.

É do entendimento dos frigoríficos que a compra de bovinos que em qualquer momento tenham sido criados em áreas desmatadas pode afetar a imagem do setor e afugentar investidores. Atenta a essa ameaça a JBS estabeleceu que até 2026, somente fará negócio com o fornecedor que estiver integrado a *plataforma pecuária transparente*. Esse sistema garante o pleno cumprimento da Política de Aquisição Responsável de Matéria-Prima da companhia, e também atende aos requisitos presentes na Política de Monitoramento de Fornecedores de Gado do Ministério Público Federal (MPF) - Boi na Linha (JBS, 2022).

Com relação a *Pergunta 18*, apenas um produtor entrevistado afirma que segue algum tipo de certificação ou padrão de qualidade, isso representa 2,12% do total. O padrão de qualidade especificado pelo produtor é a *Cota Hilton*, criada em 1979, a qual deve seu nome à cadeia de Hotéis Hilton. Tal rede visando proporcionar um produto de alta qualidade aos hóspedes especificou os cortes e a quantidade de carne de que necessitava anualmente e para isso credenciou alguns países produtores para fornecê-la (JBS, 2022).

Fazem parte dessa cota cortes especiais desossados, frescos ou resfriados do quarto traseiro de novilhos precoces. A carne deve ser proveniente de animais cujas características sejam ter somente dentes de leite para machos inteiros e ter máximo de quatro dentes incisivos permanentes para machos castrados e para novilhas; apresentarem acabamento de gordura escassa de (1 a 3 mm) ou mediana (4 a 6 mm), peso mínimo de carcaça de 240 kg para machos e 195 kg para fêmeas (JBS, 2022).

A *Cota Hilton* estabelece um volume limite de exportação de cortes bovinos de alta qualidade, provenientes de países credenciados, para a União Europeia (UE). Ao Brasil cabe a possibilidade de exportar, via esse padrão de qualidade, a cota de 10 mil toneladas de carne desossada por ano. A realização do abate deve acontecer com identificação pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) e a exportação será permitida somente se realizada por frigoríficos autorizados (JBS, 2022).

A fazenda de terminação que desejar ter acesso, deverá ser certificada e classificada como estabelecimento rural aprovado no SISBOV e estar na lista de fazendas habilitadas a exportar para a UE. As propriedades devem ser avaliadas em auditorias por fiscais federais agropecuários ou servidores dos órgãos de defesa agropecuária dos estados conforme normas operacionais. Assim, a carne destinada à exportação pela Cota Hilton apresentará um certificado de autenticidade contendo o selo — Carne de Bovino de Alta Qualidade - que garante preços mais altos no mercado internacional da carne (CARVALHO, 2018).

A grande vantagem desse sistema para os importadores é a certeza da previsibilidade. Dessa forma, conseguem assegurar que estarão sempre recebendo um produto com as mesmas características de qualidade e prazo de entrega. Se a expectativa foi atendida da primeira vez, quando se escolhem fornecedores, tem-se a garantia de que podem continuar usando este mesmo serviço ou produto com a mesma satisfação inicial (GONÇALVES *et al.*, 2013).

No que concerne ao manejo dentro das fazendas, consoante as *Perguntas 20 e 21*, 100% dos produtores entrevistados afirmam adequar e manter boas condições estruturais a fim de evitar lesões nos animais, além de os alojarem em currais higienizados com bebedouros limpos. Para a CPA da bovinocultura de corte, o manejo apropriado dos animais é essencial por proporcionar condições que resultam em ganhos na qualidade da carne. De acordo com Oliveira *et al.* (2008), não adianta obter a melhor genética, uma elevada produção, uma dieta balanceada e de qualidade superior se o manejo com os animais for impróprio.

Para que o manejo adequado ocorra as instalações para produção de bovinos de corte devem se caracterizar por aspectos relacionados a disponibilidade de água (bebedouros), resistência, limpeza e segurança. Instalações inadequadas podem comprometer a qualidade do produto, em virtude da ocorrência de hematomas, feridas, furos, cortes e riscos profundos na carcaça do animal. Esses danos depreciam seu valor comercial, reduzindo assim a rentabilidade do produtor (VALLE *et al.*, 2011).

A respeito da *Pergunta 22*, o efeito do estresse²⁵ no desenvolvimento dos animais também está ligado a pressões psicológicas. Em criações mais intensivas com maior densidade populacional do rebanho, a disputa por alimento, local de descanso e até mesmo parceiro sexual aumenta (ENCARNAÇÃO, 1986). Por conseguinte, ainda segundo o autor, esse fator reflete em menores ganhos de peso dos bovinos.

Segundo Encarnação (1986), a elevada densidade populacional ocasiona lutas que visam alcançar um maior posto ou manutenção de sua categoria dentro da hierarquia social no rebanho. Gera também a sensação de medo ou inferioridade diante de um animal dominante, o que é motivo para queda da produção. Dessa forma, proporcionar um ambiente com uma densidade favorável para o benefício e conforto dos animais, principalmente em regimes confinados é um cuidado para o qual os produtores devem atentar. De acordo com os bovinocultores entrevistados 100%, afirmam cumprir esse relevante requisito de RSC/ESG.

No que concerne ao transporte de animais, consoante a *Perguntas 23*, 100% dos produtores entrevistados afirmam transportar seus animais com os cuidados que a tarefa demanda. Normalmente é feito por meio do modal rodoviário. Segundo Terlouw *et al.* (2008), quando feito de forma inadequada gera perturbação deixando-os sujeitos a fadiga, fome, choques físicos, desconforto térmico, sendo que tais circunstâncias podem trazer prejuízos.

Sobre a *Pergunta 24*, todos produtores amostrados afirmam que os medicamentos utilizados em suas fazendas, são aplicados nos animais mediante indicação de Médicos Veterinários. De acordo com Herz e Rogers (2016), para os frigoríficos, gerenciar essa questão significa abordar o uso de antibióticos na produção animal, uma vez que a utilização de tais medicamentos de forma não terapêutica na produção apresenta riscos regulatórios e reputacionais. O uso de medicamentos de forma não terapêutica gera externalidades que impactam diretamente a saúde e o bem-estar humano, ao dar origem a cepas resistentes de bactérias, e indiretamente, por meio de impactos negativos na qualidade do solo e água (HERZ; ROGERS, 2016).

A condição final da carne é resultado do que aconteceu com o animal no decorrer da cadeia produtiva, logo o bem-estar está diretamente relacionado à qualidade dos produtos de origem animal (BRAGA, 2018). Isso evidencia que o período na propriedade em instalações

²⁵ “Define-se estresse como a soma dos mecanismos de defesa do organismo em resposta a um estímulo provocado por um agente agressor ou estressor, externo ou interno, para manter a homeostase. Existem respostas comportamentais, fisiológicas e imunológicas à agressão do organismo em sua totalidade.” (MEIRELES, 2005, p. 19).

adequadas, bem como as etapas de transporte, descarga e movimentação no curral do frigorífico, quando bem executadas, minimizam o estresse dos animais (GOMIDE; RAMOS; FONTES, 2006). Isso, ainda segundo os autores, melhora a condição de abate e por conseguinte a qualidade final da carne. Pelo fato de 100% dos produtores entrevistados terem afirmado estar de acordo com os requisitos presentes nas *Perguntas 20, 21, 22, 23 e 24* sinaliza que estão em concordância com os ODS mostrados na Figura 32.

Figura 32 – ODS (8, 12 e 15)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

No que tange a *Pergunta 25*, 93,6% dos produtores disseram que investem em capacitação com o objetivo de prover aos colaboradores atualizações quanto às técnicas de controles zootécnicos, sanidade, manejo e nutrição. Possuir a melhor terra, plantel, alta tecnologia, se não possuir boa mão de obra para realizar as tarefas diárias mais exigentes, faz com que o investimento acabe sendo perdido. As condições laborais influenciam diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento dos colaboradores.

A relação trabalhista entre produtores e colaboradores é considerada na avaliação quanto ao cumprimento da RSC/ESG (CARNEIRO, 2018). “Na parte social e trabalhista, uma empresa que trata bem os empregados e suas famílias gera um ambiente que motiva e aumenta a produtividade” (OLIVEIRA, 2008, p. 8). Assim o trabalho é tido como fonte de crescimento à medida que oportuniza melhoria no padrão de vida.

De acordo com Fiorillo (2013, p. 53), o ambiente de trabalho “constitui o local onde as pessoas desempenham seu trabalho [...] cujo equilíbrio se baseia tanto na salubridade do meio como na ausência de agentes que comprometam a segurança dos trabalhadores [...]”. A segurança deve ser vista como prioridade e por isso é essencial que haja um compromisso com o atendimento às normas que estabelecem práticas de segurança no trabalho (MARFRIG, 2022). Inclusive ter acesso a um ambiente de trabalho seguro e saudável é direito previsto na Constituição Federal de 1988.

Com relação a *Pergunta 26*, 100% dos entrevistados afirmam assumir medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde do trabalhador. Os produtores declararam que disponibilizam equipamentos de proteção individual (EPI), e incentivam seu uso. Mesmo havendo por vezes resistência por parte dos colaboradores em utilizá-los.

Os resultados das *Perguntas 27, 28 e 29* mostram que 100% dos produtores afirmam cumprir todas as exigências trabalhistas relativas à remuneração e carga horária máxima definidas nas leis e regulamentos. Os principais atuantes JBS, Marfrig e Minerva, valorizam que seus fornecedores adotem junto a seus colaboradores, condições de trabalho, jornada e remuneração sempre em consonância com a legislação pertinente (MARFRIG, 2021; JBS, 2022; MINERVA, 2021). Têm como pilar estratégico o respeito aos Direitos Humanos, em que o trabalho análogo ao escravo e/ou infantil não são tolerados. Diante de ocorrências relacionadas a essas questões, o contrato de fornecimento é cancelado (MARFRIG, 2021; JBS, 2022; MINERVA, 2021).

Em pesquisa feita junto aos frigoríficos que os produtores entrevistados também comercializam - Kadão, Boiporé, Coopercarne, Tri-gold e Beef Master - foi constatado que não possuem compromisso público em incentivo a segurança ocupacional. Tampouco estimulam a valorização das condições de trabalho dos colaboradores por meio de treinamentos. Empresas que consideram a RSC/ESG estabelecem uma ponte entre a marca e os consumidores por meio da afinidade de valores. Isso gera diferenciação criando um fator competitivo em relação a outras que não atuam nesse sentido.

As regulações vêm no sentido de resguardar o trabalhador, além de objetivar proteger as relações jurídicas no âmbito contratual entre empregados e empregadores. Isso garante o desenvolvimento, a fim de propiciar meios dignos para o bom desempenho das funções (JARDIM, 2015). O setor produtivo estar de acordo, conhecer e aplicar as recomendações relativas aos direitos trabalhistas valoriza as condições laborais dos colaboradores, e resguarda a bovinocultura nacional ao passo que gera credibilidade. O fato de os produtores amostrados estarem em concordância com cumprimento de tais regramentos mostra que estão em harmonia com indicadores utilizados para medir e relatar métricas ESG, como: SASB, ISE B3 e os ODS apresentados na Figura 33.

Figura 33 – ODS (3, 5, 8, 10 e 16)



Fonte: Adaptado de ONU (2022).

Com relação a *Pergunta 30*, o custo foi identificado como o gargalo mais citado entre os produtores entrevistados para alcançar medidas ambientalmente responsáveis. O setor produtivo convive com altas despesas referentes aos insumos, logística, energia, dentre outras causas, isso faz com que trabalhem com margens demasiado estreitas. Além desses fatores que encarecem e dificultam a atividade, os produtores entrevistados são impactados por crises geopolíticas e por barreiras não tarifárias que obstaculizam.

Os bovinocultores são o elo mais frágil da cadeia, por serem descentralizados e não verticalizados, ao passo que simultaneamente, são o elo mais importante de toda CPA. A realidade para os produtores é que os grandes atuantes, que roteirizam a forma que os atores da cadeia devem ter, contam com centenas de fornecedores os quais não dispõem de um contrato de fornecimento. Existe para a grande maioria somente o mercado *spot*²⁶ que é a modalidade vigente para compra e venda dos animais que acontece diariamente.

Quanto a inclusão dos produtores, já que é incomum uma proximidade contratual duradoura, deve basear-se em benefícios e maior proximidade. Isso é fundamental para que seja conseguido o ponto de engajamento. O engajamento desse produtor passa por maior apoio financeiro, pois a questão econômica é o balizador de todas as ações dentro da bovinocultura. Remunerar os bovinocultores por adotarem e executarem práticas sustentáveis em suas atividades, com adição de bonificações ao preço final de venda os incentiva adotar práticas que mitiguem o risco de externalidades negativas de cunho ambiental e social.

Investimento para adequação a sustentabilidade, seguramente é o grande gargalo para os produtores. Parte desse problema é que esse acréscimo para o aperfeiçoamento de processos, não é levado em conta pelos frigoríficos, como relatado durante as entrevistas. Assim demonstra a percepção dos produtores amostrados, conforme asseverado na Figura 10.

²⁶ “Mercado físico ou disponível: são mercados caracterizados pela negociação de produtos em troca de moeda (dinheiro). Nesse mercado, a liquidação é realizada mediante pagamento (recebimento financeiro e físico), sendo esta realizada no momento da negociação. Preço, quantidade, e qualidade do produto, local de entrega são negociados diretamente entre compradores e vendedores. O mercado físico também pode ser encontrado com a denominação: mercado *spot*” (OLIVEIRA NETO; FIGUEIREDO, 2008, p. 79).

Além dos custos e da falta de incentivos como gargalos ao atingimento da sustentabilidade, durante as entrevistas os produtores amostrados também citaram a mudança em âmbito cultural como um problema. Na percepção deles, para que o discurso e a prática da sustentabilidade cheguem ao setor e transformem positivamente o sistema de produção, é preciso, antes, que sejam adequadamente compreendidos, aceitos e incorporados. O desafio também passa pela adoção de estratégias que promovam campanhas de conscientização a fim de que ocorra uma mudança de paradigma.

Para a JBS, Marfrig e Minerva ignorar a busca por práticas sustentáveis não é uma opção pois tem suas ações listadas no ISE B3, seguem diretrizes ESG de informação contábil não financeira – SASB e GRI - em seus relatórios de sustentabilidade, além de participarem de padrões privados de sustentabilidade como o ISO 14001: 2004 – Sistema de gestão ambiental (MARFRIG, 2021; JBS, 2022; MINERVA, 2021). Já que possíveis danos à imagem podem acarretar sérios danos, para evitar ou mitigar riscos associados, faz-se necessário que os grandes atuantes engajem os produtores em estratégias para gerar e difundir métricas, conhecimentos e tecnologias ambientalmente adequadas. De forma a conscientizá-los da importância da questão. Minimizar as externalidades negativas do setor demanda que seja feito um trabalho de base, perpassando por esclarecimentos acerca da importância do tema para o mercado.

5.3 DISCUSSÃO SOBRE COMO OS FRIGORÍFICOS LEVAM EM CONSIDERAÇÃO REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE QUANDO COMPRAM OS ANIMAIS DOS PRODUTORES E SUAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS

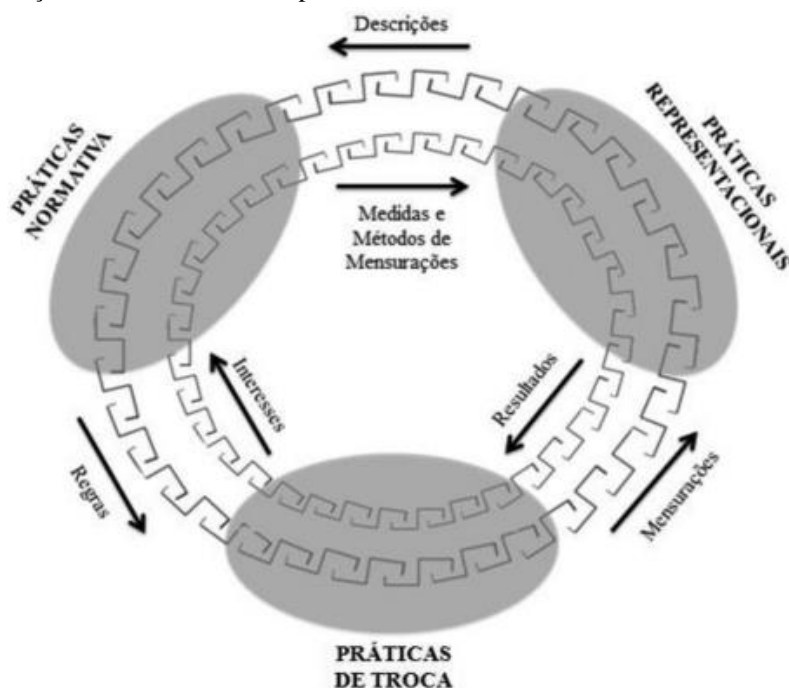
Para fazer com que conceitos e entendimentos sobre o fenômeno RSC/ESG sejam refletidos na realidade, a performatividade percorre pelas práticas de trocas, normatização e representação (STORBACKA; NENONEN, 2011). De acordo com Kjellberg e Helgesson (2007), a performatividade é a prática refletida no mercado com base na teoria, ou seja, como as ideias sobre os mercados participam na formação dos mesmos. Para Callon e Muniesa (2005) os requisitos de sustentabilidade funcionam como redes metrológicas alterando e configurando os mercados. Paralelamente, enquanto dispositivos de marketing, comunicam valores associados a saudabilidade, artesanidade e localidade.

Logo, a adoção por parte dos atuantes de compromissos e métricas RSC/ESG influencia a realidade, ajudando a performar os mercados com a intenção de moldar e

formatar, ao invés de simplesmente buscar descrições sobre como funcionam (CALLON, 1998). Por conseguinte, as ideias e teorias não são concebidas como dissociadas e isoladas da prática. No caso específico, a teoria sobre a sustentabilidade afeta tão profundamente o funcionamento do mercado que se torna inseparável do assunto que uma vez foi concebido para descrever.

Dado que atividades vinculadas a sustentabilidade são realizadas pelos agentes, contribuem para estabelecer objetivos normativos, consumir trocas econômicas ou gerar representações. Isso significa que a performatividade se constitui como um importante recurso na análise de como as traduções acontecem, ou seja, como as práticas se interligam. De acordo com Kjellberg e Helgesson (2007), a tradução – ferramenta teórica - auxilia a compreender como as práticas de mercado são associadas e conectadas, dado que causam interferência umas nas outras. Devido a isso o mercado se constitui por uma rede de processos de traduções contínuas que modificam e articulam, segundo o paradigma dos atuantes. A Figura 34 ilustra práticas de mercado considerando as trocas, normas e representações e como uma ação em um componente interfere e sofre interferência pela ação de outro componente.

Figura 34 - Traduções e intermediários na prática do mercado



Fonte: Kjellberg e Helgesson (2007, p. 151, tradução nossa).²⁷

²⁷ Original: *Representational practices, Normalizing practices, Exchange practices. Descriptions, Rules & tools, Measurements. Results, Interests, Measures and methods of measurement.*

Os processos contínuos de tradução ligam as práticas de troca, representação e normatização em cadeias semicíclicas e reversíveis que se cruzam e influenciam mutuamente (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Dessa forma as representações que operam por meio da utilização de medidas e métodos de avaliação, por sua vez, são usadas como parte dos esforços para alterar normas, como resultado, agem diretamente sobre a prática de troca. O Quadro 8 a seguir ilustra uma síntese das práticas de mercado que frigoríficos Marfrig, JBS e Minerva utilizam como maneiras de performar e enquadrar suas relações com os bovinocultores sob o prisma da sustentabilidade.

Quadro 8 - Resumo das práticas de mercado Marfrig, Minerva e JBS

PRÁTICAS REPRESENTACIONAIS	PRÁTICAS NORMATIVAS	PRÁTICAS DE TROCA
<ul style="list-style-type: none"> - Métricas, metodologias, imagens, conceitos e representações RSC/ESG. - Políticas de Sustentabilidade das empresas Marfrig, JBS e Minerva. - Critérios ISE B3. 	<p style="text-align: center;">Padrões voluntários de caráter privado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SASB - <i>Meat, Poultry & Dairy: Sustainability Accounting Standard</i>. – Serve de base para relatórios com o fim de medir e relatar métricas ESG. - SASB (FB-MP-110a.1) - Serve de métrica para controle de emissões brutas de GEE. - ISO 14001: 2004 – Sistema de gestão ambiental. - <i>Global Animal Partnership – CertifiedGAP.org – Base Certification</i> - Certificação de bem-estar animal. <hr/> <p style="text-align: center;">Padrões estatais de caráter cogente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Legislação Trabalhista. - Legislação Ambiental. 	<p><i>Check Lists</i> - Dispositivos de mercado. Inclui atividades relacionadas a uma troca econômica específica. Particulariza e apresenta as condições que os produtos devem ter. Negociar condições de entrega.</p>

Fonte: Adaptado de Minerva (2022); Marfrig (2021); e JBS (2019).

Devido aos citados atuantes - JBS, Marfrig e Minerva - terem uma maior exposição em decorrência das externalidades causadas, implementam em suas produções requisitos ligados a RSC/ESG. Dessa forma, exigem de seus fornecedores, conforme constam em suas políticas de sustentabilidade adequação dos procedimentos produtivos (MINERVA, 2022; MARFRIG, 2021; JBS, 2019). No caso específico, concretamente esse processo ocorre via qualificação dos objetos de troca que visa embutir nos produtos características que estejam de acordo com a RSC/ESG (HARRISON; KJELLBERG, 2016).

Isso faz com que os bovinocultores que tenham como, se adaptem tomando uma nova forma, posto que adequar-se é questão de agenciamento. Conforme os resultados obtidos, a incorporação de representações na qualificação de objetos de troca ocorre, uma vez que os bovinocultores ao estarem de acordo com *Check List*, fazem com que as características de seus produtos estejam em alinhamento com os interesses dos frigoríficos. Quanto aos frigoríficos de menor porte como Kadão, Beef Master, Tri-Gold, Boiporé e Coopercarne conforme apresentam os resultados obtidos junto aos bovinocultores de corte, não contemplam em estratégias ou políticas o atendimento aos ODS. O Quadro 9 apresenta um resumo comparativo de como os frigoríficos com os quais os bovinocultores amostrados comercializam, lidam com requisitos vinculados a sustentabilidade.

Quadro 9 - Comparativo entre os frigoríficos com os quais os produtores entrevistados comercializam

EMPRESAS	JBS, MARFRIG E MINERVA	KADÃO, BEEF MASTER, TRI-GOLD, BOIPORÉ E COOPERCARNE
EXIGEM NA REALIZAÇÃO DE TESTES DE PROCESSOS OU PRODUTOS QUESITOS LIGADOS A SUSTENTABILIDADE	Exigem de seus fornecedores o atendimento a requisitos ligados a sustentabilidade. O não atendimento implica em exclusão	Não exigem critérios ligados a sustentabilidade dos fornecedores. Estão preocupados somente com o acabamento da carcaça
INCENTIVO PARA ADEQUAÇÃO A SUSTENTABILIDADE	Possuem política de incentivo a sustentabilidade	Não possuem política de incentivo a sustentabilidade
MENSURAÇÃO DE GEE	Possuem programas para a mensuração de emissões de GEE	Nenhum frigorífico de menor porte que os produtores comercializam foi citado por fazer a mensuração ou possuir algum tipo de programa no sentido de acompanhar e mitigar as emissões de GEE

ALINHAMENTO COM ODS	Assumem a sustentabilidade como um dos pilares estratégicos de seu negócio	Não possuem compromisso público que afirma e apoia práticas relacionadas a sustentabilidade
INCENTIVO A BOAS PRÁTICAS TRABALHISTAS	Valorizam que seus fornecedores adotem junto a seus colaboradores, condições de trabalho, jornada e remuneração sempre em consonância com a legislação pertinente	Não possuem compromisso público que afirma e apoia a saúde e segurança ocupacional a fim de que seja estabelecido entre seus fornecedores uma gestão para que acidentes de trabalho não ocorram

Fonte: Elaboração própria.

A forma como os frigoríficos gerenciam questões ligadas a RSC/ESG, mostra o nível do desenvolvimento administrativo e o quão estão próximos ou distantes de competirem satisfatoriamente no atual mercado. Estar atento a esses fatores é cada vez mais importante para a avaliação dos frigoríficos, pois estar vinculado a padrões de governança aprimorados indicam melhores práticas de gestão e resultam em melhor desempenho futuro (BARKO; CREMERS; RENNEBOOG, 2022). De acordo com Barko, Cremers e Renneboog (2022), empresas que são engajadas a sustentabilidade obtêm retornos mais elevados do que as não engajadas, além de deterem maior participação de mercado em seus respectivos setores.

Negócios que apresentam melhor desempenho em relação a esses temas podem antecipar-se na adequação a iniciativas regulatórias ou conseguindo acesso a novos mercados, ao passo em que contribuem para o desenvolvimento sustentável (SOARES, 2016). Informações RSC/ESG negativas reduzem a reputação, desencadeiam preocupações e saídas dos investidores e prejudicam a capacidade de uma empresa levantar capital (AOUADI; MARSAT, 2018). Segundo Barko, Cremers e Renneboog (2022), o engajamento a práticas ligadas a RSC/ESG atraem uma base de acionistas com objetivos de investimento de longo prazo, reduzindo a pressão sobre a administração para gerar lucros de curto prazo. Isso, ainda de acordo com os autores, permite investimentos que gerem retornos em um horizonte de tempo mais longo.

A indústria frigorífica instalada em Goiás se caracteriza por uma grande diversidade devido ao porte e ao padrão tecnológico, dentre outros fatores (MACHADO, 2011). Esse segmento, segundo Batalha e Silva (2000 apud URSO, 2007, p. 15), divide-se em dois grupos: “(i) os cadastrados ao SIF, que têm como foco de distribuição os super e hipermercados, as boutiques de carne, as grandes redes de churrascaria e o mercado externo; e (ii) os frigoríficos clandestinos, que destinam suas vendas para as feiras livres e açougues”.

Verificou-se no estudo que todos os frigoríficos com os quais os produtores comercializam pertencem ao grupo (i).

Ante os resultados, a análise dos atributos praticados pelos diferentes grupos frigoríficos, conforme apresentados no Quadro 9, evidenciam a formulação e implementação de distintas estratégias para atender os consumidores em suas decisões de compra. Mesmo que os consumidores se tornem mais exigentes e busquem alimentos seguros e de qualidade, deles são esperados diferentes comportamentos para o consumo de carne bovina (ABREU; CRUZ; LOSADA, 2012). De acordo com Pindick e Rubinfeld (2004), a demanda por um bem é a resultante da ação conjunta das variáveis: i) preço do bem; ii) renda do consumidor; iii) preço de bens substitutos; iv) preferência do indivíduo.

Dessa forma, em classes com menor renda, o preço será um fator determinante no ato de comprar. Uma vez que os consumidores não estão dispostos a pagar um preço distinto por atributos sustentáveis. Isso em decorrência de sua renda mensal não permitir maior valorização desse atributo (BRANDÃO, 2013). Diante dessa possibilidade frigoríficos de menor porte atuam visando atender essa parcela do público.

Já em populações abastadas o consumo envolve fatores que vão além do preço como a exigência por qualidade. No que se refere aos mercados importadores, como o europeu, existe uma valorização e disposição em pagar um valor diferencial para produtos associados a sustentabilidade. Para esse nicho de consumidores, os aspectos priorizados são conveniência, certificação, rastreabilidade, segurança do alimento, preocupação ambiental e indicação de origem (BRANDÃO, 2013). Critérios esses que os frigoríficos atuantes procuram observar.

Desse modo, por possuírem a maior parte do mercado e por terem suas ações listadas no ISE B3, a JBS, Marfrig e Minerva se preocupam em refletir em suas estratégias o atendimento a quesitos ligados a sustentabilidade (MINERVA, 2022; MARFRIG, 2021; JBS, 2019). Uma vez que esse conceito se apresenta como uma representação de mercado, é usado para estabelecer direções preferenciais, como parte dos esforços de uma empresa para formular uma estratégia (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Mesmo tendo aplicação deficiente em alguns itens conforme apresentado no Capítulo 4 – Resultados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de natureza exploratória-descritiva teve por objetivo geral compreender como os bovinocultores de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam a sustentabilidade por meio do enquadramento de práticas representacionais. Para isso, foram identificadas as recomendações práticas que os frigoríficos fazem para que os bovinocultores entrem em conformidade com a sustentabilidade. Também foram investigados quais são os procedimentos operacionais adotados pelos bovinocultores na fazenda para atenderem as recomendações feitas pelos frigoríficos. Por fim verificou-se, se os frigoríficos que atuam junto aos bovinocultores diferem quanto a consideração dos requisitos de sustentabilidade quando compram os animais.

Nesse sentido, partindo de uma abordagem qualitativa foi aplicada uma pesquisa bibliográfica, com entrevista semiestruturada e estudo de caso. Para atender esse propósito, três objetivos específicos foram cumpridos ao longo do texto. A fim de amparar teoricamente a pesquisa, o Capítulo 2 trouxe a fundamentação teórica que sustentou esta investigação. No Capítulo 3, foram explicitados todos os procedimentos metodológicos aplicados na coleta de dados e o instrumental teórico utilizado para analisar esses dados.

No Capítulo 4, foram de fato, trazidos os resultados relacionados aos objetivos específicos deste estudo, que por meio da análise de conteúdo, tanto as recomendações práticas que os frigoríficos fazem para que os bovinocultores entrem em conformidade com a sustentabilidade, quantos os procedimentos operacionais adotados pelos produtores na fazenda para atenderem as recomendações feitas pelos frigoríficos foram indiciados. Também por intermédio dos resultados foi possível verificar, se os frigoríficos que atuam junto aos bovinocultores diferem quanto a consideração dos requisitos de sustentabilidade ao comprarem os animais. Os resultados foram apreendidos das questões respondidas por 47 produtores de bovinos de corte utilizando a Metodologia Bola de Neve. No Capítulo 5, há a discussão desses resultados referentes aos objetivos específicos.

Observando todos esses aspectos trazidos, é preciso dizer que, no caso específico da bovinocultura de corte brasileira, as externalidades causadas pela atividade têm sido frequentemente questionadas pelos *stakeholders* daí a relevância de se realizar este estudo. São grandes os apelos para que seja difundido o conceito de uma produção sustentável na CPA da bovinocultura de corte, com uma crescente pressão sobre o processo de produção e sobre o produto final no sentido de atender a aspectos que vão desde maciez, sabor, coloração,

marmoreio; a sustentabilidade, rastreabilidade, certificações de origem, bem-estar animal, comércio justo. E essa pressão é sentida especialmente pelos grandes atuantes envolvidos no mercado exportador de carne bovina, que implicam, direta e indiretamente, na atuação dos produtores.

Práticas representacionais associadas à sustentabilidade vem sendo usadas amplamente, de acordo com os interesses e sistemas de valores dos atuantes – frigoríficos. Isso indica a necessidade de mais estudos para se aprofundar o tema e, em um futuro próximo, sistematizar esse contexto específico. Tal conceito, abordado no Capítulo 2, envolve uma produção que visa não degradar o meio ambiente, a qual é tecnicamente apropriada, economicamente viável e socialmente aceitável. Nesse sentido, pelos dados coletados, esses aspectos são refletidos na maioria dos entrevistados analisados como: recuperação e intensificação nas pastagens; gerenciamento dos resíduos sólidos na propriedade; uso de dieta balanceada e de melhor qualidade; utilização de moduladores de fermentação ruminal; dentre outros.

Por outro lado, também há aspectos de sustentabilidade que não são atendidos pelos bovinocultores. Dentre os 47 produtores, observa-se que existe um percentual muito baixo em relação a esses aspectos e que merecem atenção: reuso da água; rastreabilidade produtiva; certificação ou padrão de qualidade; aderência ao SISBOV; dentre outros. Em estudos futuros, esses aspectos devem ser atentados para que se examine o motivo do não atendimento ou da não aderência dos produtores a esses requisitos de sustentabilidade se comparados aos outros que, como se anotou, são amplamente atendidos.

Mediante apresentação da dinâmica proveniente das relações entre os entes envolvidos, o presente estudo de caso permitiu analisar como os bovinocultores da Microrregião do Sudoeste de Goiás tem seus processos produtivos moldados a sustentabilidade. Importante ressaltar que as conclusões obtidas neste trabalho não devem ser extrapoladas e são válidas para este estudo de caso. À vista disso, o objetivo geral foi cumprido, uma vez que se alcançou uma melhor compreensão do enquadramento de práticas representacionais as quais, por sua vez, foram identificadas por descrições, imagens, símbolos, valores, conceitos, medidas e métodos de avaliação difundidos pelos frigoríficos aos produtores, a fim de que se adequem às determinações mercadológicas e dispositivos legais.

Dessa forma, as interações tomam forma dentro de fronteiras estabelecidas, as quais organizam o mercado. Esse enquadramento que está, por vezes, oblíquo à primeira vista pelos produtores e pelos próprios consumidores. Daí a importância deste estudo em apontar como tal configuração é usada para o desenvolvimento de mercado fora da empresa.

Logo, a sustentabilidade desempenha como modelo ou estratégia, papel relevante no estabelecimento das fronteiras representativas que os atuantes, no caso em tela os frigoríficos, definem e delimitam. A estruturação da ação coletiva ocorrida por meio de *Check Lists* e dos critérios elencados no Quadro 6, ambos de acordo com métricas RSC/ESG referidas no Capítulo 2, contribuem para o formato que devem ter. À vista disso, a partir de representações de mercado determinadas segundo o paradigma dos principais frigoríficos (Marfrig, JBS e Minerva), o propósito foi compor uma determinada sequência interativa de trocas econômicas.

Depreende-se que, por meio do agenciamento, ficou evidenciado que o grupo heterogêneo de produtores de bovinos de corte analisado é capaz de responder à outra parte executando as ações especificadas. Os produtores se mostraram capazes de integrar os cálculos já constituídos dos atuantes aos seus próprios – mesmo com a distância, falhas na comunicação e sem perceberem os incentivos financeiros. Isso demonstra, com primazia, a configuração dos agentes de troca, que ao fazerem isso, também perseguem seus interesses. Por conseguinte, fica confirmada a hipótese de que as práticas representacionais contribuem para a constituição dos mercados.

Essa pesquisa procura contribuir no debate sobre o enquadramento de práticas representacionais sob o prisma da sustentabilidade, tendo em vista a crescente importância dada aos ODS dentro do Agronegócio. Mesmo a despeito da importância da bovinocultura de corte nacional, faltam estudos mais especializados no manejo de tais práticas no que diz respeito ao construtivismo de mercado. Por isso, este trabalho é exploratório ao adentrar nessa temática sob a perspectiva teórico-metodológica que foi desenvolvida.

Sobre as limitações do trabalho, destacam-se alguns aspectos metodológicos que podem ser aprimorados em pesquisas posteriores. Por exemplo, assumiu-se a metodologia Bola de Neve de amostragem não probabilística em decorrência da impossibilidade de se realizar a pesquisa de campo e de se assumir o critério de aleatoriedade na coleta dos dados com os produtores. Outra adversidade enfrentada foi a pandemia de COVID-19 que alterou o cronograma de atividades, bem como impediu a visita *in loco* para a realização das

entrevistas. Considerando esses aspectos, sugere-se que, em outras oportunidades de pesquisa, sejam realizadas entrevistas presenciais com um número maior de bovinocultores.

Por conseguinte, este estudo de caso alcançou o propósito de compreender a maneira como os bovinocultores de corte se adequam, por meio do enquadramento de práticas representacionais, aos padrões de sustentabilidade, dado que o problema de pesquisa foi respondido uma vez que foi apresentado como isso ocorre. A pesquisa teve, como indicado, limitações devido ao contexto pandêmico, contudo, soube realinhar os procedimentos teórico-metodológicos, com a motivação de prover um diagnóstico sobre a situação analisada a partir do ponto de vista dos participantes, identificando elementos e atividades que causam impactos surgindo daí a oportunidade de identificar e conter externalidades. Dessarte, fica patente o esforço científico-teórico empregado para se aferir os resultados deflagrados que trouxeram matéria à literatura tanto da Sustentabilidade quanto do Agronegócio. Por fim, sugere-se a verificação das proposições aqui sugeridas em estudos futuros, a fim de reforçá-los ou refutá-los.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, K. W.; SNIDAL, D. The Governance Triangle: Regulatory Standards Institutions and the Shadow of the State. In: *The politics of global regulation*. Princeton University Press, p. 44-88. 2009.

ABREU, D. A. P.; CRUZ, J. M.; LOSADA, P. P. Active and Intelligent Packaging for the Food Industry. *Food reviews international*, v. 28, n. 2, p. 146-187, 2012.

ALBUQUERQUE, E. M de. Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ALMEIDA, C. O. Ensaio: da amostra ao teorema do limite central um pouco dos fundamentos e uma aplicação prática. *Documentos/ Embrapa Mandioca e Fruticultura*, pp. 40. 2019.

ALMEIDA, M. H. S. P. de. Análise econômico-ambiental da intensificação da pecuária de corte no Centro-Oeste brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2010.

ALVES, F. V. *et al.* Bem-estar animal: desafios, oportunidades e perspectivas globais. *Embrapa Gado de Corte-Documents (INFOTECA-E)*, 2020.

AMARAL, G. F. *et al.* Panorama da pecuária sustentável. *BNDES Setorial*, n. 36, set. 2012, p. 249-288, 2012.

AMARAL, M. Protecționismo privado: a atuação da sociedade civil na regulação do comércio internacional. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 201-228, jun. 2014.

ANDERSSON, P.; ASPENBERG, K.; KJELLBERG, H. 2008. The configuration of actors in market practice, *Marketing Theory* 8(1): 67-90.

ANDRADE, L. C. de. A redução da pobreza e da fome no Brasil no âmbito dos ODMS: interações entre o global, o nacional e o subnacional. 2013.

AOUADI, A.; MARSAT, S. Do ESG controversies matter for firm value? Evidence from international data. *Journal of Business Ethics*, 151(4), pp.1027-1047. 2018.

ARANTES, A. E. *et al.* Caracterização biofísica e potencial à intensificação sustentável da pecuária brasileira em pastagens. 2017.

ARAÚJO, G. C. D.; MENDONÇA, P. S. M. Análise do processo de implantação das normas de sustentabilidade empresarial: um estudo de caso em uma agroindústria frigorífica de bovinos. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 10, pp.31-56. 2009.

ARAÚJO, M. J. *Fundamentos de Agronegócio*. 2, ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- ARAÚJO, L.; KJELLBERG, H. Shaping exchanges, performing markets: The study of market-ing practices. *The SAGE handbook of marketing theory*, p. 195-218, 2009.
- ASPERS, P. Theory, reality, and performativity in markets. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 66, n. 2, p. 379-398, 2007.
- ASHLEY, P. A. *et al.* Ética e responsabilidade social nos negócios. Saraiva Educação SA, 2004.
- BALBINO, L. C. *et al.* Marco referencial em integração lavoura-pecuária-floresta. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 130 p. 2011.
- BALBINOT JUNIOR, A. A. *et al.* Integração lavoura-pecuária: intensificação de uso de áreas agrícolas. *Ciência Rural*, v. 39, p. 1925-1933, 2009.
- BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 27, 2011.
- BAILEY, R. *et al.* ESG as a workforce strategy. Marsh & McLennan Companies. 2020.
- BARCELLOS, F. C.; CARVALHO, P. G. M. de. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: uma avaliação crítica. n. 56. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de administração de empresas*, v. 32, p. 14-24, 1992.
- BARKO, T.; CREMERS, M.; RENNEBOOG, L. Shareholder engagement on environmental, social, and governance performance. *Journal of Business Ethics*, 180(2), pp.777-812. 2022.
- BARROS, M. C. M. de. Impacto dos Padrões Privados de Sustentabilidade no Mercado de Produtos Agrícolas e nos Países em Desenvolvimento. In: *Coletânea WIT*, São Paulo, vol. 1, 2019.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica*. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BASSEN, A.; KOVÁCS, A. M. Environmental, social and governance key performance indicators from a capital market perspective. In *Wirtschafts-und Unternehmensethik*, pp. 809-820. Springer VS, Wiesbaden, 2020.
- BATALHA, M. O. (Coord.) *Gestão agroindustrial: GEPAI: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais*. 5. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2019.
- BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. *Folha de Rostto*, v. 4, n. 1, p. 15-24, 2018.

BERNARD, H. R. *Social research methods: Qualitative and quantitative approaches*. Sage, 2013.

BERNDT, A. *et al.* Pecuária de corte frente à emissão de gases de efeito estufa e estratégias diretas e indiretas para mitigar a emissão de metano. Botucatu: UNESP. p. 3-15. 2013.

BERTONCELLO, S. L. T.; CHANG JÚNIOR, J. A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. *FACOM–Revista da Faculdade de comunicação da FAAP*. (17), p. 70-76, 2007.

BORGES, R. E. Complexos agroindustriais e desenvolvimento regional: O caso do sudoeste de Goiás. *Encontro Nacional de Geografia Agrária*, v. 21, 2012.

BRAGA, J. da S. *et al.* O modelo dos “Cinco Domínios” do bem-estar animal aplicado em sistemas intensivos de produção de bovinos, suínos e aves. *Revista Brasileira de Zootecias*, v. 19, n. 2, 2018.

BRANDÃO, F. S. *Tendências para o consumo de carne bovina no Brasil*. 2013.

BRAUNE, C. S. Uma análise da comparabilidade das informações sociais (“S” do ESG) divulgadas por empresas da indústria de óleo e gás que adotam o padrão SASB. Diss. 2022.

BRUNDTLAND, G. H. Report of the World Commission on environment and development: "our common future.". UN, 1987.

BUAINAIN, A. M; BATALHA, M. O. Cadeia produtiva da agroenergia. IICA, Brasília (Brasil), 2007.

BUNGENSTAB, D. J. *et al.* Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta: a produção sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2012., 2012.

ÇALIŞKAN, K.; CALLON, M. Economization, part 2: a research programme for the study of markets. *Economy and Society*, London, v. 39, n. 1, p. 1-32, 2010

CALLON, M. Introduction: The embeddedness of economic markets in economics, in M. Callon (ed.) *The Laws of the Markets*, 1-57. 1998a.

CALLON, M. An essay on framing and overflowing: economic externalities revisited by sociology, in M. Callon (ed.) *The Laws of the Markets*, 244-269. 1998b.

CALLON, M. Actor-network theory—the market test. *The Sociological Review*, v. 47, n. 1_suppl, p. 181-195, 1999

CALLON, M. 'What does it mean to say that economics is performative?', in D. MacKenzie, *et al.* (eds.) *Do economists make markets? On the performativity of economics*, 311-357. 2007.

CALLON, M. Revisiting marketization: from interface-markets to market-agencements. *Consumption Markets & Culture*, v. 19, n. 1, p. 17-37, 2016.

- CALLON, M.; MUNIESA, F. Economic Markets as Calculative Collective Devices, *Organization Studies*. 26(8): 1229-1250. 2005.
- CAMARGO, P de. Aliança na carne bovina. IV SIMPÓSIO: O NELORE DO SECULO XXI. Uberaba, 1997. Anais. Uberaba. MG. Brasil. ABCN. 1997. p. 45.
- CARDOSO, E. G. Engorda de bovinos em confinamento (Aspectos gerais). 1996.
- CARNEIRO, J. S. A. Práticas trabalhistas de responsabilidade social empresarial em uma instituição financeira cooperativa sob a ótica de seus colaboradores internos. 2018
- CARNEIRO, M. S. A sociologia dos agenciamentos mercantis e a contribuição de Michel Callon para o estudo dos mercados. *Sociedade e Estado*, v. 34, p. 745-767, 2019.
- CARVALHO, R. de. Cruzamento entre as raças nelore e angus e as características produtivas e reprodutivas da geração F1. Jataí – GO. 2018.
- CAVALACANTE, D. M. O procedimento da criação: imanência e produção de diferença em Gilles Deleuze e Félix Guattari. *TRÁGICA: Estudos de Filosofia da Imanência*, v. 13, n. 3, 2020.
- CAVALCANTI, M. A. F. de H. Integração econômica e localização sob concorrência imperfeita. 1997.
- CEZAR, I. M. *et al.* Sistemas de produção de gado de corte no Brasil: uma descrição com ênfase no regime alimentar e no abate. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2005.
- CHEN, Z.; XIE, G. ESG disclosure and financial performance: Moderating role of ESG investors. *International Review of Financial Analysis*, v. 83, p. 102291, 2022.
- CHRIST, L. F. Eventos ESG negativos: a influência no portfólio do investidor. 2021.
- CNA; CEPEA. PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/boletins/sut.pib_dez_2020.9mar2021.pdf>. Acesso em 01 mar 2022.
- CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Novas barreiras e tendências no comércio internacional: possíveis impactos para as exportações brasileiras / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2021.
- COCHOY, F.; TROMPETTE, P.; ARAUJO, L. From market agencements to market agencing: an introduction. 2016.
- COUGHLAN, A. L. *et al.* Canais de marketing e distribuição. Tradução Lúcia Simonini. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- COUTO, L. A.; COQUEIRO, J. S.; MARTINS, N. C. G. Bem-estar animal na bovinocultura de corte: uma revisão sistemática. *Profiscientia*, n. 14, p. 176-193, 2020.
- DENNY, D. M. T. Agenda 2030 e governança ambiental: estudo de caso sobre etanol da cana de açúcar e padrões de sustentabilidade como bonsucro. 2018.

DEWES, J. O. Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos. 2013.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *Academy of management Review*, 20(1), 65-91. 1995.

ECHER, I. C. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *Revista gaúcha de enfermagem*. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul. 2001), p. 5-20, 2001.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st Century*. Capstone, 1997.

EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS - Esterqueira. 2022 Disponível em: <https://www.embrapa.br/paratec-controle-integrado-verminoses/vermes/caprinos-ovinos/esterqueira>

ENCARNACAO, R. de O. *Estresse e produção animal*. Embrapa Gado de Corte-Documentos (INFOTECA-E), 1986.

ESCRIG-OLMEDO, E. *et al.* Rating the raters: Evaluating how ESG rating agencies integrate sustainability principles. *Sustainability*, v. 11, n. 3, p. 915, 2019.

ESEN, E. The influence of corporate social responsibility (CSR) activities on building corporate reputation. In: *International business, sustainability and corporate social responsibility*. Emerald Group Publishing Limited, 2013.

EUCLIDES, V. P. B. *Alternativas para intensificação da produção de carne bovina em pastagem*. 2000.

FACHINETTO, J. D.; BRISOLA, M. V. Evolução dos estudos sobre a produção de bovinos de corte e a emissão de gases de efeito estufa decorrente dessa atividade na região central do Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 45, 2018.

FAGGION, F.; OLIVEIRA, C. A. S.; CHRISTOFIDIS, D. *Uso eficiente da água: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável da agropecuária*. 2009.

FELICIANO, A. F. S.; GARCIA, S. *Divulgação Socioambiental: Relato sobre Rejeitos Minerais das Empresas de Mineração no Brasil*. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, v. 11, 2020.

FERNANDES, J. L. B.; LINHARES, H. da C. *Análise do desempenho financeiro de investimentos ESG nos países emergentes e desenvolvidos*. 2017.

FERREIRA, G. C V. *Espacialização, intensificação e sustentabilidade da pecuária bovina no estado de Goiás*. 2021.

FERREIRA, G. C. V.; MIZIARA, F.; COUTO, V. R. M. *Pecuária em Goiás: análise da distribuição espacial e produtiva*. *Revista Eletrônica do PRODEMA*, v. 13, n. 2, p. 21-39, 2019.

FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro – 14. ed. rev., ampl. E atual em face da Rio+20 e o novo “Código” Florestal – São Paulo: Saraiva, 2013.

FIGUEIREDO, J. S.; SCHNEIDER, M. S. P. da S. As questões ambientais no Brasil: análise comparativa dos discursos de José Sarney e Fernando Collor de Mello a partir da Teoria de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau. *Revista Urutágua*, n. 35, p. 57-74, 2017.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, 33, 105-128, 2007.

FONG, W.; SUN, Y.; CHEN, Y. Examining the Relationship between Energy Consumption and Unfavorable CO2 Emissions on Sustainable Development by Going through Various Violated Factors and Stochastic Disturbance–Based on a Three-Stage SBM-DEA Model. *Energies*, 2022, 15.2: 569.

FONSECA, J. J. S. da. Apostila de metodologia da pesquisa científica. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

FRANSEN, L. W.; KOLK, A. Global rule-setting for business: A critical analysis of multi-stakeholder standards. *Organization*, v. 14, n. 5, p. 667-684, 2007.

FREEMAN, R. E. The politics of stakeholder theory: some future directions. *Business Ethics Quarterly*, v. 4, n. 4, p. 409-421, 1994.

FREEMAN, R. E.; MCVEA. J. A stakeholder approach to strategic management. *The Blackwell handbook of strategic management*, jun 13 p. 183-201, 2005.

GARRIDO, F. J.; GOLDHABER, G. M.; PUTNAM, L. L. Fundamentos de Comunicación Organizacional de la organización a la estrategia en el Siglo XXI. 2020.

GEOGERAL - Banco de Dados Geograficos. 2022. Disponível em: <<https://geogeral.com/h/m/b/gosg.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of international political economy*, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, C. G. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, v. 140, p. 107-118, 2018.

GILLAN, S. L.; KOCH, A.; STARKS, L. T. Firms and social responsibility: A review of ESG and CSR research in corporate finance. *Journal of Corporate Finance*, 66, 101889. 2021.

GITLIN, T. The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left. Univ of California Press, 2003.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.

GOMIDE, L. A. M; RAMOS, E. M.; FONTES, P. R. Tecnologia de abate e tipificação de carcaças. 1 ed. Revista e ampliada Viçosa, 95p, 2006.

GONÇALVES, F. *et al.* Padronização de processos: estudo bibliográfico sobre sua aplicação, vantagens e desvantagens. *etic-encontro de iniciação científica-ISSN 21-76-8498*, v. 9, n. 9, 2013.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. *et al.* Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o estudo de Administração. *RAE-eletrônica*, São Paulo, v.8, n.1, art.X, jan./jun. 2009.

GRABS, J. Assessing the institutionalization of private sustainability governance in a changing coffee sector. *Regulation & governance*, v. 14, n. 2, p. 362-387, 2020.

GRABS, J. (2021). Signaling Southern sustainability: When do actors use private or public regulatory authority to market tropical commodities?. *Journal of Environmental Management*, v. 285, p. 112053.

HAGBERG, J.; KJELLBERG, H. (2015). How much is it? Price representation practices in retail markets. *Marketing Theory*, 15(2), 179-199

HAIR JR., J. F. *et al.* Fundamentos de método de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARRISON, D.; KJELLBERG, H. How users shape markets. *Marketing Theory*, 16(4), 445-468. 2016.

HAGBERG, J. Agencing practices: a historical exploration of shopping bags. *Consumption Markets & Culture*, 19(1), 111-132. 2016.

HEIDINGSFELDER, J. Private sustainability governance in the making—A case study analysis of the fragmentation of sustainability governance for the gold sector. *Resources Policy*, v. 63, p. 101462, 2019.

HAGUETTE, T.M.F. Metodologias qualitativas na sociologia. 4.ed. Petrópolis. Vozes 1995.

HERZ, B.; ROGERS, J. Measuring what matters: Industry specificity helps companies and investors gain traction on sustainability. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 28, n. 2, p. 34-38, 2016.

HULME, D. The Millennium Development Goals (MDGs): a short history of the world's biggest promise. BWPI Working Paper n. 100. Manchester: Brooks World Poverty Institute, 2009.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). B3 – Disponível em: <https://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em 26 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produção da Pecuária Municipal. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm-2020_v48_br_informativo.pdf>. Acesso em: 15/01/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Produção da Pecuária Municipal. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 30 janeiro 2022.

ISO. TS 34700: Animal Welfare Management—General Requirements and Guidance for Organizations in the Food Supply Chain. International Organization for Standardization (ISO): Geneva, Switzerland, 2016.

ISO. Sobre nós. Disponível em: <<https://www.iso.org/about-us.html>>. Acesso em: 17/09/2022.

JARDIM, L. M. de S. O direito fundamental do trabalhador ao meio ambiente de trabalho saudável. *DireitoNet*. [ni], v. 2, 2015.

JBS - Cartilha Bezerra Hilton: INSTRUÇÕES AO CRIADOR DE BEZERROS PARA COTA HILTON. Disponível em: <https://www.girodobo.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Cartilha-Cota-Hilton.pdf> Acesso em: 16 jan. 2022.

JBS. Política de Compra Responsável da JBS. 2019. Disponível em: <https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2019/11/04-09-2019-JBS-Política-de-Compra-Responsável-PT.pdf> . Acesso em: 24/08/2022.

JBS. Qualidade e inovação. 2022. Disponível em: <<https://jbs.com.br/qualidade/auditorias-e-certificacoes/>>. Acesso em: 27/03/2022.

JBS. Relatório de sustentabilidade ambiental, social e governança. 2020. Disponível em: <https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2021/12/-relatorio-de-sustentabilidade-jbs-2020.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

KIRWAN, J.; MAYE, D. Food security framings within the UK and the integration of local food systems. *Journal of Rural Studies*, v. 29, p. 91-100, 2013.

KJELLBERG, H.; HELGESSON, C.-F. 2007. On the nature of markets and their practices', *Marketing Theory* 7(2): 137-162

KJELLBERG, H.; HELGESSON, C.-F. Political marketing: Multiple values, performativities and modes of engaging. *Journal of Cultural Economy*, v. 3, n. 2, p. 279-297, 2010.

KJELLBERG, H.; OLSON, D. Joint markets: How adjacent markets influence the formation of regulated markets. *Marketing Theory*, v. 17, n. 1, p. 95-123, 2017.

KNOEPFEL, I.; HAGART, G. Future proof?: embedding environmental, social and governance issues in investment markets: outcomes of the Who Cares Wins Initiative, 2004-2008. 2009.

- KOTSANTONIS, S.; SERAFEIM, G. Four things no one will tell you about ESG data." *Journal of Applied Corporate Finance* 31, no. 2: 50-58. 2019.
- KOZLOSKI, G. V. *Bioquímica de ruminantes*. 3 ed. Santa Maria: UFSM. 2011.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LARA, J. A. F. de. *et al.* Rastreabilidade da carne bovina: uma exigência para a segurança alimentar. *Ciências Agrárias, Londrina*, v. 24, n. 1, p. 143-148, jan./jun. 2003.
- LAUAR, A. S. S. *A CEPAL e a agenda pós-2000: impactos dos ODM e dos ODS ao longo da última década*. 2019.
- LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998
- LEAL, N. S. Entre fazendas, pipetas, estufas e acordos milionários: clonagem e pedigree no mercado de gado de elite brasileiro. In: *Seminário de Antropologia da UFScar, 2014, Sao Carlos. Caderno de Resumos*, 2014.
- LIMA, R. C. de A. *Padrões privados na Organização Mundial do Comércio: limites entre as regras multilaterais e a governança privada de temas ambientais, sanitários e fitossanitários*. 2016.
- LIMA, M.A. D. da S.; ALMEIDA, M. C. P. de; LIMA, C. C.. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. *Revista gaúcha de enfermagem*. Porto Alegre. Vol. 20, n. especial (1999), p. 130-142, 1999.
- LINDE, K; WILLICH, S.N. How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine. *Journal of the royal society of medicine*, v. 96, n. 1, p. 17-22, 2003.
- LOCONTO, A.; BUSCH, L. Standards, techno-economic networks, and playing fields: Performing the global market economy. *Review of International Political Economy*, v. 17, n. 3, p. 507-536, 2010
- LOHR, S. L. *Sampling: Design and Analysis*. Second Edition. Boston: Brooks/Cole, 2009.
- LOPES, M. A. *et al.* Dificuldades encontradas pelos pecuaristas na implantação da rastreabilidade bovina. *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, v. 64, p. 1621-1628, 2012.
- LOPES, M. A.; LAGO, A. de A.; CÓCARO, H. Uso de softwares para gerenciamento de rebanhos bovinos leiteiros. *Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.*, v. 59, p. 547-549, 2007.
- LOPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable Development and Corporate Performance: A Study Based on the Dow Jones Sustainability Index, *Journal of Business Ethics*, no. 76, p.243–252. 2007.

MACHADO, G. R. Análise comparativa da competitividade das cadeias agroindustriais exportadoras de carne bovina em Goiás. 2011.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. da; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, p. 9-39, 2005.

MACHADO FILHO, C. A. P.; ZYLBERSZTAJN, D. A empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. *Revista de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo*, v. 39, n. 03, p. 242-254, 2004.

MALAFAIA, G. C. *et al.* Cadeia produtiva da carne bovina: contexto e desafios futuros. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2021.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: Uma orientação aplicada. Bookman Editora, 2001.

MANSO, K. R de J.; FERREIRA, O. M. CONFINAMENTO DE BOVINOS: ESTUDO DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS. 2007.

MARFRIG. Política de Sustentabilidade. Disponível em: <<https://www.marfrig.com.br/pt/Lists/CentralConteudo/Attachments/2/Politica%20de%20Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

MARFRIG. Relatório de Sustentabilidade. 2021. Disponível em: <https://www.marfrig.com.br/pt/Lists/CentralConteudo/Attachments/3/Relatório%20de%20Sustentabilidade%202021.pdf>. Acesso em: 24/08/2022.

MAROTTI, J. *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, v. 20, n. 2, p. 186-194, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MCCLINTOCK, C. C.; BRANNON, D.; MAYNARD-MOODY, S. Applying the logic of sample surveys to qualitative case studies: The case cluster method. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n. 4, p. 612-629, 1979.

MCCOLL-KENNEDY, J. R.; CHEUNG, L.; FERRIER, E. Co-creating service experience practices. *Journal of Service Management*, 2015.

MC FALL, L. Devices and desires: How useful is the 'new'new economic sociology for understanding market attachment?. *Sociology Compass*, v. 3, n. 2, p. 267-282, 2009.

MEDAETS, J. P. P.; FORNAZIER, A.; THOMÉ, K. M. Transition to sustainability in agrifood systems: Insights from Brazilian trajectories. *Journal of Rural Studies*, v. 76, p. 1-11, 2020.

MEDINA, G. da S. Market Share de Empresas Domésticas na Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Brasil. *INFORME GEPEC (ONLINE)*, v. 25, p. 220-239, 2021.

MEIRELES, I. P. Influência do sombreado artificial em parâmetros fisiológicos e produtivos de vacas mestiças (Holandês x Zebu). 2005.

MELNYK, B. M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. Making the case for evidence-based practice. In: MELNIK, B. M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. Evidence-based practice in nursing and healthcare. A guide to best practice. 4. ed. Filadélfia: Wolters Kluwer Health, 2018.

MINAYO, Maria Cecília S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-SP: Hucitec, p 416. 2014.

MINERVA. 2022. Critérios mínimos para aquisição de gado bovino. Disponível em: <https://www.minervafoods.com/files/criterios-minimos-aquisicao-gado-bovino.pdf>. Acesso em: 24/08/2022.

MINERVA. (2021). Relatório de sustentabilidade 2021. São Paulo: Autor, 2021. Disponível em: <http://www.minervafoods.com/rs-2021/index.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. *Academy of management review*, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MONTEIRO, A. A. F.; DOS SANTOS, T. R.; DOS SANTOS, G. C. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Desempenho Econômico-Financeiro nas Empresas da B3. *Ragc*, 8(38). 2020.

MONZONI, M. Contabilização, quantificação e publicação de inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa. Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), 2008.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 31/03/2022.

NAGARAJA, T. G. *et al.* Manipulation of ruminal fermentation. In *The rumen microbial ecosystem*, pp. 523-632. Springer, Dordrecht, 1997.

NBR ISO 8402:1994 – Gestão da qualidade e garantia da qualidade – Terminologia.

NEGRINI, É.; SOUZA, Y. A. de.; BOTELHO, D. R. ESG e AGENDA 2030: Análise Comparativa das Informações dos Relatórios de Sustentabilidade, à Luz da Materialidade Financeira e Estrutura Metodológica. 2021.

NENONEN, S. *et al.* A new perspective on market dynamics: Market plasticity and the stability–fluidity dialectics. *Marketing Theory*, 14(3), 269-289. 2014.

NILSSON, M. Learning, frames, and environmental policy integration: the case of Swedish energy policy. *Environment and Planning C: Government and policy*, 23(2), 207-226. 2005.

OLIVEIRA NETO, O. J. de; FIGUEIREDO, R. S. Análise das operações de hedge do boi gordo no mercado futuro da BM&F para o estado de Goiás. 2008.

OLIVEIRA, E. *et al.* Análise de Conteúdo e Pesquisa na Área da Educação. *Revista Diálogo Educacional*, v. 4, n. 9, p. 1-17, 2003.

OLIVEIRA, H. M. D. Caracterização de modelos de negócios sob a lógica das estratégias de governança aplicada a produtores de carne bovina. 2017.

OLIVEIRA, J. A. P. de. *Empresas na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, M. F. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. UFG. Catalão–GO, 2011.

OLIVEIRA, O. A. M. *et al.* Utilização de aditivos modificadores da fermentação ruminal em bovinos de corte. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 12, n. 1, p. 287-311, 2019.

OLIVEIRA, P. P. A. *Recuperação e reforma de pastagens*. 2007.

PAIVA, R. P. *Melhoria no processo de seleção de fornecedores visando o co-desenvolvimento na indústria automobilista*. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2008.

PALHARES, J. C. P. *et al.* *Produção animal e recursos hídricos: tecnologias para manejo de resíduos e uso eficiente dos insumos*. Embrapa Pecuária Sudeste-Livro científico (ALICE), 2019.

PARFITT, C. A foundation for ‘ethical capital’: The Sustainability Accounting Standards Board and Integrated Reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 2022.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. São Paulo: Pearson, 2004.

PIZZANI, L.; DA SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

PRIMAVESI, O. *A pecuária de corte brasileira e o aquecimento global*. 2007.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale, 2013.

RAGATZ, G.L.; HANDFIELD, R.B., SCANNELL, T.V. Success factors for integrating suppliers into new product development. *Journal of Product Innovation Management*, n. 14, p. 190-202, 1997.

RECKWITZ, A. (2002) ‘Toward a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist Theorizing’, *European Journal of Social Theory* 5(2): 243–63.

REESE, S. D. *et al.* *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world*. Routledge, 2001.

REIJONEN, S.; TRYGGESTAD, K. The dynamic signification of product qualities: on the possibility of “greening” markets. *Consumption Markets & Culture*, v. 15, n. 2, p. 213-234, 2012.

RESENDE, E. H. S.; LOPES, M. A. Identificação, certificação e rastreabilidade na cadeia da carne bovina e bubalina no Brasil. Lavras: UFLA, v. 38, 2004.

RIBEIRO JUNIOR, C. S. *et al.* Uso de aditivos naturais e fitocompostos na manipulação do ambiente ruminal. *enciclopédia biosfera*, v. 7, n. 13, 2011.

RIBEIRO JÚNIOR, G. R. Fatores que interferem na qualidade da carne bovina na propriedade rural. 2020.

RINALLO, D.; GOLFETTO, F. Representing markets: The shaping of fashion trends by French and Italian fabric companies. *Industrial marketing management*, v. 35, n. 7, p. 856-869, 2006.

ROMERO, R. V. F. S. A aderência do mercado financeiro às ODS através de práticas ESG: um estudo de caso do Santander Private Banking. 2021.

RUF, B. M. *et al.* An empirical investigation of the relationship between change in corporate social performance and financial performance: A stakeholder theory perspective. *Journal of business ethics*, v. 32, n. 2, p. 143-156, 2001.

RYBAK, A.; RYBAK, A.; KOLEV, S. D. Analysis of the EU-27 Countries Energy Markets Integration in Terms of the Sustainable Development SDG7 Implementation. *Energies*, v. 14, n. 21, p. 7079, 2021.

KHALID, S.; HUNG, K.; WILEY, J. The ESG value opportunity: A decision point for utilities. 2021.

SANTOS, R. M. B. Efeito dos alimentos e de outros fatores sobre a qualidade da carne de ruminantes. UFPB, p. 40, Monografia Graduação em Zootecnia, Areia, PB. 2016.

SANTOS, V. N. dos. Regulação privada e mudança do clima: a influência dos padrões de sustentabilidade relativos à emissão de gases de efeito estufa (GEEs) sobre o comércio internacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

SASB. Proposed changes to the SASB Conceptual Framework & Rules of Procedure. San Francisco: SASB, 2020. Disponível em https://www.sasb.org/wp-content/uploads/2021/07/PCP-package_vF.pdf. Acesso em 18 jul. 2021.

SASB. Meat, Poultry & Dairy: Sustainability Accounting Standard. San Francisco: SASB, 2018. Disponível em: https://www.sasb.org/wp-content/uploads/2018/11/Meat_Poultry_Dairy_Standard_2018.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

SAVITZ, A. W. A Empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEAPA. Radiografia do Agro em Goiás. Disponível em: <<https://www.agricultura.go.gov.br/files/agro-em-goias/portugues-radiografia-2021.pdf>>. Acesso em: 23/01/2022.

SEEGER, M. W; SELLNOW, T. L; ULMER, R. R. Communication and organizational crisis. Greenwood Publishing Group, 2003.

SHAMMA, H. M. Toward a comprehensive understanding of corporate reputation: Concept, measurement and implications. *international Journal of Business and Management*, v. 7, n. 16, p. 151-169, 2012.

SIDDY, D. *et al.* Exchanges and sustainable investment. report prepared for the World Federation of Exchange, Delsus Limited. 2009.

SILVA, D. A. da. Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente? 2021.

SIEBENEICHLER, L. D. Tomada de decisão na escolha de fornecedor para desenvolver novos produtos em frigoríficos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso.

SOBROSA NETO, R. de C., *et al.* Sustainable development and corporate financial performance: A study based on the Brazilian Corporate Sustainability Index (ISE). 2020.

SOARES, A. P. F. D. M. Desenvolvimento sustentável e gestão socioambiental empresarial: uma abordagem crítica sobre as concepções, políticas e práticas de sustentabilidade no mundo corporativo. 2016.

SOUZA, F. M. *et al.* Extratos vegetais como moduladores da fermentação ruminal. 2016.

SQUEFF, C. *et al.* O desenvolvimento da política agrícola comum da União Europeia. *Revista de Direito Internacional*, v. 13, n. 3, 2016.

STORBACKA, K.; NENONEN, S. Scripting markets: From value propositions to market propositions. *Industrial Marketing Management*, v. 40, n. 2, p. 255-266, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. Criação de novos negócios: gestão de micro e pequenas empresas. FGV Editora, 2002.

TERLOUW, E. M. C. *et al.* Pre-slaughter conditions, animal stress and welfare: current status and possible future research. 2008.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2009.

THORSTENSEN, V., MOTA, C. R., CORRÊA, R. O. Série Cadernos de Normas Voluntárias de Sustentabilidade, Comércio e Sustentabilidade, vol. 1, São Paulo, 2018.

THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, L. M. de. Releitura dos Acordos da OMC como interpretados pelo órgão de apelação. São Paulo, 2013.

THOMPSON, S. K. Sampling. Third Edition. Wiley, 2012.

TOMLINSON, Isobel. Doubling food production to feed the 9 billion: a critical perspective on a key discourse of food security in the UK. *Journal of rural studies*, v. 29, p. 81-90, 2013.

TOPPLE, C. *et al.* Corporate sustainability assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. *Transnational Corporations*, v. 24, n. 3, p. 61-71, 2017.

TURNER, R. K.; PEARCE, D.; BATEMAN, I. *Environmental economics: an elementary introduction*. Johns Hopkins University Press, 1993

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). Disponível em: <<https://www.un.org/millenniumgoals/>> Acesso em: 10 nov. 2022.

UNEP. *A legal framework for the integration of environmental, social and governance issues into institutional investment*. 2005.

URSO, F. S. P. *A cadeia da carne bovina no Brasil: uma análise de poder de mercado e teoria da informação (Doctoral dissertation)*. 2007.

VALLE, E. R. *et. al.* Boas práticas agropecuárias – bovinos de corte. Manual de orientações, 2ª. edição revisada e ampliada. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte. 57 p. 2011.

VELLOZO, T. G.; FRANÇA, s. l. b. indicadores essenciais de desempenho ambiental da global reporting initiative (gri): uma análise nas principais empresas do setor de petróleo e gás. *Revista Diversidade e Gestão*, v. 1, n. 2, p. 234-246, 2017

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI / José Eli da Veiga. – Rio de Janeiro: Garamond, 2006 2º ed.,*

VEIGA, J. P. C.; RODRIGUES, P. C. Arenas transnacionais, políticas públicas e meio ambiente: O caso da palma na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, 19, 01-20. (2016).

VIANA FILHO, P. R. L. *et al.* Aspectos morfofisiológicos e principais alterações rumenais em bovinos de corte – Revisão de Literatura. 2018.

VIANA, J. C.; ALENCAR, L H. Análise do processo de seleção e avaliação de fornecedores em indústrias do setor de alimentos: um estudo de caso múltiplo. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2010.

VICENSOTTI, J. M. *et al.* Competitividade brasileira no comércio exterior da carne bovina. *Revista IPecege*, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2019.

VIER, P. *Política agrícola comum na União Europeia de sua formação a 2006*. UFSC. 2008.

VILARINO, C. *Revista Globo Rural*. São Paulo: Ed. Globo. n. 439, ago. 2022.

VILELA, L. *et al.* Degradação de pastagens e indicadores de sustentabilidade. In: João Kluthcouski; Luis Fernando Stone; Homero Aidar. (Org.). *Integração Lavoura - Pecuária*. 1ed.Goiânia: Talento - Grafica e Editora, 2003, v. 1, p. 105-128.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

VENDRAMINI, A. *et al.* Investimento responsável e o combate ao desmatamento nas cadeias de pecuária, soja, papel e celulose no Brasil. Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), 2017.

WARDE, A. (2005), “Consumption and theories of practice”, *Journal of Consumer Culture*, Vol. 5 No. 2, pp. 131-152.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). The Global Risks Report 2022, 17th Edition. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2022>>. Acesso em: 15 mar 2022.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: WHA, 1994.

WORLD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH (OIE). OIE Terrestrial Animal Health Code, 2019. Disponível em: <http://rr-europe.oie.int/wp-content/uploads/2020/08/oie-terrestrial-code-1_2019_en.pdf>. Acesso em: 03 mar 2022.

YIN, R. K. – Estudo de Caso – planejamento e métodos / Robert K. Yin; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. – 4ª. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZHIRONKIN, S.; CEHLÁR, M. Green Economy and Sustainable Development: The Outlook. *Energies*, v. 15, n. 3, p. 1167, 2022.

ZIKMUND, W. G. Business research methods. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

APÊNDICE A - Carta de Apresentação

Projeto: Como os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam, aos padrões de sustentabilidade, exigidos pela Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte?

Brasília, 30 de abril de 2022.

Prezado(a) Sr.(a) Produtor(a),

Venho convidar o/a Sr.(a), para participar da pesquisa de campo que irei realizar e que é uma das etapas para conclusão da dissertação de Mestrado intitulada “**Adequação aos padrões da sustentabilidade: Um estudo de caso dos produtores de bovinos de corte do sudoeste goiano**”. Esclareço que esta pesquisa é exigência do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA), da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV), da **Universidade de Brasília (UnB)**, para obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

O objetivo da dissertação é descrever como os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam aos padrões de sustentabilidade. Como o assunto se relaciona com a percepção estratégica, a participação do gestor responsável pela fazenda é fundamental para o aprimoramento da pesquisa. Pretendo, dessa forma, descrever o contexto vivido pelos produtores, por meio de entrevistas.

Sua participação é de enorme valia para este trabalho, e desde já deixamos nossos sinceros agradecimentos e o compromisso de ao término do trabalho enviar uma versão final com os resultados obtidos.

Atenciosamente,

Aluno: Francisco José Diniz Barbosa Veiga, Mestrando em Agronegócios - (UnB).
Telefone (*WhatsApp*): (61) 98116-9273 - E-mail: veiga.francisco@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina - (UnB).
E-mail: gabriel.silva.medina@gmail.com



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista

Projeto: Como os produtores de bovinos de corte da Microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás se adequam, por meio do enquadramento de práticas representacionais, aos padrões de sustentabilidade, exigidos pela Cadeia de Produção Agroindustrial da bovinocultura de corte.

Prezado(a) entrevistado(a),

Este roteiro tem por objetivo subsidiar a elaboração de uma pesquisa de dissertação de Mestrado que trata sobre “**Adequação aos padrões da sustentabilidade: Um estudo de caso dos produtores de bovinos de corte do sudoeste goiano**”. As informações serão analisadas e o resultado, após avaliado, será divulgado e disponibilizado no Repositório Institucional da UnB, onde poderá ser obtido por V.S.^a, a fim de compartilhar conjuntamente deste esforço desenvolvido. Lembramos que essa pesquisa tem caráter sigiloso, onde a participação do entrevistado se fará de maneira anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo Pesquisador e pelo Professor Orientador.

Importante salientar que o entrevistado pode se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou quaisquer sanções ou constrangimentos. Esta pesquisa possui objetivo estritamente acadêmico, sem qualquer vínculo comercial. Por oportuno, agradecemos a preciosa colaboração de V.S.^a e colocamo-nos a disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Perguntas relativas ao primeiro objetivo específico - Quais são as recomendações práticas que os frigoríficos fazem, para que os bovinocultores entrem em conformidade com a sustentabilidade.

- 1 - Os frigoríficos que atuam na região realizam testes de processos ou produtos?
- 2 - Os frigoríficos examinam as instalações em uso na fazenda?
- 3 - Existe algum tipo de incentivo para adequação a sustentabilidade, por parte dos frigoríficos?
- 4 - Os frigoríficos que atuam na região realizam a mensuração das suas emissões de gases de efeito estufa?





- 5 - A fazenda possui um sistema de mensuração e avaliação de performance quanto às emissões de gases de efeito estufa? Como esse processo ocorre?
- 6 - Os frigoríficos que atuam na região estabelecem metas de redução das emissões do grupo como um todo? E de cada unidade produtiva?
- 7 - Os frigoríficos que atuam na região divulgam suas metas de redução das emissões? De que maneira?
- 8 - Quais estratégias que os frigoríficos que atuam na região utilizam para incorporar e mobilizar os colaboradores para contribuírem efetivamente para a redução das emissões?
- 9 - Na hora de comprar os bois, frigoríficos com atuação regional atentam para os requisitos de sustentabilidade como os explicitados nas perguntas acima?
- 10 - Caso o produtor descumpra requisitos de sustentabilidade ligados a parte ambiental ou trabalhista conseguirá comerciar com frigoríficos exportadores como JBS, Marfrig ou Minerva?

Perguntas relativas ao segundo objetivo específico – Quais são os procedimentos operacionais adotados pelos bovinocultores de corte na fazenda, para atenderem as recomendações feitas pelos frigoríficos.

- 11 - É feito na fazenda a recuperação e intensificação de pastagens?
- 12 - É feito o reúso da água? Existe algum sistema nesse sentido?
- 13 - Como é feito o gerenciamento dos resíduos sólidos na propriedade?
- 14 - A fazenda faz uso de dietas balanceadas e de melhor qualidade (pastagens e forrageiras bem manejadas, uso de suplementação mineral, proteica e energética)?
- 15 - A fazenda faz uso de aditivos moduladores de fermentação ruminal, para poder contribuir para a mitigação da emissão de CH₄ entérico?
- 16 - A fazenda faz uso de modelos integrados de produção, como integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF)?
- 17 - O que é gerado na fazenda faz parte de algum tipo de rastreabilidade produtiva?
- 18 - Seguem algum tipo de certificação ou padrão de qualidade (por exemplo: ISO)?
- 19 - Já aderiu de forma voluntária ao Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV?
- 20 - Aloja os animais em instalações adequadas, com currais higienizados a cada troca de lote, bebedouros limpos com água de qualidade e abundante por todo o tempo de permanência dos animais nesses locais?
- 21 - Adequa e mantém boas condições estruturais visando facilitar o manejo e evitar ferimentos?

- 22 - Utiliza densidades favoráveis em benefício e conforto dos animais desde a criação, transporte e alojamento na indústria?
- 23 - Priorizar transporte de animais dentro dos padrões recomendados?
- 24 - Faz uso de medicamentos de forma profilática (ou seja, não terapêutico)?
- 25 - Oferece treinamentos constantes, de forma a apoiar o colaborador em sua jornada de desenvolvimento profissional?
- 26 - Garante ambiente de trabalho seguro e saudável, assumindo medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde do trabalhador?
- 27 - Assegura todos os direitos ao trabalhador, conforme estabelecido na legislação federal vigente e em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho?
- 28 - Adota jornada de trabalho em conformidade com a legislação federal vigente, Acordos e Convenções Trabalhistas e normas de Responsabilidade Social?
- 29 - Garante remuneração e benefícios em conformidade com o estabelecido nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho?
- 30 - Quais são os gargalos na produção que demandam investimento prioritário para que haja adequação?

ANEXO A – Check Lists de Verificação

 MARFRIG CLUB - VERIFICAÇÃO SISTEMA DE PRODUÇÃO - CHECK LIST		Ver-dade:	02-200x-2010	
		Data:	04/01/2023	
		Serial:		
<p>Para a Marfrig a Sustentabilidade é um dos pilares estratégicos, com isso a companhia busca tornar seu compromisso com a produção de carne sustentável cada vez mais eficiente, utilizando tecnologia e inovação para executar atividades que auxiliam o combate a práticas ilegais e que possam promover um ambiente de produção mais estável para a sociedade e o meio ambiente. Com isso foi desenvolvido o programa Marfrig Club que busca compartilhar o compromisso com a produção de carne sustentável com os produtores rurais, difundindo técnicas e boas práticas de produção relacionadas aos princípios de responsabilidade socioambiental, os quais são classificados em três pilares:</p>				
 Respeito Social		 Respeito Animal		
 Respeito Ambiental				
Pecuarista:				
Fazenda:				
UF:				
Município:				
SISTEMA DE PRODUÇÃO:	<input type="checkbox"/> CRIA <input type="checkbox"/> RECRIA <input checked="" type="checkbox"/> ENGORDA			
SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO:	<input checked="" type="checkbox"/> PASTAGEM <input type="checkbox"/> SEMI <input type="checkbox"/> CONFINAMENTO DURANTE ANO TODO <input type="checkbox"/> CONFINAMENTO NA SECA			
<i>Nota: Os itens do check list abaixo encontram-se em escala de evolução, faz-se necessário antes de evoluir para o próximo nível atender(em) o(s) anterior(es).</i>				
Pilar	Item de Verificação	Avaliação do critério (Marque com X)		
		Sim	Não	Não Aplica
RESPEITO ANIMAL	Bronze	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura / Manejo da fazenda respeita o Bem-Estar Animal? - Adere as campanhas de vacinação da União bem como o uso consciente de antibióticos? - Emite de GTA e Modelo A ou Modelo B na venda dos animais para abate? 		
	Prata	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar treinamento dos funcionários em Bem-Estar Animal? - Registra a aplicação dos medicamentos e tipo de alimentação animal? - Preenche para a Marfrig, a Declaração de Fornecedores Indiretos (RFI)? 		
	Ouro	<ul style="list-style-type: none"> - Possui um manual descrito de Bem-Estar Animal (Regras da fazenda em Bem-Estar Animal)? - Possui um manual Sanitário e Nutricional descrito? - Possui um manual descrevendo como é a rastreabilidade dos animais na fazenda? 		
	Bronze	<ul style="list-style-type: none"> - Possui Cadastro Ambiental Rural (CAR)? - Possui Comprovante de Regularidade Fundiária (Ex.: Documento com número do INCRA)? - Possui área de Reserva Legal? 		
	Prata	<ul style="list-style-type: none"> - A propriedade esta em conformidade com o IBAMA? - A propriedade não possui sobreposição com Unidade de Conservação? - A propriedade adota medidas contra o desmatamento? 		
	Ouro	<ul style="list-style-type: none"> - Analisa seus fornecedores com critério ambiental mínimo (áreas embargadas do IBAMA)? - Possui manual descrevendo o destino do lixo e embalagens (Medicamentos e outros Insumos)? - Previne queimadas na propriedade? 		

RESPEITO SOCIAL	Bronze	- Adota práticas contra o Trabalho Escravo?			
		- Possui contrato formal / registro do(s) funcionário(s)?			
		- Oferece instalações/condições adequadas de trabalho na propriedade?			
	Prata	- A propriedade não possui sobreposição com Terra Indígena?			
		- Os funcionários são pagos regularmente?			
		- Os filhos dos funcionários (menores de idade) estão matriculados na escola?			
	Ouro	- Analisar seus fornecedores com critério social mínimo ("Lista negra do Trabalho Escravo")?			
		- Possui um registro de treinamento de funcionários?			
		- Da preferência por contratar pessoas da comunidade?			

Fonte: Conseguido junto aos produtores durante as entrevistas.

ANEXO B – Check Lists de Verificação



Nossa marca é azul... Nosso sonho é verde

CHECK LIST DE SUSTENTABILIDADE

Para a Marfrig, sustentabilidade é um dos pilares estratégicos, com isso a companhia busca tornar seu compromisso com a produção de carne sustentável e cada vez mais eficiente.

Produtor _____

Fazenda _____

Município _____

Contato _____ Telefone _____ Email: _____

Sistema de Alimentação () Pasto () Suplementação () Confinar na seca () Confinar o ano todo

Se confina o ano inteiro, possui Licença de Operação LIO? () Sim () Não

Sistema de Produção: Cria () Recria () Engorda ()

Quais tipos de grãos oferecidos aos animais, Fabricação própria () Sim () Não

Compra de Terceiros () Sim () Não ou utiliza outros tipos de grãos e quais? _____

Realiza integração de Lavoura e Pecuária () Sim () Não

Se sim, quais as plantações existentes _____

Registra a aplicação dos medicamentos e o tipo de alimentação animal () Sim () Não

Estrutura da Fazenda respeita o Bem Estar Animal?

Sim () Parcialmente ()

Previne queimadas na propriedade

() Sim () Não

Animais são rastreados () Sim () Não **antes dos 10 meses** () Sim () Não

Certificadora / Nome _____

Marca Fogo () Sim () Não

A propriedade possui sobreposição com terra indígena () Sim () Não

A propriedade adota medidas contra o desmatamento () Sim () Não

Preenche para a Marfrig a declaração de origem () Sim () Não

Emite GTA e modelo A ou Modelo B na venda dos animais para abate () Sim () Não

Ao adquirir animais de terceiros;

Analisa seus fornecedores com critério ambiental, se possuem áreas embargadas de IBAMA

() Sim () Não

Analise seus fornecedores com critério social, se possuem restrição junto a Lista de Trabalho Escravo () Sim () Não

Possui manual descrevendo o destino do lixo e embalagens (Medicamentos e outros insumos)

() Sim () Não

Funcionários registrados _____ Funcionários temporários _____

Mão de Obra Homem - Quantidade _____ Mulher - Quantidade _____

Moram na Fazenda () Sim () Não

Filhos Frequentam a escola () Sim () Não

Oferece treinamento aos funcionários () Sim () Não

Da preferência por contratar pessoas da comunidade () Sim () Não

Fonte: Conseguido junto aos produtores durante as entrevistas.